

ROBERTA AFONSO VINHAL WAGNER

**PAPEL DAS ELITES NO DESENVOLVIMENTO
POLÍTICO E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE
UBERABA (MG) – 1910 a 1960**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão
do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Rubia Farias
Vlach

**Uberlândia – MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Roberta Afonso Vinhal Wagner

**PAPEL DAS ELITES NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E
ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE UBERABA (MG) – 1910 a 1960**

Profa. Dra. Vânia Rubia Farias Vlach
(Orientadora – UFU)

Profa. Dra. Lia Osório Machado
(Examinador – UFRJ)

Profa. Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso
(Examinadora – UFU)

Data: 24 de agosto de 2006.

Resultado: _____.

Com amor, dedico esta pesquisa ao meu esposo, Wellington e ao meu filho, Germano, pela cumplicidade e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Esta formalidade para agradecer os sujeitos constituintes que participaram de todo o processo de pesquisa, desde o projeto até a presente dissertação, torna-se uma mera exigência da academia mediante a grandiosidade e dedicação de todos.

À minha orientadora, Vânia Vlach, a quem devo minha iniciação à pesquisa, ao me apresentar o fantástico mundo do conhecimento como crescimento moral e intelectual. Suas orientações não ajudaram somente na presente dissertação, mas me ensinaram que o compromisso do educador transcende a universidade ao fazermos do conhecimento um instrumento de re-construção constante para uma sociedade crítica e libertadora.

Aos professores do Instituto de História da UFU, cujas observações foram imprescindíveis para a reformulação da análise proposta: Heloísa Pacheco e Célia Rocha Calvo, bem como o Alcides Freire Ramos.

Ao prof. Julio Cesar Ramires, do Instituto de Geografia, pelas colaborações no relatório de qualificação.

À grande amiga e cúmplice, Jeane Medeiros Silva, pela sua dedicação ao corrigir a redação da dissertação e ao contribuir com suas análises críticas. Pela paciência ao ouvir minhas angústias no decorrer da pesquisa; sua simplicidade e competência foram estímulos para a procura constante de superar os meus limites e fraquezas.

À Ínia Novaes Franco, a companheira e confidente que me ensinou que cada indivíduo se supera no seu devido tempo. Obrigada pela sua ternura e apoio durante esta caminhada.

À Elza Canuto, o meu porto seguro durante esta jornada do conhecimento, que me ensinou a transformar minhas deficiências em desafios capazes de superação.

Aos professores da graduação, Carlos Alberto Povia, Sonia Cecílio, Wilson Correia e Djalma Pelegrini, pelo incentivo e presteza que antecederam esta pesquisa.

Aos compadres e amigos, Paulo e Andréia Ferreira, pelo carinho e preocupação com meu filho Germano, suprimindo as minhas ausências.

Às amigas Patrícia Bielert e Suely Gomes, pela cumplicidade e pelo companheirismo nesta trajetória acadêmica.

À amiga Fernanda Borges, pelo sorriso e descontração, que me ajudaram nos momentos de dificuldades no decorrer da pesquisa.

Ao meu esposo Wellington, eterno cúmplice e aliado em todos os momentos de minha vida, grande incentivador e crítico da minha pesquisa, cujas observações foram os alicerces da presente dissertação, o meu muito obrigada.

Ao meu filho Germano, gerado ao mesmo tempo que esta pesquisa o foi, reclamando, em alguns momentos, pois conheceu todos os buracos da Br 050 (Uberaba-Uberlândia). A minha ausência como mãe nesses dois últimos anos (primeiros dele), não atendendo seus vários pedidos:

“mamanha, chega de be” (estudar e escrever), e mesmo assim um amor incondicional de filho, que me fortaleceu durante toda a pesquisa.

A toda a minha família, em especial ao meu pai Antônio Luiz Vinhal, meu irmão Renato Afonso Vinhal, minha cunhada Dilma e meu padrinho Adalberto; sem a força e o estímulo de vocês eu jamais conseguiria.

À minha mamãe Leônia Afonso Ribeiro Vinhal (*in memorian*) para que meu irmão Renato e eu pudéssemos estudar: sua lição de amor à vida e às pessoas foi a minha inspiração para prosseguir na luta por uma sociedade crítica, justa e solidária.

À minha tia Luzdalva, tia Lu, pelo carinho e dedicação, que foram imprescindíveis para continuar a minha jornada de pesquisadora: o meu obrigada pela dedicação ao me substituir, amparando e cuidando do meu bem mais precisos – meu filho Germano.

À tia Neiva Afonso (*in memorian*) pelo seu amor, força e superação, que me ensinou que mesmo quando nos deparamos com os piores abismos, a fé incondicional em Deus e no amanhã são essenciais.

À Senhora Wanda Wagner e Senhor Bittencourt Souza, meus sogros, meu obrigada pelas palavras de incentivo no decorrer da pesquisa.

À minha cunhada Alcione Wagner, minha grande amiga e incentivadora dos meus projetos profissionais e acadêmicos.

À amiga Ana Rita, pela força, amor e dedicação no período que mais enfrentei dificuldades ao descobrir na maternidade a razão de nossa existência.

À minha grande amiga, Cristina Bracarense, sublime professora e crítica da realidade, o meu obrigada pela força e estímulo.

A todos os meus alunos, que são a minha fonte inspiradora de saber.

Agradeço a Deus pelo estímulo constante, que iluminou toda a minha trajetória de pesquisadora, transformando cada obstáculo em conquistas.

É surpreendente ver como o problema dos espaços levou tanto tempo para aparecer como problema histórico político: ou o espaço era remetido à natureza, à Geografia Física, ou era concebido como local de residência ou de expansão de um povo [...]. O que importava eram os substratos ou as fronteiras. Seria preciso fazer uma história dos espaços, que estudasse desde as grandes estratégias da Geopolítica até as pequenas táticas do habitat.

FOUCAULT

RESUMO

A presente dissertação de mestrado analisa o papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba, bem como os reflexos na produção do espaço geográfico, no período que se estende de 1910 a 1960. A partir de uma abordagem teórico-metodológica da Geografia histórica, procuramos compreender as relações de produção econômica, social, política e cultural na cidade mencionada, construindo uma análise das elites em sua diversidade, e do poder destes grupos em diferentes dimensões. O conhecimento da historicidade de determinados grupos sociais ajuda a explicar as transformações geográficas ocorridas em seu espaço, e impede a construção de modelos que não condizem com a realidade. Nesta perspectiva, é imprescindível compreender a (re)construção do poder hegemônico destas elites, como também seus valores e estratégias. No desenrolar da pesquisa, constatamos que o político, enquanto instrumento de manutenção do poder nas relações econômicas, elaborou – em Uberaba (1910-1960) – teias sociais que formaram uma sociedade resistente ao processo de desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Geografia Histórica – Geografia Política – Elites – Poder – Uberaba (MG).

ABSTRACT

The present Master dissertation analyzes the elites paper in the economic and political development of Uberaba city and the consequences in the production of the geographic space. This research occupy the period that extends of 1910 to 1960. We work with boarding theoretician and methodological of historical Geography and we seek to understand the relations of economic, social, cultural and politics production in Uberaba, constructing an analysis of the elites in their diversity and analyzing the power of these groups in different dimensions. The knowledge of the historic aspects of some social groups helps to explain the geographic transformations occurred in that space, and hinders the construction of models that do not correspond with the reality. In this perspective, we think that is essential to understand the (re)construction of the hegemonic power of these elites, as well as their values and strategies. In this research, in Uberaba (1910-1960), while maintenance instrument of the power in the economic relations, we evidenced that the political elaborated social nets that had formed a resistant society to the process of capitalist development.

Key Word: Historical Geography - Geography Politics - Elites – Power – Uberaba (MG).

LISTA DE FIGURAS

01 – Brasão do Município de Uberaba (MG) – 1928	30
02 – Rua São Sebastião, na área centra de Uberaba	32
03 – Rua do Comércio – cheia de lama e poças de água	33
04 – Ladeira do Rosário – central – excelente pasto para cabritos ...	35
05 – Rua Vigário Silva – localização central do município de Uberaba – no governo do coronel Manoel Terra	37
06 – Rua da Constituição – localização central no município de Uberaba	43
07 – Rua Major Eustáquio – localização central de Uberaba	46
08 – Rua Paschoal Totti, com buracos e imundice	46
09 – Rua 24 de Fevereiro – localização central de Uberaba – somente mato e buracos	47
10 – Inauguração em 1939 do Monumento à introdução do zebu	103
11 – Senhor José Caetano e sua esposa Cherubina Machado Borges	103
12 – Fazenda Laranjeiras que pertenceu a Rodolfo Machado Borges, um dos pioneiros da seleção de Gir e Nelore no	

município de Uberaba	104
13 - Mapa mundi com o roteiro das viagens de Teófilo de Godoy e de João Martins Borges	105
14 – Vacada guzerá, importada da Índia no ano de 1920	109
15 – Armazém da Fazenda Ponte Alta	112
16 – No alto: Príncipe, magnífico reprodutor Gujera, de 06 ano de idade. Teve uma prole esplêndida, vendida anualmente por preços elevados	114
17 - Balancetes da produção pecuária do Coronel Alceu de Miranda	115
18 - Balancetes da produção pecuária do Coronel Alceu de Miranda	115
19 – Selo comemorativo à entrada do zebu no Brasil	126
20 – Residência de José Caetano Borges, um dos pioneiros do zebu	127
21 – Residência de Arthur de Castro Cunha, situada à Praça Rui Barbosa também construída em estilo eclético	128
22 – Residência de Elieser Mendes dos Santos, um dos pioneiros na introdução do zebu	129
23 – Fazenda Santa Gertrudes que pertenceu ao Cel. João Quintino Teixeira, um dos introdutores do zebu em Uberaba	132

- 24 – Fazenda (Chácara) do Mirante que pertenceu a Delfino Gomes da
Silva um dos introdutores do zebu no município de Uberaba .. 132
- 25 – Fazenda da Glória que pertenceu a Alceu de Miranda 133
- 26 – Fazenda Gengibre que pertenceu a Guiomar Rodrigues
Cunha 133

LISTA DE QUADROS

01 – Receita e despesa da Prefeitura Municipal de Uberaba (1837-1859)	65
02 – Estatística sobre o comércio no Triângulo Mineiro (1904 – 1905)	91
03 – Ascensão da atividade pastoril nos primeiros anos do século XX	92
04 – Principais transações comerciais – compra e venda do gado zebu nas décadas de 1930 e 1940	125

LISTA DE MAPAS

01 – Rota Salineira, conhecida como “Caminho de Goiás”	57
02 – Rota salineira do Rio de Janeiro a Mato Grosso	58
03 – A nova rota salineira	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - GEOGRAFIA HISTÓRICA: algumas considerações	
Metodológicas	07
1.1 – A contribuição da história oral para a Geografia	14
CAPÍTULO 2 – AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE UBERABA NO PERÍODO DE 1870 A 1910	
	49
2.1 - O município de Uberaba: situação geográfica “privilegiada” ou geopolítica do território?	54
2.2 – O início do declínio comercial de Uberaba (1860)	70
2.3 – O desenvolvimento comercial de Uberaba (1860 a 1910)	72
2.4 – A concepção de hegemonia de uma elite dominante	77
2.5 – A força política uberabense ou... uma elite situacionista?	85
CAPÍTULO 03 – A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA ELITE UBERABENSE E SUA ATUAÇÃO NO CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO (1910-1960)	
	90
3.1 – O agravamento da crise econômica (e política) de Uberaba	98
3.2 – A mudança da atividade econômica no município de Uberaba.	100
3.2.1 – A introdução do Zebu no Triângulo Mineiro, via Uberaba	101

3.3 – O gado zebu provoca polêmica entre Minas Gerais e São Paulo: a campanha contra o zebu	109
3.4 – O fortalecimento dos criadores do gado zebu: a “união dos fazendeiros” e a criação do Herd Book Zebu (HBZ)	119
3.5 – O apogeu da comercialização do gado zebu (1935 a 1945)	129
3.6 – A Revolução Urbanística promovida pela fase “áurea” do zebu no município de Uberaba	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	139
FONTES: JORNAIS, DOCUMENTOS OFICIAIS E MEMORALISTAS .	148
ANEXO 1	149
ANEXO 2	150
OUTROS ANEXOS	151

INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe compreender a temática das elites no município de Uberaba (Minas Gerais), no período entre 1910 e 1960, e sua influência no desenvolvimento político-econômico desta cidade. Tal análise, considerada sem importância nos trabalhos acadêmicos e leigos apresentados anteriormente sobre este tema, surgiram de duas inquietações que me acompanham desde a infância.

A primeira delas refere-se ao fato de que quando eu viajava do interior de Goiás para o município de Uberaba, ouvia com frequência os comentários de meus familiares, ao passarmos por Uberlândia: “Estamos chegando na famosa Uberabinha”. Sendo assim, eu ficava sempre me perguntando sobre o motivo pelo qual Uberlândia era chamada de Uberabinha, se Uberaba era menor que Uberlândia. Essa contradição na escala geográfica de ambas as cidades me intrigava.

Outra inquietação envolvia meus avós maternos. Meu avô Aristoclides Afonso, na década de 1950, era um grande fazendeiro e criador de zebu; possuía uma extensa fazenda e fazia da criação de gado zebu a sua linha de produção. Numa certa manhã, contava a minha mãe, um sobrinho solicitou ao meu avô o seu aval no Banco do Brasil, pois ele estava comprando várias reses (zebu). Meu avô concedeu e avalizou o negócio, pois naquele período a comercialização

do gado zebu era de grande rentabilidade. Porém, após concretizarem a negociação, imediatamente o zebu sofreu desvalorização no mercado e o sobrinho de meu avô (Leônidas Afonso) faliu literalmente. No momento de desespero, suicidou-se, deixando todas as dívidas no Banco do Brasil para meu avô Aristoclides Afonso honrar, que as pagou, dispondo, para isso, de todos os seus bens a ponto de toda a família ter que mudar do município de Uberaba para a fazenda de um amigo, vivendo ali de favor por um longo período.

Estes dois acontecimentos, reportados acima, motivaram minha trajetória de pesquisadora na academia, como geógrafa. Inicialmente, procurei entender os motivos pelos quais o município de Uberlândia, com o dobro de habitantes do município de Uberaba, era chamado por um diminutivo do nome “Uberaba”. Quais os motivos que levaram Uberlândia a superar essa posição, digamos, hierárquica, em relação à produção do espaço geográfico uberabense? Como Uberaba se posicionou nesse processo? Quais os elementos constituintes deste processo? Quais fatores contribuíram para que o município de Uberaba – considerado no início do século XX o principal entreposto comercial (a Boca do Sertão), o elo de ligação comercial do Triângulo Mineiro com outros espaços do território nacional, como São Paulo, Goiás e Mato Grosso – perdesse sua hegemonia no processo de produção capitalista?

A criação do gado zebu foi a alternativa econômica ao marasmo no qual se encontrou o município de Uberaba após sua falência. Nesse contexto, qual a relação estabelecida entre este novo

meio de produção e as elites uberabenses? Tornou-se imprescindível questionarmos a atuação dos criadores no contexto político, como os mesmos estabeleciam suas redes de pessoalidade que, concomitantemente, repercutiam no âmbito político e econômico em diferentes escalas.

A presente pesquisa, portanto, foi elaborada em função destas questões. Dessa maneira, organizamos o trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo analisa a importância da geografia histórica para compreendermos as relações que envolvem os sujeitos sociais na sua diversidade. A questão histórica torna-se imprescindível para percebermos a cultura com um sistema rico de significados e valores intrínsecos, que, conseqüentemente, permite uma melhor análise dos diferentes modos de vida de uma sociedade e, ainda, as relações de poder nela estabelecidas.

Nesta perspectiva, a contribuição da História Oral foi determinante na elaboração da presente dissertação. O diálogo entre a História e Geografia é pertinente, pois ambas disciplinas fornecem subsídios para compreendermos a dinâmica do poder em toda a sua diversidade.

É importante ressaltarmos que, ao utilizarmos a História Oral, consideramos que as narrativas vêm carregadas de significados que precisam ser interpretados, para promoverem um debate no sentido de avançarmos na elaboração de novos questionamentos teórico-metodológicos.

No decorrer do primeiro capítulo, **Geografia Histórica: algumas considerações metodológicas**, estabelecemos um diálogo com os memorialistas do tema em Uberaba, para avançarmos no debate, ou seja, a análise política e econômica da realidade uberabense, pois devíamos ultrapassar os limites da factualidade. Nesta perspectiva, o diálogo foi pertinente, nos propiciando um melhor entendimento da postura não crítica dos memorialistas.

No segundo capítulo, **As transformações sócio-econômicas no município de Uberaba no período de 1870 a 1910**, discutimos, inicialmente, a situação geográfica do município de Uberaba, que tem uma localização privilegiada, dispondo de terras férteis e água em abundância, fatores decisivos para o início do processo de ocupação da região. Porém, aprofundamos esta discussão ao afirmamos que a situação geográfica privilegiada do município de Uberaba não se deve somente às “terras férteis” e às “boas pastagens”. No contexto da produção capitalista da época, Uberaba localizava-se no caminho das grandes rotas salineiras, e se apresentou como uma rota alternativa, além de viável e rendosa, para abastecer as regiões interioranas de Goiás e Mato Grosso. Outro fator determinante, presente neste capítulo, foi a constatação de que as elites, quanto à origem das mesmas, não estavam somente ligadas à criação de gado, mas igualmente ao comércio. No período que antecede a 1910, já existia uma elite (nos termos que defendemos na dissertação), o que tornou necessária uma análise do desenvolvimento comercial do município de Uberaba entre 1860 e 1910. Neste contexto, analisamos a força política

uberabense por meio da atuação de uma elite política situacionista, que reconstrói suas ações na produção do espaço geográfico como forma de manter sua hegemonia política e econômica.

O terceiro capítulo, **A consolidação de uma nova elite uberabense e sua atuação no cenário político e econômico (1910-1960)**, enfatiza a consolidação de uma nova elite uberabense e sua atuação no cenário político e econômico no período de 1910 a 1960. A produção capitalista do espaço geográfico uberabense revigorou-se com a chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Por outro lado, no sistema capitalista, a dinâmica do lucro fez com que os trilhos não ficassem apenas no município de Uberaba, prolongando-se até o município de Araguari. Neste contexto, constatamos uma retratação na atividade comercial de Uberaba. Diante desta crise no comércio, os latifundiários organizam-se e criaram o Club Lavoura e Commercio que, mais tarde, originaria o Partido da Lavoura, cujo objetivo central era defender os interesses dos grandes proprietários de terra. Neste capítulo, analisamos a mudança da atividade econômica no município de Uberaba, com a introdução do gado zebu que, concomitantemente, refletiu-se no fortalecimento de uma elite agrária que, por sua vez, repercutiu no espaço político e econômico, re-elaborando os valores e significados dessa classe social.

É imprescindível salientarmos, aos leitores desta dissertação, que o conteúdo que se segue está fundamentado em uma análise crítica da realidade sócio-econômica e política (em outras palavras, histórico-geográfica), que constitui uma perspectiva das relações de

poder que envolvem as redes de pessoalidade, o simbólico e toda a sociedade uberabense.

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA HISTÓRICA: algumas considerações metodológicas

Um dos pontos centrais da problemática dessa pesquisa foi o cuidado de não realizarmos um trabalho propriamente histórico, dado que nos situamos no campo da Geografia. Procura-se, sobretudo, geografizar as discussões, de maneira interdisciplinar com a História. Vários trabalhos já foram realizados em nível de mestrado e doutorado, no Brasil, nos quais a Geografia e a História caminham juntas no processo da construção do conhecimento. Como exemplo, podemos citar os trabalhos de Lourenço (2002), Brandão (1998), Dias (2001) e Bilac (2001), nos quais há uma verdadeira cumplicidade entre estes dois campos do saber científico. Neles, discutem-se as relações espaço/homem e poder, bem como a pertinência de se analisar a historicidade nos contextos geográficos.

Muitos geógrafos e historiadores acreditam que suas respectivas disciplinas trabalham com objetos e metodologias distintos. No entanto, vários outros autores ressaltam a pertinência de se trabalhar de maneira interdisciplinar ambas as ciências, sublinhando a importância da construção de novos questionamentos frente à produção do conhecimento. Dentre estes, citamos um dos nomes mais relevantes da Geografia Cultural, o estadunidense Carl Sauer (1889-1975), cujos trabalhos foram imprescindíveis para liberar a Geografia

estadunidense¹ do Determinismo Ambiental e construir estreitas ligações com a História e a Antropologia (CORREA, 2001).

Dentre os métodos utilizados por Sauer, os atribuídos à Antropologia são os seus preferidos. Conceitos como os de difusão cultural e de área cultural estão presentes nos trabalhos sauerianos. Em relação ao método, Sauer afirma:

Um lema do tipo “a Geografia é a história do presente” carece de significados. Introduce-se, portanto, necessariamente, um método adicional, o especificamente histórico, com o qual se utilizam os dados históricos disponíveis, via de regra, diretamente no campo, para a reconstrução das condições anteriores de povoamento, do uso do solo e de comunicação, quer se trate de testemunhos escritos como de testemunhos arqueológicos ou filológicos (SAUER, 2003, p. 24).

A questão da historicidade é de extrema importância na concepção de método de Sauer, pois este geógrafo constata que todo grupo ou sociedade humana precisa conhecer a sua gênese, ou seja, a história de seu desenvolvimento, para compreender determinadas escolhas realizadas pelo grupo (LOURENÇO, 2002).

Sendo assim, a Geografia cairia na mediocridade se se preocupasse somente com questões relacionadas à ocupação do espaço, sem correlacioná-la à historicidade do grupo. Portanto, o conhecimento de uma Geografia Histórica e, conseqüentemente, da historicidade de determinadas comunidades, ajuda a explicar as

¹ É importante ressaltar que a Geografia estadunidense originou-se ligada às ciências naturais, em especial à Geologia. Este período remonta ao início do século XIX, quando a Geologia era considerada de grande importância devido ao papel que desempenhava no levantamento dos recursos do subsolo nacional.

transformações geográficas ocorridas, o que questiona a construção de modelos que não condizem com a verdadeira realidade dos diferentes grupos.

Rogério Haesbaert, no livro *Territórios Alternativos*, enfatiza a importância de um diálogo interdisciplinar entre a História e a Geografia para uma análise mais coesa da realidade:

Não é de hoje que Geografia e História colocam questões comuns, sendo imprescindível estimular o diálogo e a interdisciplinaridade. Ainda que a Filosofia e outras áreas das ciências sociais de longa data advirtam para a indissociabilidade entre espaço e tempo, nossas áreas não raro se divorciaram, inclausurando-se em redutos individuais, o que pouco contribui para nossas respectivas leituras da realidade (HAESBAERT, 2002, p. 101).

Nesse contexto, ressaltamos as contribuições de Wagner e Mikessel (2003) e Williams (1979), no que se diz respeito às noções de cultura, área cultural, paisagem cultural e história da cultura.

Na presente dissertação, a análise e o entendimento dos temas supracitados são fundamentais para entendermos a atuação das elites no contexto político e econômico de Uberaba, ou seja, a problemática deixou de ser apenas econômica e passou para o campo das relações culturais que norteiam o processo de reconstrução diário da hegemonia mantida por um grupo que possui interesses comuns em um determinado espaço de atuação: o município de Uberaba.

Conforme afirma Williams (1979, p. 7):

No centro mesmo de uma importante área do pensamento e da prática modernos, que ele habitualmente descreve, há um conceito, “cultura”, que em si mesmo, através da variação e complicação, incorpora não só as questões, mas também as contradições através das quais desenvolveu. Esse conceito funde e confunde as experiências e tendências radicalmente diferentes de sua formação. É impossível, portanto, realizar uma análise cultural séria sem chegarmos a uma consciência do próprio conceito: uma consciência que deve ser histórica.

Nesta concepção, a questão histórica torna-se imprescindível para analisarmos a cultura como um sistema de significados e valores que, concomitantemente, estabelece uma análise dos modos de vida de uma sociedade; por conseguinte, compreendem-se as relações de hegemonia estabelecidas para a manutenção do poder.

A cultura, conforme Williams (1979), denota o modo de vida e, quando analisada na perspectiva de um desenvolvimento histórico, promove uma forte pressão nos demais conceitos. As redes de pessoalidade² e a importância do simbólico são fundamentais para a análise, neste sentido.

Neste primeiro momento, não detalharemos o processo de funcionamento das redes de pessoalidade e o uso do simbólico na construção das relações de poder no município de Uberaba, mas faremos esta discussão nos próximos capítulos.

² Na análise de documentos e no trabalho de campo da presente pesquisa, constatamos, no município de Uberaba, a importância que as pessoas dão a conhecer quem realmente interessa, ou seja, a existência das redes de pessoalidade faz parte do cotidiano uberabense. Silva (2002, p. 28) constatou o mesmo em relação à cidade de Guarapuava (PR): há um grupo coeso, com forte identidade local, que concentra prestígio social, poder econômico e mantém redes de relações pessoais altamente restritivas e, de alguma forma, viabiliza a manutenção de sua posição social e econômica por meio de suas redes de pessoalidade.

Inicialmente, pretendemos entender que não basta apenas analisarmos a atuação das classes sociais distintas no espaço e as mudanças decorrentes das mesmas no município de Uberaba.

Torna-se, assim, necessária não somente a análise do contexto geográfico, mas também a análise histórica do processo de ocupação sócio-espacial. Pretendemos, mais uma vez reafirmarmos, demonstrar a importância do conhecimento da cultura e da historicidade em todas as etapas de nossa pesquisa.

Estes elementos conflituosos são analisados, por Thompson (1998), como a relação existente entre os sujeitos sociais, haja vista a cultura como recurso imprescindível para entendermos os processos de dominação que permeiam os espaços. Conforme Thompson (1998, p. 17) afirma em relação à cultura:

Mas cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua inovação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.

Esse autor ressalta a importância da cultura como uma forma de se relacionar o escrito e o oral, ou seja, a análise dos “viveres e saberes” que constituem nosso objeto de estudo. Na análise que empreendemos, está clara a existência do dominante e do subordinado,

em uma reconstrução constante do poder hegemônico pré-estabelecido, o que caracteriza um espaço de histórias e constantes conflitos no município de Uberaba.

Analisar a atuação das elites uberabenses nos cenários político e econômico requer bem mais que uma pesquisa cujo foco principal seja a análise das conseqüências do poder exercido pelas mesmas. Precisamos elaborar questionamentos que evidenciem a atuação das elites na sociedade, visto que as mesmas não existem sozinhas. É preciso, no primeiro momento, identificar que elite é essa, buscar compreendê-la na sua diversidade interna e nas relações que constrói com outros segmentos sociais. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível compreendermos a historicidade dos próprios sujeitos sociais nesse/desse espaço geográfico.

Os instrumentos teóricos precisam seguir não somente uma análise geográfica, visto que, sem o embasamento teórico e prático do histórico, não teríamos compreendido a gênese do nosso objeto de estudo.

O entendimento da historicidade dos diversos sujeitos sociais está presente na metodologia de Sauer, conforme referimos de início, na qual todo grupo humano estabelece sua realidade de vida, conforme a maneira mais condizente.

Portanto, a compreensão das razões que levaram certos grupos sociais a determinadas ações apenas torna-se possível a partir do momento em que entendemos sua história, isto é, as técnicas e os instrumentos, bem como as ações, utilizados por este grupo e,

concomitantemente, os significados ali apresentados e como são representados.

A aplicação desta metodologia, segundo Lourenço (2002, p. 22), perfaz uma tarefa do geógrafo historiador, a de reconstruir paisagens passadas, tarefa para a qual evidencia três etapas importantes:

- Conhecimento do funcionamento da cultura na sua totalidade;
- Conhecimento das evidências contemporâneas à cultura em questão.
- Conhecimento do terreno, isto é, do meio físico que a cultura ocupou.

Este autor descreve os caminhos que o geógrafo histórico deve trilhar para realizar uma análise centrada na cultura/meio ambiente/sujeitos sociais. Por outro lado, o presente trabalho aborda não somente a relação cultura/meio ambiente e sujeitos sociais, como refaz uma leitura política e econômica da atuação das elites no município de Uberaba.

Esta relação espaço/política perfaz uma análise de não neutralidade dos sujeitos sociais que interagem e produzem um campo de ação entre diferentes interesses, conforme afirma Lacoste (1973, p. 234):

Mas devemos também levar em consideração que o espaço não é nem neutro nem inocente; ele é um dos campos de ação por excelência das forças políticas: o Estado também é uma entidade

geográfica e o aparelho de Estado organiza o espaço geográfico de modo a exercer seu poder sobre os homens.

Conforme afirmamos anteriormente, esta análise iniciará pela compreensão das elites na sua diversidade, bem como na importância destes sujeitos sociais nas alterações promovidas no espaço geográfico em questão e os possíveis reflexos nos cenários político e econômico do referido espaço.

1.1 – A contribuição da história oral para a Geografia

A prática das narrativas ocupa grande importância no processo de elaboração de uma pesquisa acadêmica como a nossa. A história oral, a esse propósito, se consolidou como prática e movimento de 1960 a 1970, com um debate cujo enfoque central é a relação entre memória e história.

Este debate, segundo Thomson (1998), deixa claro as restrições existentes entre os historiadores praticantes da história oral e os historiadores documentalistas tradicionais, os quais afirmavam que a memória não poderia ser uma fonte histórica confiável.

Os historiadores documentalistas aumentavam o tom de críticas à história oral no instante em que apresentam o fato de a memória sofrer distorções em decorrência da velhice ou por existir

algum tipo de alteração por parte de preconceitos entre o entrevistador e o entrevistado.

Por outro lado, os historiadores criaram novos métodos de análise, como demonstra Thomson (1998, p. 69):

Nos últimos anos alguns historiadores orais criaram métodos de análise e de entrevistar que se fundamentam num entendimento mais complexo da memória e da identidade, e que sugerem meios novos e estimulantes para tirar o maior proveito das memórias para fins de pesquisa histórica e sociológica. Procuramos explorar as relações entre reminiscências individuais e coletivas, entre a memória e identidade, ou entre entrevistador e entrevistado. De fato, freqüentemente estamos tão interessados na natureza e nos processos de rememoração quanto no conteúdo das memórias que registramos.

No presente trabalho, a análise das narrativas é imprescindível para compreendermos a dinâmica do papel das elites no município de Uberaba.

Não é objetivo deste trabalho identificar as elites e simplesmente apontar as conseqüências de sua atuação no contexto político e econômico para o município, pois consideramos que as narrativas vêm carregadas de significados que precisam ser interpretados, visto que, ao entrevistarmos os sujeitos, partirmos do pressuposto de que os entrevistados identificam as elites em suas próprias perspectivas. Outro ponto importante que devemos acrescentar, quanto à contribuição da história oral para o presente trabalho, é a capacidade de questionarmos a atuação dos sujeitos sociais que fazem parte do contexto político e econômico.

Os trabalhos dos escritores regionais não acadêmicos foram de extrema importância para conhecermos o espaço geográfico da época, bem como os testemunhos dos sujeitos sociais que faziam parte desta realidade.

Conforme afirma Lourenço (2002, p. 24):

Os trabalhos dos historiadores regionais, não acadêmicos, são inestimáveis, pois não só coligem fontes às quais nunca teremos acesso, como soa também o testemunho de personagens da época e da região que iremos estudar. Assim em nosso estudo, trabalhamos com Antonio Borges Sampaio [...], Hildebrando Pontes [...], Pedro Pezzuti [...], Tito Teixeira [...], Edelweiss Teixeira [...], Pedro dos Reis Coutinho [...], e Jorge Alberto Nabut [...], foram fundamentais dentro outros motivos pela riqueza fatural que apresentam. A leitura e o cotejo da contribuição desses historiadores, cada qual relativa à sua cidade de origem, permitiu-nos visualizar o desenvolvimento histórico e espacial de toda a região.

Discordamos do autor em alguns aspectos. Dos autores citados por ele, lemos obras de Antonio Borges Sampaio (2001), Hildebrando Pontes (1978) e José Alberto Nabut (1986), e concluímos, sem dúvida alguma, que há riqueza factual presente nessas obras, porém não encontramos uma postura crítica nesses autores.

Estas obras retratam fatos do período em que o município de Uberaba surgiu no cenário nacional como importante entreposto comercial, em destaque já no ano de 1889, com a chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, aumentando as relações comerciais do município; em seguida houve o prolongamento da ferrovia até Uberabinha (Uberlândia), em 1895, e Araguari, em 1896,

ocasionando o declínio do comércio em Uberaba e, conseqüentemente, a cidade deixou de ser o entreposto comercial da região³ (REZENDE, 1983).

Este período da história de Uberaba foi de grandes transformações no âmbito econômico, que atingiram de forma direta a vida de todos que residiam na cidade, ou seja, tais acontecimentos eram passíveis de análise não somente pela sociedade, mas por parte dos escritores que retratavam o cotidiano do município. Estas observações não foram encontradas nas obras acima citadas, pois as mesmas apenas apresentam fatos ocorridos, omitindo uma análise do discurso político que as engendrou, o que seria uma forma de questionar a conjuntura política e econômica do município em seus acontecimentos.

Por conseguinte, a interpretação das narrativas torna-se indissociável do presente trabalho, visto que as mesmas contêm significados que precisam ser compreendidos e re-elaborados para a realização de uma releitura que permita uma análise política e que ultrapasse a factualidade.

Outro acontecimento importante que ocorreu no município de Uberaba, no ano de 1911, foi a canalização do comércio entre os Estado de Mato Grosso e São Paulo. Tal fato acarretou complicações para a economia do município, pois diminuiu de forma drástica o comércio de Uberaba. Ao analisarmos Pontes (1978), não encontramos

³ Este período, que abrange a importância do comércio para ascensão comercial do município de Uberaba e as conseqüências com a chegada da Cia de Estradas de Ferro Mogiana, será melhor detalhado no próximo capítulo.

uma análise crítica deste acontecimento; ao contrário, o mesmo se posiciona de forma clara: não questiona tais acontecimentos.

Podemos constatar esta postura não crítica do autor ao lermos sua análise da situação do município de Uberaba no ano de 1911, na qual Pontes (1978, p. 97) afirma que:

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1911, penetrando o Estado do Mato Grosso, canalizou de São Paulo, para lá, inteiramente o comércio que, antes, fazia com Uberaba, e esta cidade, dentro em pouco, limitou as suas transações a si própria, pois a parte oeste do Triângulo passou a se relacionar com as praças de Barretos e Bebedouro, então ponto terminal da Estrada de Ferro Paulista, pelo porto “João Gonçalves” modernamente “Antonio Prado”; a parte norte, Uberabinha (hoje Uberlândia), ligou-se, por estradas de rodagem, ao sudoeste goiano, e de Araguari, ponto inicial da Estrada de Ferro de Goiás, e canalizou tudo para o sul do Estado daquele nome.

O autor descreve o processo do desvio da rota comercial que até então passava por Uberaba e, a partir desta ligação direta entre São Paulo e Mato Grosso, pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, evidencia-se o declínio do comércio na cidade de Uberaba, haja vista a mesma passar a estabelecer relações comerciais apenas nos seus limites territoriais.

O município de Uberaba passou por dois momentos críticos⁴ na sua história em relação à atividade comercial, o que incidiu

⁴ Estes dois momentos críticos na atividade comercial predominante serão analisados com detalhes nos próximos capítulos, visto que estamos nos referindo a eles, neste momento, apenas para analisarmos a posição dos autores da época em relação à questão política e econômica do município de Uberaba.

diretamente na posição de destaque que ocupara, como entreposto comercial na região.

Diante desses acontecimentos, de grande relevância para o cenário político, econômico e social do município de Uberaba, não encontramos questionamentos passíveis de análise crítica da situação que destituiu Uberaba da posição de destaque na região.

O conservadorismo de alguns autores torna-se evidente nos seus discursos, quando sustentam que Uberaba na verdade se “libertou” de algumas praças, conforme podemos observar nas afirmações de Pontes (1978, p. 97):

Uberaba, insulando-se, libertou-se, afinal, da dependência daquelas praças e se entregou, animadamente, à agricultura e à indústria pastoril, as quais colocam este município em lugar de mercado destaque no Brasil Central.

Ao lermos esta afirmação, torna-se notória, mais uma vez, a essência que norteia nosso trabalho: uma releitura dos processos econômicos e políticos do município de Uberaba, considerando-se as transformações causadas pelos agentes sociais e as relações de poder que circundam o processo de transformação do espaço, bem como suas especificidades.

A contradição de autores como Pontes (1978) é evidente no instante em que consultamos os jornais locais, como a *Gazeta de Uberaba* (1895-1911), *Lavoura e Comércio* (1903-1910) e o *Correio Católico* (1901). As respectivas datas dos jornais acima foram criteriosamente escolhidas para evidenciarem o início e término do

processo de decadência das atividades comerciais no município de Uberaba, considerando-se o fim da posição de destaque econômico como entreposto comercial na região. Os Jornais deste período constataam um grande retrocesso no movimento das casas comerciais⁵. O jornal *A Gazeta de Uberaba*, no ano de 1892, por meio de seu editorial, publicou duas reportagens, chamando a atenção dos uberabenses em relação ao prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana até Uberlândia⁶.

Outros jornais da época também chamam a atenção para os pontos negativos que ocorreram e que ainda poderiam afetar mais profundamente a situação econômica do município de Uberaba, simultaneamente enfatizando a urgência de se investir na abertura de novas indústrias, ou correr-se-ia o risco de sofrer um grande retrocesso⁷.

⁵ Várias casas comerciais pediram concordata, entre elas a firma Lames Bernardes (1903) – (Jornal Lavoura e Comércio, n. 377 – 12/02/1903, p. 2)

⁶ “A prosperidade aduzida pelo comércio à [sic] localidades de trânsito não se pode negar é ephêmera, apenas se desenvolve e se mantém enquanto maior facilidade e maior distância não oferecem ao produtor outra localidade mais próxima ao consumidor. Disto temos evidentes provas em cidades que foram algum tempo ponto terminal de estrada de ferro e que depois desta prolongar-se ficaram em piores circunstâncias do que aquelas em que se achavam primitivamente. Este fenômeno tem sido observado em todas as cidades por onde tem passado a linha de Estrada de Ferro Mojiana. Quem viu Moji – Mirim, no tempo em que aquela cidade era o ponto terminal da estrada de ferro, o comércio atívisimo e principalmente de tropeiros e depois que a estrada continuou para Casa Branca, o desaparecimento quase completo do comércio, não acreditaria que ela jamais se levantasse do abatimento que a deixou. As estradas de ferro trazem para todos os lugares por onde passam, aumento das riquezas e desenvolvimento, das existentes e além disso, uma população que na linguagem popular e chamada de volante que sempre acompanha a estrada de modo que quando esta prossegue há como que uma solução de continuidade na vida comercial, no progresso desse lugar” (Gazeta de Uberaba, n. 874 e 1008, p. 01).

⁷ O *Correio Católico*, em 08/09/1901, anunciou: “O comércio da praça uberabense tão florescente outra, tem diminuído sensivelmente, e assim continuará, se não desenvolvermos indústrias”. E disse o Jornal Lavoura e Comércio – 11/07/1905: “É fato observado por todos, verdade de todos, infelizmente reconhecida que de 05 anos a esta parte, a nossa bela Uberaba, retrógrada a olhos vistos, caminhando com incrível velocidade para aniquilamento fatal, se medidas eficazes não vieram embaraçar este desfecho para e qual o governo do Estado, não pouco tem contribuído” – Gazeta de Uberaba, n. 3059 – 16/10/1907: “Não descuidemos. É bem seria a crise porque passa atualmente a nossa cidade, crise que vem acentuando de longa data e que chegará a tocar o seu auge se persistirmos neste indiferentismo e não mudarmos de rotina”.

A contradição, por conseguinte, é evidenciada ao confrontarmos alguns autores, a exemplo de Pontes (1978), com a realidade descrita pelos jornais da época.

É fundamental ressaltar e reconhecer a importância de Pontes (1978) no que se diz respeito à descrição de fatos ocorridos na época em análise, e também o contato com os agentes sociais deste período, fato que talvez seria impossível sem a colaboração do autor.

Outro autor que também nos chamou a atenção, mediante seu “conservadorismo”, presente em suas obras, foi Antônio Borges Sampaio. Dentre suas obras, destacamos *Uberaba: história, fatos e homens* (2001), na qual encontramos textos referentes às nomenclaturas das ruas, travessas, becos, colinas, templos e edifícios públicos de Uberaba (1880); *Estradas Primeiras no Sertão da Farinha Podre* (1889); *Hospital da Misericórdia de Uberaba* (1902); *A música em Uberaba* (1902); *Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro* (1906).

Sampaio (2001) escreveu sua autobiografia, na qual enfatiza sua atuação na política, na justiça e na vida pública. Fazem parte também, de sua obra, as biografias de personalidades uberabenses de destaque, como o Cônego Hermógenes, o Padre Antônio José da Silva, o primeiro Vigário de Uberaba, o Padre Manuel Joaquim da Silva Guimarães, o Barão da Ponte Alta, o Capitão Joaquim Antônio Rosa, o Tenente-Coronel Francisco Rodrigues Barcelos, o Capitão João Batista Machado, o Comendador José Bento do Vale, o Major Joaquim José de Oliveira Pena, o Juiz de Direito Zeferino de Almeida Pinto, o Doutor

Tomás Pimentel de Ulhoa, a neta do inconfidente e Alferes Tiradentes – Carolina Augusta Cesarina – e, para finalizar, fez a biografia de sua esposa, a Senhora Maria Cassimira de Araújo Sampaio.

O autor atuou em vários segmentos da sociedade uberabense; pertenceu ainda a diversas entidades, como afirma Bilharinho (Jornal Uberaba, 2002, p. A6):

Sampaio pertenceu a inúmeras entidades locais (a exemplo do Clube Literário Uberabense e do Grêmio Literário Bernardo Guimarães, fundados respectivamente em 1880 e 1904), bem como de outras cidades (Institutos Históricos e Geográficos do Rio de Janeiro e São Paulo e do Arquivo Público de Minas Gerais, além de outros).

A participação de Antonio Borges Sampaio no cotidiano da sociedade uberabense deixa claro sua atuação nos cenários políticos, econômicos e sociais da cidade em questão e do seu entorno rural. A atuação de Borges Sampaio foi de grande importância para a elevação da vila Uberaba à condição de cidade, no ano de 1856, visto que, em 1855, com a ajuda do professor Manuel Garcia da Rosa Terra, realizaram voluntariamente um recenseamento urbano da vila, o qual foi acatado pela Câmara Municipal e serviu de fundamento para a Assembléia Legislativa Mineira promover a elevação de Uberaba, até então na condição de vila, à categoria de cidade (BILHARINHO, 2002).

Fizemos um esboço das obras e da participação de Antônio Borges Sampaio nos diversos segmentos sociais da cidade, sejam eles políticos, econômicos ou sociais, visto que constatamos sua

importância para nós, pesquisadores, que temos a oportunidade de acessar vários dos sujeitos sociais que fizeram a história do município de Uberaba.

Por outro lado, não podemos nos restringir apenas à análise de sua importância; é preciso seguir além das publicações de Antônio Borges Sampaio, questionando seu posicionamento, pois o autor deixou de agregar uma postura crítica às suas análises, tendo seus motivos para isso.

Ao lermos as biografias de personalidades uberabenses que escreveu, não constatamos, igualmente, uma análise crítica da atuação destes no contexto do município de Uberaba; nas demais obras, também não questionou a realidade do município no cenário regional.

Outro autor de grande importância para Uberaba é o Doutor José Mendonça⁸; do conjunto de sua obra podemos destacar *História de Uberaba*, utilizada em nossa análise.

Mendonça (1974) apresenta características que o diferenciam dos autores já analisados, embora ainda não seja o que consideramos como um autor realmente comprometido com o desenvolvimento do município de Uberaba.

⁸ José Mendonça (1904-1968), advogado, professor, jurista e jornalista com mais de 1500 artigos publicados, autor, entre outras obras, do clássico *A prova Civil* (1940) e de *Ação Nacional* (1937), que mereceu carta ao autor, artigo e citação encomiástica em conferências por parte de Monteiro Lobato, entre outros artigos elogiosos de Nelson Werneck Sodré do *Correio Paulistano* de 15/07/1937, Plínio Barreto, no jornal *Estado de São Paulo* de 03/07/1937, e Carlos Chiachio na *Folha da Tarde* de Salvador/BA, em 15/08/1937, tendo este afirmado que José Mendonça seria quem melhor estuda nossa realidade precária naquele momento (Guido Bilharinho, *Jornal de Uberaba* – 19/03/2005): Conexões Nacionais e internacionais de personalidades uberabenses.

No decorrer do seu livro *História de Uberaba*, constatamos o mesmo fato analisado por Pontes (1978), ou seja, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ou Estrada de Ferro Uberaba-Coxim, no ano de 1911. Contudo, ao contrário de Pontes (1978), que diz que Uberaba se libertou “daquelas praças” e se entregou à agricultura e à indústria pastoril, Mendonça (1974) assume uma postura mais crítica em relação ao cancelamento da construção da Estrada Ferro Noroeste do Brasil, que deveria ter sido construída a partir de Uberaba, com destino a Coxim no Mato Grosso⁹.

O cancelamento da construção da Estrada de Ferro no município de Uberaba foi motivado por questões políticas que perpetuavam as relações de poder predominantes, conforme afirma Mendonça (1974, p. 93):

Veio a Uberaba uma brilhante comissão de engenheiros, notando-se entre eles, os Doutores Paulo Sousa (chefe) e Pederneiras.

O Doutor Paulo Sousa trouxe uma carta de Bento Quirino ao Sr. Carlos Batista Machado, solicitando-lhe o seu apoio e seu auxílio par a comissão e, particularmente, para o portador.

Carlos Batista Machado forneceu-lhe um “Gueiro” que atendia por “Tonico Menagem”.

Houve um magnífico baile, no prédio onde está instalado, hoje, o colégio Diocesano.

O escritório dos engenheiros instalou-se na rua Santo Antonio.

Mas... a política fez-nos perder a estrada.

⁹ “Trata-se de um dos capítulos mais constrangedores da história de Uberaba. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, hoje uma das mais opulentas e eficientes vias férreas do Brasil, que faz a riqueza e o progresso do noroeste paulista, devia ser construída a partir de Uberaba rumo a Coxim, no Estado de Mato Grosso. Denominar-se-ia Estrada Ferro Uberaba – Coxim. Contou-se o meu ilustre e saudoso amigo Carlos Batista Machado, que por muitos anos, honrou o cargo de oficial de registro civil desta cidade, que chegaram a ser feitos estudos e a localização da estrada” (MENDONÇA, 1974, p. 92-93).

Rodrigues Alves, na presidência da República, comprometeu-se como o governo de Minas a eleger Afonso Pena para presidência, como seu sucessor, desde que a Estrada de Ferro para o Mato Grosso se construísse no Estado de São Paulo.

Houve a troca.

E a Noroeste é, hoje um das mais poderosas alavancas do admirável progresso de São Paulo.

A análise do autor evidencia a questão política como fator determinante na produção do espaço e, concomitantemente, interfere de forma negativa no desenvolvimento das atividades comerciais, predominantes na época.

O cancelamento da construção desta Estrada de Ferro gerou grandes infortúnios para os comerciantes uberabenses, visto que restringiu o mercado consumidor, ocasionando uma estagnação e, por conseguinte, uma forte crise.

Conforme afirma Rezende (1983), as perdas das “praças” que eram o sustentáculo do comércio uberabense, ocasionaram, além da crise comercial, a perda definitiva da hegemonia comercial de Uberaba, até então.

Em decorrência desses fatos, o município de Uberaba mudou suas atividades comerciais, transformando-se em um grande centro pecuarista pela criação de gado zebu¹⁰.

Todas estas transformações no cenário econômico, político e social são fatores determinantes no modo de produção do espaço, isto

¹⁰ O declínio da atividade comercial e a ascensão do gado zebu no município de Uberaba serão analisados detalhadamente nos próximos capítulos da pesquisa, haja vista a discussão empreendida por esta pesquisa quando à presença do zebu no cenário político e econômico, bem como as consequências deste cenário para a sociedade uberabense que participou deste processo.

é, fazem-se necessárias à discussão e a análise crítica em todo o processo geográfico.

É esta discussão crítica que muitos autores uberabenses não conseguiram transpor para suas obras. É importante ressaltarmos que Mendonça (1974) iniciou a discussão ao afirmar a questão política como fator decisivo nas grandes decisões no município de Uberaba. Porém, não aprofundou o debate e o questionamento para uma análise coesa e que realmente forneça subsídios para entendermos as relações de poder que determinam, na maioria das vezes, a produção do espaço.

A relação poder/política indicia outras relações, que se perpetuam em determinadas sociedades. Para Bobbio (2003), a política está de forma direta ou indireta relacionada à prática do exercício de poder. O poder e a política se inter-relacionam no território, conforme afirma Bobbio (2003, p. 137):

Emprega-se o termo “política”, normalmente, para designar a esfera de ações que têm relação direta ou indireta com a conquista e o exercício do poder último (supremo ou soberano) sobre uma comunidade de indivíduos em um território.

A afirmação de Bobbio (2003) é enfatizada pela ação de grupos que detêm o poder no município de Uberaba e, por meio de ações políticas, delineiam as ações que devem acontecer no espaço

em construção, desde que tais ações fortaleçam a reconstrução constante da hegemonia de determinados grupos¹¹.

Por conseguinte, esta análise da política e do poder, ausente nas obras dos escritores uberabenses que analisamos, é imprescindível para entendermos as transformações políticas, econômicas e sociais, e deixa para nós algumas inquietações, as quais nos motivam a avançar na pesquisa.

Na verdade, para quem estes autores escreviam? Quais os interesses que representavam? Existia alguma preocupação realmente no desenvolvimento econômico do município de Uberaba, ou, na verdade, contribuíram para a reconstrução do poder hegemônico atuante?

Em contrapartida, nos deparamos com um autor na década de 1930 que apresenta uma outra análise das relações de poder que permeia todo o município de Uberaba. Trata-se de Orlando Ferreira (1928), que, dentre suas obras mais instigantes, está *Terra Madrasta*, de 1928, e o *Pântano Sagrado*, de 1948. No livro *Terra Madrasta*, Ferreira contradiz de forma clara e objetiva todos os autores, até então analisados por nós. Refaz a leitura da situação política e econômica do município de Uberaba, tecendo fortes críticas aos grupos que estavam no poder.

¹¹ Segundo Bobbio (2003, p.137), “Para determinar o que o âmbito da política abrange, não se pode prescindir de especificar as relações de poder que em toda a sociedade se estabelecem entre indivíduos e grupos, entendendo-se poder como a capacidade de um sujeito influir, condicionar e determinar o comportamento de outro indivíduo. O vínculo entre governantes e governados, no qual se dissolve a relação política principal, é uma relação típica de poder”.

A postura dos políticos que se encontram no poder é o início da análise de Ferreira (1928, p. 25):

Uberaba é uma cidade mineira. Infelizmente está encaixada no Estado de Minas e por isso sofre também as conseqüências do atrazo mineiro: não progride. Entretanto, há homens aqui, uns uberabenses e outros não, que absolutamente não se corromperam, vencendo a influência do meio: possuem todos os requisitos para erguer o município, mas estão à margem porque a malfadada política mineira não os quer.

Desde começo de sua vida municipal, em 1836, até o ano de 1926, Uberaba não teve administradores que soubessem promover a nossa felicidade, desenvolvendo uma acção efficaz, intelligente e enérgica; foram todos nullos, inproductivos, tímidos e rotineiros.

O autor acima deixa clara a sua postura, enquanto questionador da situação do município de Uberaba, mudando completamente o foco de análise dos autores uberabenses, ou seja, ao lermos suas obras, constatamos uma postura crítica definida, diferente dos outros autores.

Outra característica importante de Ferreira (1928) é a clareza com a qual o autor se mantém quanto a todos os fatos descritos no decorrer de suas obras. Ao retratar as forças concorrentes e as forças oponentes que atuaram no município de Uberaba, o autor nomeia todas as famílias responsáveis, a seu ver, pela estagnação do município de Uberaba¹².

¹² Para Ferreira (1928, p. 26-27), "Ao contemplarmos Uberaba actual de todas as épocas, temos diante dos olhos a visão clara e nítida da grande desproporção que aqui existe entre as forças concorrentes e as forças oponentes. Uberaba é uma obra de liliputianos. Entre nós tem sido e são terríveis forças oponentes ao progresso do município:

1º - A administração

2º - A política

3º - O Clero

Outra análise feita por Ferreira (1928) diz respeito ao codinome de Uberaba, a “Princesa do Sertão”. A origem deste título, segundo Pontes (1978), teve início com a Lei Municipal 582, de 11 maio de 1928, que criou o Escudo do Município¹³ (Cf. FIGURA 01). É importante entendermos o significado dado pelos que, até então, estavam no poder, do título “Princesa do Sertão”, por intermédio do Escudo do Município e, em seguida, confronta-lo-emos com a análise de Ferreira (1928).

Conforme Pontes (1978, p. 1), o Escudo do Município abrangia os seguintes significados:

Escudo redondo português, encimado pela coroa mural, distintivo das cidades. Em campo vermelho (de goles), uma faixa de prata do início do escudo, simboliza o rio de água brilhante, o Y-berab, de onde procede o nome Uberaba. Uma asna, também de prata, conjugada à faixa, deixa no campo do escudo uma área irregularmente triangular que simboliza o Triângulo Mineiro e onde se estampam cinco estrelas de prata, postas em aspa, das quais a do centro é a maior e uma coroa de príncipe alto próximo da vértice da asna – simbolizando as cinco estrelas as principais cidades da região da Triângulo Mineiro, e a maior recorda a primeira de Uberaba – quanto a coroa do príncipe, rememora ela autonomasia já antiga hoje secular, atribuída a Uberaba: “a Princesa do Sertão”.

4º - A empresa Força e Luz

5º - A família Borges

6º - A família Prata

7º - A família Rodrigues da Cunha”.

¹³ Segundo Pontes (1978, p. 2) “Eis, na sua íntegra, esta ato: Lei n. 582 , de 11 maio de 1928. Aprova o Escudo de Uberaba – O povo do município de Uberaba, por seus vereadores votou e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado o escudo de Uberaba, bem como o uso do mesmo em sinete dos papéis oficiais do município.

Art. 2º - Para o pagamento da confecção do escudo fica o Sr. Agente Executivo autorizado a despende a importância que se fizer necessária.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Paço da Câmara Municipal de Uberaba, aos 11 de maio de 1928. Cumpra-se. O Diretor da Secretaria registre e publique: a) Dr. Olavo Rodrigues da Cunha – Presidente da Câmara e Agente Executivo. Registrada e publicada nesta secretaria da Câmara Municipal de Uberaba, aos 11 de maio de 1928. O Diretor I.R. Souza Borges”.



FIGURA 01 – Brasão do Município de Uberaba (MG) – 1928.

FONTE: BOLETIM INFORMATIVO DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA (2004).

Nessa perspectiva, a dos que estavam no poder, representados pelo Presidente da Câmara e Agente Executivo, o Doutor Olavo Rodrigues da Cunha, o município de Uberaba com seu “rio de águas brilhantes” é a principal cidade do Triângulo Mineiro. O memorialista Pontes (1978) apenas descreve os símbolos que reafirmam a condição de “Princesa do Sertão”, sem questionar os referidos atributos concedidos ao município de Uberaba. O que fica claro nos dizeres de Pontes (1978, p. 2): “O escudo de Uberaba é um conjunto de símbolos que resumem, expressivamente, a história e a Geografia do Município”.

Por outro lado, Ferreira (1928, p. 48) agrega outros significados ao título de “Princesa do Sertão”, ao confrontar a realidade do município de Uberaba:

Existia na época um grande equívoco em relação ao título de “Princesa do Sertão”.

As ruas de Uberaba... Ah! Essas ruas da famosa “Princesa do Sertão”. Eu até medito sobre impropriedade desse título. Ficaria melhor: Mucama do Sertão... Algumas fotografias que eu público (sic) no presente volume falam melhor do que qualquer narrativa. Verdadeiras alfurgas, são a nossa maior vergonha e a prova do desleixo, relaxamento e frouxidão que infelizmente emperam em nossa terra. Chamo portanto a atenção do leitor para as referidas fotografias, afim de se capacitar da verdade e do quadro espantoso que a velha Uberaba oferece aos olhos de todo o mundo. Vê-se em completo abandono, com as ruas sujas, cheias de capim, vassouras e buracos!

As fotografias a que o autor se refere estão nas próximas páginas, nas quais constata-se um total descaso com o município de Uberaba e reforçam ainda mais as inquietações que resultaram nesta nova “leitura” da realidade política e econômica e, conseqüentemente, do campo de poder aqui estabelecido. Torna-se claro que o aposto de Uberaba, “Princesa do Sertão”, não reflete a real situação do município ou, ainda, que para uma elite situacionista, ela realmente fosse uma “Princesa do Sertão”, porém, não com reis ou rainhas, mas com coronéis que impunham seu poder na política, na economia e no cotidiano de cada cidadão.

Ao analisarmos a foto da FIGURA 02, a qual retrata uma rua de Uberaba, no período em questão, constatamos o total descaso com a infra-estrutura urbana da cidade: as ruas com enormes buracos, sem

calçamento, a precária rede de esgoto a céu aberto, como podemos verificar. A cidade de Uberaba, conforme relata o autor Orlando Ferreira, era considerada a terceira maior cidade do Estado de Minas Gerais. Porém, nestas condições? A rua descrita acima (Rua São Sebastião), localiza-se na área central e nobre da cidade, o que nos remete a uma inquietação, mediante o total descaso. O que faziam os políticos uberabenses para a melhoria da cidade? Ou será que mesmo depois da Proclamação da República ainda permanecia a ação retrógrada e politqueira dos coronéis que iniciaram a história do município?



FIGURA 02 – Rua São Sebastião, na área centra de Uberaba.

FONTE: FERREIRA (1928).

Na foto da FIGURA 03, constatamos o total descaso com uma das principais ruas do comércio local uberabense – a famosa Rua do Comércio, atravessada de lama e buracos.



FIGURA 03 – Rua do Comércio – cheia de lama e poças de água.

FONTE: FERREIRA (1928).

O total descaso em que se encontra o município de Uberaba requer uma análise minuciosa das relações políticas locais, bem como o jogo de poder entre os políticos uberabenses. Neste contexto, faremos uma retrospectiva da conjuntura política desde a Proclamação da República (1889) até o ano de 1924, pois a continuação desta releitura política, até o ano de 1960, continuará no Capítulo 3 da dissertação.

Ao ser proclamada a República, assumiu a presidência da Câmara Municipal de Uberaba o coronel Wenceslau de Oliveira, o qual governou por poucos meses, e que nada acrescentou ao município,

apenas tapou alguns buracos, capinou as ruas e, como bom político uberabense, nomeou muitos empregados na câmara municipal (FERREIRA, 1928).

Com a renúncia do coronel Wenceslau, assumiu o jornalista José Augusto de Paiva Teixeira, cuja administração foi inexpressiva e também nada acrescentou ao município.

Com a primeira eleição na república, retornou ao poder o coronel Wenceslau de Oliveira que, mais uma, vez nada agregou ao município, contraindo uma dívida de 140 contos de réis e nomeando mais empregados para a câmara.

O descaso político torna-se uma rotina no município, as ruas esburacadas e com animais pastando por toda parte, conforme podemos observar nas FIGURAS seguintes, na Ladeira do Rosário (centro – Cf. FIGURA 04), caracteriza um município a mercê do total desinteresse de seus governantes.

O próximo a assumir a administração uberabense foi o coronel Anthero Ferreira da Rocha, cuja administração foi um grande desastre para o município, pois se apropriou do dinheiro público nas poucas obras que executou, conforme afirma Ferreira (1928, p.31):

Vem depois o coronel Anthero Ferreira da Rocha, homem de muito pouco cultivado, cuja administração foi um pavoroso desastre: durante o seu apagado e condenado governo, no intuito de tapar buracos, removeu muita terra para as enxurradas levarem [...], fez alguns metros de muros, capinou algumas ruas, mandou roçar as vassouras de certos lugares, nomeou e demitiu funcionários, matou cachorros, mando o engenheiro dr: PENNAFORTE construir por

35:000\$000 um açude na chácara do DR: Josué da Costa Lage, afim de trazer a água em regos para a população [...], açude este que foi completamente destruído na primeira chuva! [...]; mandou o referido engenheiro DR: PENNAFORTE construir a ponte da rua próxima ao pontilhão da Mogyana, aprovando o seu orçamento de 75:000\$000 mas, nomeada uma comissão de engenheiros pela nova câmara a fim de examinar os serviços e dar o parecer sobre este preço exageradíssimo, a mesma ponte foi depois orçada em 35:000\$000 [...], mandou o citado engenheiro consertar o velho pardieiro onde funcionava o teatro público, serviço este que ficou em 35:000\$000, quando o competentíssimo profissional DR: CAPELACHE fazia-o mais bem feito e por 10:000\$000.



FIGURA 04 – Ladeira do Rosário – central – excelente pasto para cabritos.

FONTE: FERREIRA (1928).

Torna-se evidente o descaso do poder público em relação ao município e o jogo de interesse político de uma elite política que, em

momento algum, preocupou-se com o desenvolvimento de Uberaba; ao contrário, procurou perpetuar seu poder a cada nova eleição na câmara municipal, conforme veremos a seguir, com o substituto de Anthero Ferreira da Rocha.

O coronel Manoel Terra chegou ao poder da câmara municipal, gastou dinheiro público e nada modificou no desenvolvimento do município, realizou apenas alguns consertos, capinou o mato e construiu alguns metros de passeio, porém deixou uma dívida de 291:118\$385 (FERREIRA, 1928).

A ausência de estrutura urbana na cidade de Uberaba, mesmo com outra administração na câmara municipal, é constatada ao analisarmos a fotografia da FIGURA 05, da rua Vigário Silva, localização central da cidade, a qual retrata a situação do município de Uberaba no período de governo do coronel Manoel Terra.

Por outro lado, no ano de 1908 uma verdadeira onda de otimismo atingiu grande parte da população uberabense, com a eleição do médico Philippe Ache, que prometia retirar Uberaba do marasmo político e econômico. Contudo, outra vez a frustração ocupou toda a cidade, pois no seu governo nada ocorreu em termos de mudanças no cotidiano político e econômico, seguindo os mesmos passos de seus antecessores com medidas rotineiras como plantação de jardim, capina de mato nas principais ruas e nomeação de funcionários na prefeitura, dentre eles, professores analfabetos.



FIGURA 05 – Rua Vigário Silva – localização central do município de Uberaba – no governo do coronel Manoel Terra.

FONTE: FERREIRA (1928).

A decepção dos uberabenses com a administração do Dr. Philippe Aché foi muita intensa, de modo que o médico ausentou-se do município ao viajar para Índia sem data para retornar. Em contrapartida, foi eleito como vice-presidente da câmara, em junho de 1912, o Dr. Hildebrando Pontes, que assumiu definitivamente a câmara de Uberaba, após a confirmação do não retorno de Philippe Ache da Índia (FERREIRA, 1928).

Mais uma vez, a esperança de uma administração direcionada para o desenvolvimento do município de Uberaba e ao bem comum da população foi projetada no governo de Hildebrando Pontes. Inicialmente, eram grandes os projetos para o município, cujo ponto de partida seria a viabilidade de um empréstimo junto ao governo de Minas

para a execução de grandes obras; dentre elas, pode-se destacar o serviço de água e esgoto, o calçamento de 10 quilômetros de ruas e a encampação da empresa Força e Luz.

Nesta conjuntura política, o nome mais indicado para candidatar-se a presidente da câmara para substituir Philippe Ache, que definitivamente não retornou da Índia, era o do Dr. Hildebrando Pontes. Porém, mais uma vez a vontade política de uma elite traiçoeira que busca apenas fortalecer os seus interesses resolveu, no último momento, eleger para presidente da câmara o Dr. Silvério Bernardes.

Este acontecimento na *politicagem* uberabense evidencia a mesquinhez de alguns que jamais pensaram na coletividade e no bem comum da população. O plano de investimento idealizado por Hildebrando Pontes abalou a estrutura da elite local e mexeu com os interesses de grupos econômicos que se instalaram na cidade. Dentre estes, podemos citar a empresa Força e Luz, que, no ano de 1906, veio para Uberaba fornecer energia elétrica para o “desenvolvimento” do município.

A empresa Força e Luz, representada por Ferreira Caldeira e Cia, ao assinar o contrato de prestação de serviço, segundo Ferreira (1928, p. 220), estabeleceu o seguinte:

Por este contrato, os srs. Ferreira Caldeira e Cia, obtiveram um privilégio por 25 anos para iluminação publico e particular da cidade de Uberaba pela eletricidade e para a utilização desta como força motora, não podendo durante o privilégio ser dada a concessão para iluminação publica ou particular por qualquer outro sistema, assim como não poderá

nenhuma corporação ou particular fazer instalação elétrica para iluminação ou força.

Constata-se, assim, o papel desta empresa no processo de desenvolvimento de Uberaba, haja vista a importância da eletricidade no contexto econômico. Porém, ao construir a usina para a geração de energia, a empresa não pensou no desenvolvimento a longo prazo do município, pois construiu a mesma em uma pequena cachoeira, que não comportava condição de gerar energia para um município que galgava o desenvolvimento econômico.

Somente depois de cinco anos de inauguração da empresa Força e Luz foi que a população percebeu o grande problema gerado pela falta de capacidade geradora de energia por parte da empresa. Com a inauguração da Exposição Agropecuária, era grande o movimento na cidade e no comércio, o que acarretava um desenvolvimento no município.

Mas a grande decepção ainda estava para acontecer no momento em que a empresa Força e Luz comunicou à população que, para o parque de Exposição ser iluminado pela energia elétrica, seria necessário desligar a energia do restante do município, devido à falta de capacidade da usina de gerar eletricidade.

Todo o progresso uberabense mais uma vez estava comprometido. Como desenvolver a cidade, em pleno século XX, sem energia elétrica suficiente para alavancar o tão esperado progresso econômico? A pressão popular começou a exigir da câmara as devidas

providências, ou seja, era preciso agir urgentemente e encontrar alternativas mediante o caos instalado pela empresa Força e Luz.

Este breve relato do poder instalado no município pela Força e Luz é imprescindível para entendermos os motivos que levaram a câmara de Uberaba a não escolher o Dr. Hildebrando Pontes como presidente, contrariando todas as perspectivas políticas. Era evidente o interesse de Pontes ao elaborar seu plano de desenvolvimento para o município, como afirmou Ferreira (1928, p. 223):

Consistia o magnífico plano no seguinte: a câmara contraria um empréstimo de 3.000:000\$000 que seria aplicado aos seguintes melhoramentos: compra da empresa Força e Luz, abastecimento de água, esgoto, calçamento de 10 Km de ruas, escola normal e ajardinamento de cinco praças, construção de vinte pontes, etc.

Torna-se claro o interesse por parte de Hildebrando Pontes de encampar a empresa geradora de eletricidade e promover o desenvolvimento do município, haja vista que o governo de Minas já havia se comprometido em emprestar a determinada quantia para a câmara de Uberaba, a ponto de enviar um engenheiro do governo mineiro para vir a Uberaba e orçar as devidas obras.

Por outro lado, a elite política uberabense não tinha interesse algum neste desenvolvimento; os coronéis pretendiam perpetuarem seu poder e sua força, o que não seria possível com o desenvolvimento econômico, ou seja, esta elite teria grandes obstáculos para se reconstruir e continuar no poder.

Confirmada a renúncia de Philippe Ache, a eleição do novo presidente da câmara torna-se imprescindível, a qual foi marcada para o dia 1º de Abril de 1913.

A esperança uberabense poderia se confirmar com a eleição de Hildebrando Pontes, porém, quem foi eleito foi o membro do PRM Democrata e acionista da empresa Força e Luz. A indignação era visível, mas os interesses de uma elite dominante prevaleceram, como afirma Ferreira (1928, p. 227-228):

O coronel Manoel Alves Caldeira Junior, então deputado estadual, membro influente do diretório situacionista e filho (portanto herdeiro) do milionário Manoel Alves Caldeira, grande acionista da empresa Força e Luz e mais o seu correligionário Dr: Silvério Bernardes, também grande acionista da mesma empresa, e mais o seu adversário Dr: José Ferreira, igualmente forte acionista da citada empresa, neste dia fatídico para Uberaba, divididos sempre os três por tricas políticas, resolveram unir-se por altas razões estomacais, afim de defender os seus interesses ameaçados e os de suas respectivas famílias. E os três de comum acordo, conceberam um plano que era infalível para deitar abaixo o magnífico projeto do dr: Hildebrando Pontes e, conseqüentemente não venderiam a sua luz elétrica - e a barriga estava salva.

Eram notórias as formas que a elite utilizava para se reconstruir e manter a sua hegemonia; o senhor deputado e coronel Manoel Alves Caldeia Junior habilidosamente manipulou o voto de cada vereador na câmara, elegendo o candidato que representava o interesse de uma elite. Outra vez foi mantida a vontade de uma minoria que não desejava o desenvolvimento para Uberaba, ao contrário, manipula situações para fazerem do município um quintal de suas

fazendas, sem comércio, sem emprego para a população e sem a perspectiva de alternância de poder. Viva o coronelismo!

A primeira medida do então eleito Dr. Silvério Bernardes, foi dispensar o empréstimo de 3.000 contos feito pelo governo de Minas e mandar de volta o engenheiro que já se encontrava no município para orçar as obras que iriam aqui iniciar.

A indignação dos correligionários de Hildebrando Pontes e da população tornou-se evidente por todo o município; mais uma vez o marasmo apossou-se de Uberaba. E, nesta conjuntura, qual foi a reação de Hildebrando Pontes, mediante uma absurda manipulação política? Ele nada fez, simplesmente continuou como vice-presidente da câmara e fez do silêncio resposta para todas as indagações que a ele chegavam. Não expôs os verdadeiros acontecimentos ocorridos naquele 1º de abril, ou seja, preferiu calar-se diante do jogo de poder da elite local.

O descaso com o município de Uberaba continuou no governo do Dr. Silvério Bernardes, que, evidentemente, durante o seu governo nada acrescentou ao município, tratando-se de uma administração marcada pela estratégia politiqueira uberabense e por um grande número de nomeações na câmara.

A fotografia da FIGURA 06 retrata a rua da Constituição, localização central no município, exemplo de descaso com a população, marca forte da administração municipal.



FIGURA 06 – Rua da Constituição – localização central no município de Uberaba.

Antes do término do seu governo, o Dr. Silvério Bernardes deixou o governo e assumiu novamente Hildebrando Pontes, porém sem força política e sem dinheiro, nada pôde fazer para Uberaba, terminando o seu governo em 31 de dezembro de 1915. No mandato seguinte, assumiu o senhor Silvino Pacheco e o Dr. João Henrique, cujas ações nada contribuíram para o desenvolvimento econômico do município de Uberaba, de igual modo.

Somente no ano de 1923 chegou à câmara municipal o Dr. Leopoldino de Oliveira, que, mais uma vez, reacendeu a esperança de desenvolvimento na economia uberabense, por se tratar de homem culto e honesto, e não pertencer à elite dominante, um homem

comprometido com o desenvolvimento de Uberaba. Sua primeira medida, ao assumir a câmara municipal, foi exonerar todos os funcionários inúteis e solicitou a organização do ensino na cidade (FERREIRA, 1928).

O governo de Leopoldino de Oliveira foi interrompido, pois o mesmo foi substituir o Dr. Alaor Prata Soares na câmara dos deputados federais, que foi nomeado prefeito do Distrito Federal. Assumiu a câmara municipal o coronel Manoel Terra, cuja primeira ação no governo foi readmitir todos os funcionários inúteis dispensados por Leopoldino de Oliveira, e nada mais fez para o progresso da cidade; em relação ao plano de ensino deixado por seu antecessor, o mesmo não foi executado.

O coronel Manoel Terra faleceu no dia 7 de Janeiro de 1923, sendo eleito o coronel Geraldino Rodrigues da Cunha e seu vice, o coronel João Machado Borges; ambos cursaram apenas as primeiras letras e deixaram o município no marasmo total, sem perspectiva alguma de desenvolvimento, as ruas com enormes buracos, a falta de infra-estrutura não oferecia condições para a instalação de fábricas, a precariedade do fornecimento de energia elétrica, como ressaltamos anteriormente, e a população sem emprego era a realidade da famosa “Princesa do Sertão”.

Por conseguinte, constatamos a reorganização da hegemonia da elite local; por meio da alternância do poder entre os coronéis, não obstante o período republicano, Uberaba continuava governada pelo

coronelismo. Neste período, até o vereador mais votado era um coronel – o senhor Guiomar Rodrigues da Cunha.

Nas fotografias a seguir, constata-se a caótica situação da realidade urbana do município de Uberaba nesse período.

O confronto de idéias sobre a denominação “Princesa do Sertão” deixa claro que um grupo de memorialistas procura justificar o título da cidade, lastreado em um passado histórico, atendendo, assim, aos interesses da elite dominante, enquanto Ferreira (1928) mostra uma outra perspectiva, visualizando uma cidade abandonada à própria sorte, questionando o poder político local.

O debate entre os autores é imprescindível para o enriquecimento da pesquisa, haja vista a necessidade de buscarmos, na diversidade de postura dos autores, algumas respostas para nossas inquietações de pesquisadora.

Além das divergências entre os memorialistas uberabenses, defrontamo-nos com a predominância de uma bibliografia memorialista, e quase total ausência de bibliografia que induza a um debate realmente crítico das relações de poder no município de Uberaba. Os memorialistas trabalham a história regional a partir de uma temática ufanista e, ao mesmo tempo, saudosista¹⁴. Porém, as informações do cotidiano por eles apresentados foram de grande importância para nossa pesquisa.

¹⁴ Dentre os memorialistas citamos – Antônio Borges Sampaio – **Uberaba: história, fatos e homens**; Hildebrando Pontes - **História de Uberaba** e **A Civilização do Brasil Central**; José Mendonça – **História de Uberaba**.

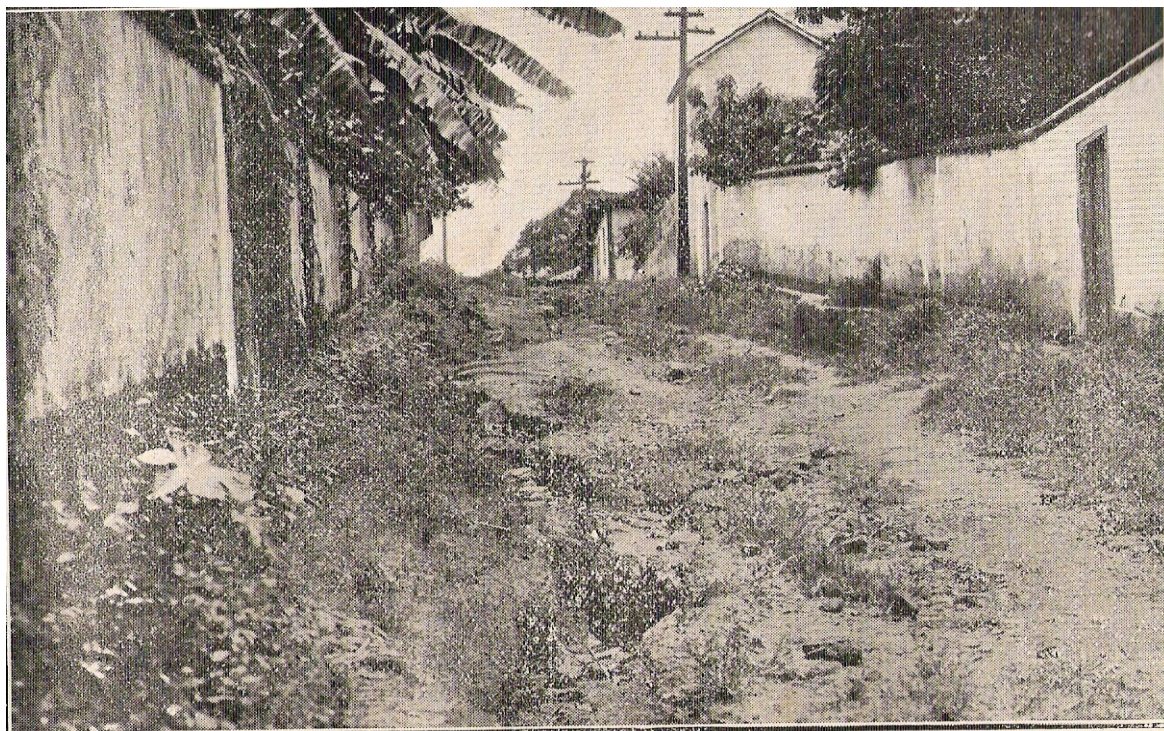


FIGURA 07 – Rua Major Eustáquio – localização central de Uberaba.
FONTE: FERREIRA (1928).

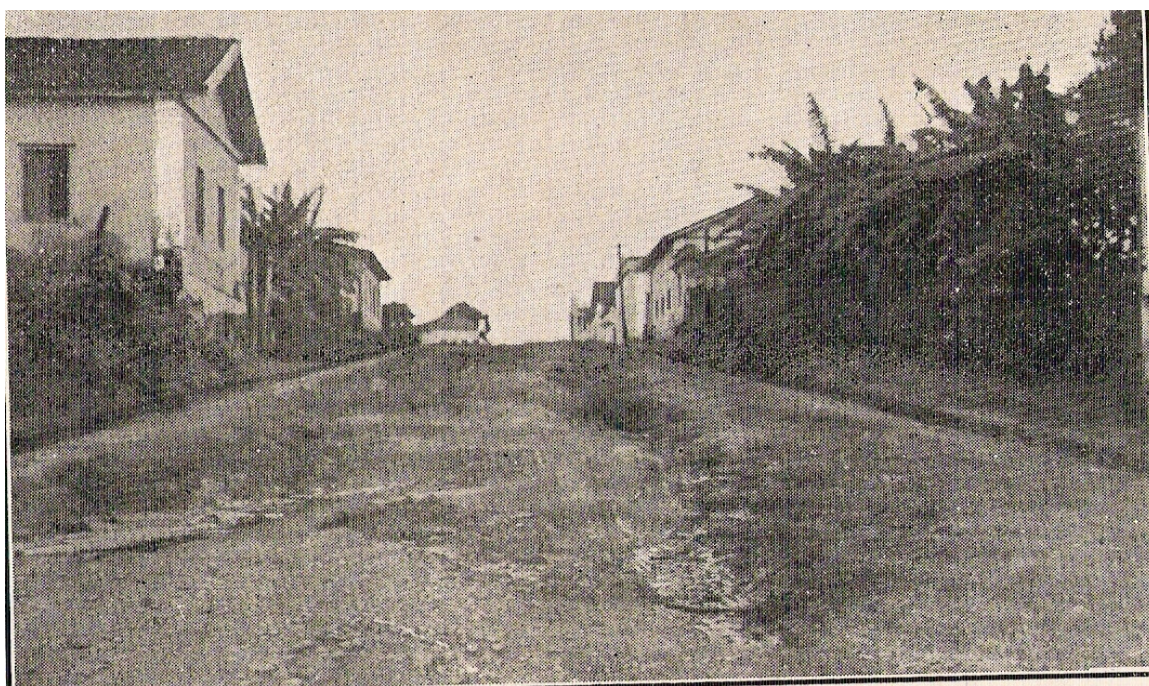


FIGURA 08 – Rua Paschoal Totti, com buracos e imundice.
FONTE: FERREIRA (1928).

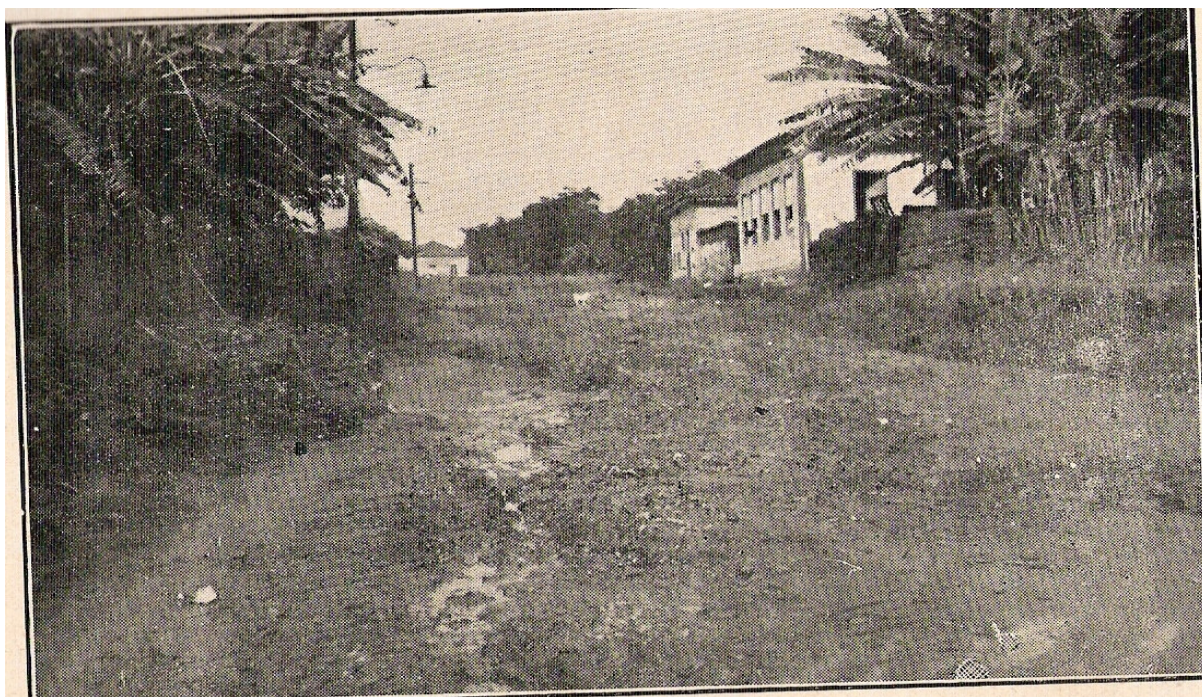


FIGURA 09 – Rua 24 de Fevereiro – localização central de Uberaba – somente mato e buracos.

FONTE: FERREIRA (1928).

A especificidade de cada obra, por conseguinte, permitiu-nos o acesso aos personagens da história uberabense. Complementamos esta investigação com a leitura de trabalhos de mestrado, dentre eles o de Silva (1998), no qual a autora aponta as mesmas observações referentes aos memorialistas que estudou.

A história escrita por autores que privilegiam o poder é analisada por Silva (1998, p. 25), nesses termos:

Assim, nessas cidades, a história social é pouco visível e relegada a um plano secundário. Isso, resultante da predominância de uma concepção e um modo de fazer história que privilegia o poder, entrando, portanto, todo o viver sócio-cultural em torno deste.

Nessas dissertações, questionam-se as obras dos memorialistas, haja vista a história como instrumento de justificação do poder.

Nesse primeiro capítulo, por conseguinte, abrimos o debate salientando a importância da história na produção geográfica para conhecermos a historicidade dos sujeitos sociais e para entendermos as relações de poder que permeiam o território. Este início do debate mostra nossas inquietações enquanto pesquisadora, sendo a principal delas a necessidade de uma releitura das relações de poder predominantes no município de Uberaba, bem como a influência do político no cenário municipal.

No próximo capítulo, enfatizaremos o surgimento de uma elite inicialmente comercial e, depois, agrária e pastoril.

CAPÍTULO 2

AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE UBERABA NO PERÍODO DE 1870 A 1910

Para iniciar esse capítulo, torna-se necessário enfrentar, a nosso ver, uma interrogação: a situação geográfica determinou a fundação do município de Uberaba e, conseqüentemente, sua formação sócio-espacial?

Sobre essa questão, Correa (2003, p. 26-27) afirma:

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim de formação sócio-espacial.

Assim, constata-se a relevância do espaço na formação de uma sociedade, como fator determinante na produção desta ao influir nos seus fatores econômicos, por exemplo.

Seguindo esta linha de abordagem, percebe-se que o povoado à beira dos rios das Lajes foi aglomerando mais e mais pessoas, visto que, na data de 13 de fevereiro de 1811, foi elevado à condição de Distrito de Índios em razão, dentre outras, do adensamento demográfico naquele local; em 2 de março de 1820, o distrito foi

elevado à condição de freguesia; em 22 de fevereiro de 1836, a freguesia foi elevada à condição de vila e, finalmente, no dia 2 de maio de 1856, a vila foi elevada à condição de cidade¹⁵.

Com uma localização privilegiada e dispondo de terras férteis e de boas pastagens em seus arredores, o núcleo urbano de Uberaba propiciou um rápido desenvolvimento sócio-econômico para o município. Discutiremos adiante esta questão da localização geográfica em face do desenvolvimento, visto que, antes dessa discussão, é imprescindível entendermos o cenário econômico do período em análise.

A grande maioria da população da região dedicou-se, inicialmente, à atividade pastoril (e à agricultura de subsistência); por conseguinte, a pecuária foi a primeira atividade econômica do município. Assim, ocorreu a predominância da atividade pecuária na região; as fazendas eram compostas de extensas áreas que pertenciam, na maioria das vezes, a uma única família¹⁶.

Estas fazendas eram originárias das sesmarias, conforme afirma Rezende (1983, p. 29):

Eram inicialmente oriundas de sesmarias quase sempre doadas e quando vendidas, eram por um preço irrisório. O valor da terra era, portanto, quase nulo, o que é bastante compreensível, pois sobravam terras; por outra parte, os colonos não se contentariam em enfrentar o sertão desconhecido pela posse e a exploração de propriedades

¹⁵ Sobre este processo de formação urbana, ler “Distrito dos Índios até a condição de cidade no ano de 1850”, de Pontes (1978, p. 86).

¹⁶ As fazendas pertenciam a uma única família caracterizando, neste período, o patriarcalismo.

pequenas. Além disso, a grande propriedade era um traço marcante da colonização; terra não era onerada com impostos e o poder do Estado era quase nulo. Dentro deste contexto o gado valia mais do que a terra.

Tem-se o começo da formação dos grandes latifúndios e de uma elite que não será somente pecuarista, mas terá grande influência também no comércio.

A agricultura não conseguiu progredir: os custos da produção eram altos, o escoamento não propiciava a comercialização dos produtos excedentes. O predomínio da prática da pecuária em grandes extensões de fazendas ocasionou o aumento do poder dos grandes fazendeiros. O mesmo ocorreu em relação ao comércio, igualmente monopolizado pelos grandes fazendeiros. Este monopólio provocou a concentração da renda nas mãos dos fazendeiros que passaram a controlar o comércio e a dificultar a abertura de novas e pequenas casas comerciais.

Constatamos, desse modo, o surgimento de uma elite agrária e, ao mesmo tempo, comercial.

Durante os trabalhos de campo desta pesquisa, constatamos que, no período antecedente a 1910, já havia uma elite cuja origem não estava somente na criação de gado, mas também nas relações comerciais. Por esse motivo, para entendermos as relações de poder centradas no espaço – decorrentes da atuação dessas elites – é necessária uma apresentação dos sujeitos sociais que participaram deste processo, das relações comerciais ali estabelecidas, bem como

uma compreensão da dinâmica espacial e das formas de atuação na modificação do espaço.

Esta relação espaço-tempo histórico foi imprescindível para a análise da atuação dos principais atores que construíram sua hegemonia no espaço em análise.

A análise de Santos (2004, p. 153) torna clara a questão espaço-tempo suscitada acima:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. [...] Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. [...] Daí por que a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

O autor enfatiza, entre as relações sociais do passado e do presente, o seu espaço de atuação, haja vista a importância que possuem na produção do espaço e nas alterações destes decorrentes de aspectos políticos, econômicos e sociais.

Para Carlos (1996), o espaço possui elementos reveladores que remontam à história de um determinado lugar e, concomitantemente, revelam a história de um grupo por meio da produção do espaço. E, ao mesmo tempo, mostra uma história com

diferentes campos de análises – o que aponta um campo de luta e poder.

Neste espaço ocorre, de acordo com Carlos (1996), uma produção espacial no cotidiano dos sujeitos sociais, sendo que esta produção se manifesta nos modos de apropriação, ocupação e utilização de determinados lugares e, por conseguinte, fragmentam-se, hierarquizando os espaços.

Por outro lado, Santos (2004) afirma que o espaço não pode ser apenas o resultado final nos modos de produção atual, em virtude da memória dos modos de produção do passado, visto que suas formas permitem, às práticas dos novos modos de produção, sobrevivência.

Santos (2004) vai além desta análise ao afirmar que não existe uma dependência exclusiva do espaço em relação ao econômico.

Nesta perspectiva, o autor não restringe a análise do espaço ao contexto econômico. Santos (2004, p. 184) afirma, ainda, que o dado político está presente nas diferentes formas de reprodução do espaço:

O espaço organizado não pode ser jamais considerado como uma estrutura social dependendo unicamente da economia. Se esse pudesse ter sido o caso em situações do passado, nos dias de hoje é mais que evidente o fato de que outras influências interferem nas modificações da estrutura espacial. O dado político, por exemplo, possui um papel motor.

Portanto, entender o espaço em uma perspectiva que considera o tempo histórico, por meio da memória dos meios de

produção do passado, mostra que a política é fundamental na análise da organização do espaço geográfico, qualquer que seja sua escala.

2.1 - O município de Uberaba: situação geográfica “privilegiada” ou geopolítica do território?

A discussão da posição geográfica “privilegiada” do município de Uberaba requer uma análise crítica da relação território/poder, tendo-se em vista a relevância estratégica de Uberaba para as redes de transporte (e comunicação) que sustentavam o comércio local.

Desde sua fundação, os memorialistas, dentre eles, Pontes (1978, p. 88) celebram as riquezas naturais que circundavam o município de Uberaba, enquadrando-os como elementos definidores da ocupação deste espaço:

O ar era puro, as águas salubres, a terra fecunda, as pastagens nutritivas; foram estes os atrativos que fixaram a atenção dos primitivos descobridores e a razão que motivou o primeiro estabelecimento que nesta localidade fundaram...

Não negamos a importância destas condições naturais para a edificação de uma cidade. Por outro lado, não podemos restringir nossa análise somente às condições naturais: é preciso avançar o debate, agregando justificativas que possam explicar a importância geográfica

que o município de Uberaba representou no cenário econômico desde sua fundação.

A agricultura praticada no início do século XIX passava por dificuldades, emperrando seu desenvolvimento pleno.

A dificuldade de escoamento dos produtos produzidos nas fazendas obrigava o consumo em seus próprios limites, restringindo o desenvolvimento das relações comerciais. E esta dificuldade de escoamento da produção e a restrição dos locais de comercialização se refletiam no custo dos produtos, o que contribuiu para o desestímulo à agricultura, uma vez que a produção não pagava seu transporte (REZENDE, 1983). Diante destas dificuldades, cada fazenda fechou-se em seus limites territoriais, tornando-se o centro de produção e consumo dos seus produtos.

A falta de condições para o escoamento da produção, portanto, fez com que cada fazenda se transformasse em um pequeno centro comercial, acarretando o aumento do poder dos grandes fazendeiros.

Em virtude destas dificuldades, a atividade pastoril se destacou no cenário comercial. Agregando este motivo às condições naturais, Uberaba era considerada, já na metade do século XIX, um entreposto comercial importante, o que agregava valores de diversos níveis à sua posição geográfica “privilegiada”.

O município tornou-se passagem obrigatória dos mercadores, o que acarretou um considerável crescimento do povoado e uma posição de destaque nas relações comerciais.

Nesta perspectiva, surgiu a necessidade de ampliar ainda mais as atividades agrícolas e comerciais, para colocar Uberaba em posição de destaque regional.

A necessidade de uma comunicação eficiente e segura tornou imprescindível intensificar o comércio e amenizar o árduo transporte que era feito pelo carro de boi.

Conforme afirma Sampaio (2001, p. 140):

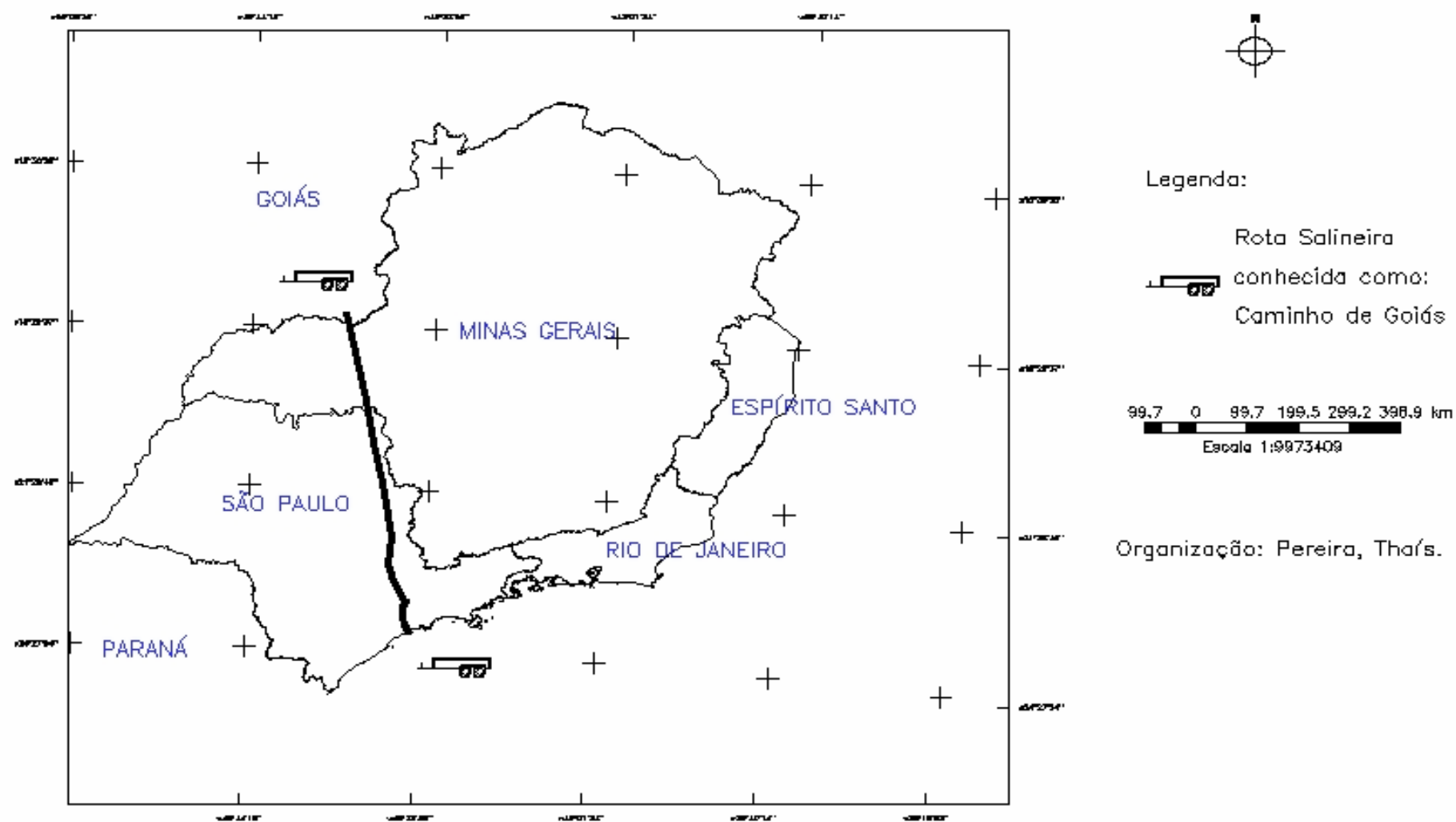
Nesse tempo duas únicas estradas punham o Sertão da Farinha Podre em comunicação com o litoral – a de Goiás pelo porto da Espinha, no Rio Grande com Santos por São Paulo; a do Araxá por Patrocínio para Catalão e Goiás, a quem viesse do Rio de Janeiro por São João D’El Rei. Por esta última e que também se fez o trânsito do Rio de Janeiro para Cuiabá, até abrir-se o Porto da Ponte Alta, que encurtou a distância para Santos.

As rotas descritas acima enfatizaram as condições dos transportes e deslocamentos da época.

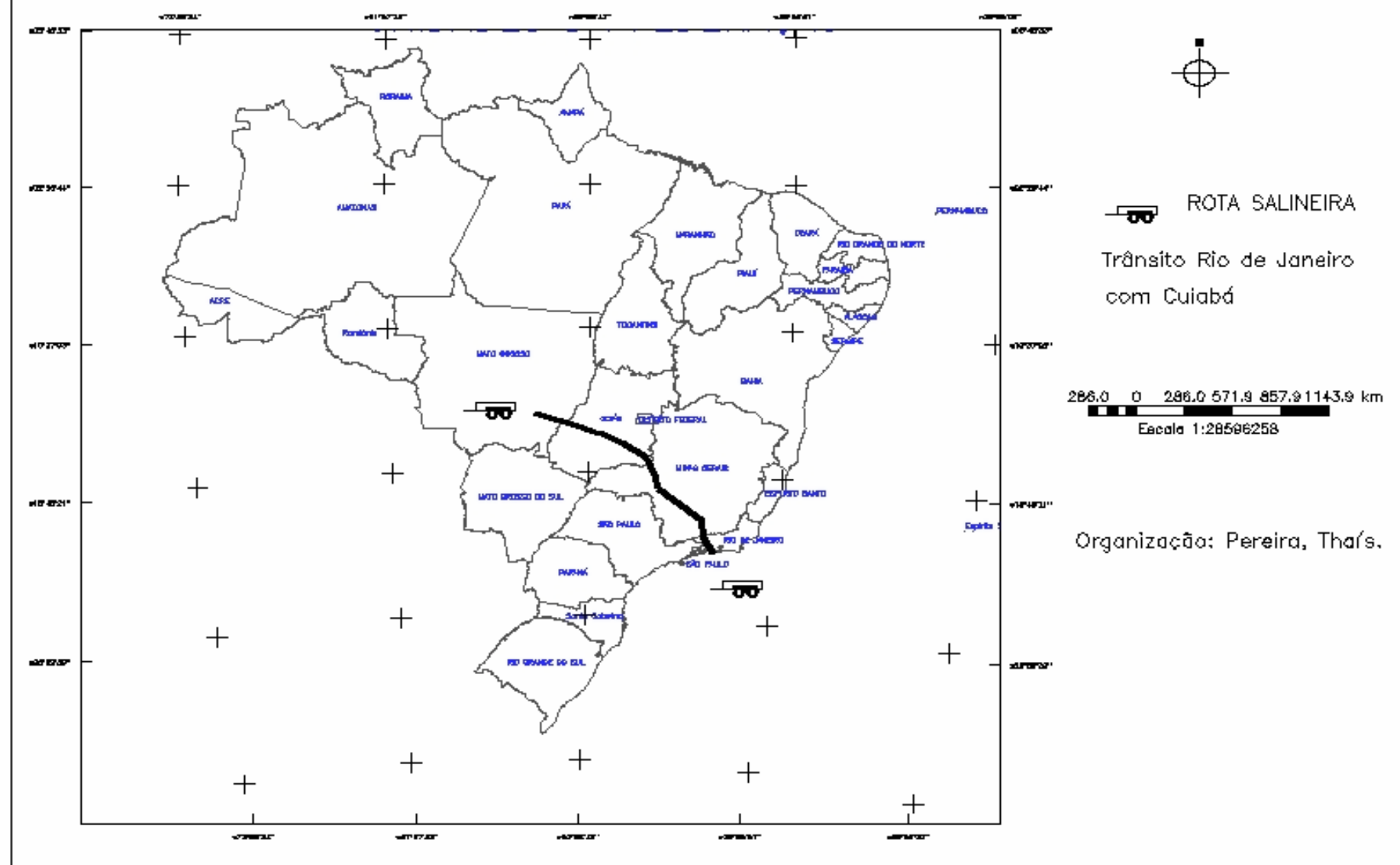
Guimarães (1990, p. 35) detalha estas rotas imprescindíveis para a ligação entre o Centro-Oeste e o litoral do Sudeste (Cf. a fala deste autor com os MAPAS 01 e 02, que situam os caminhos mencionados):

O primeiro, chamado caminho de Goiás, nada mais era do que a rota de Anhanguera, que partia do litoral paulista, passava por São Paulo, Jundiá, Campinas,

MAPA 01 - Rota Salineira, Conhecida Como "Caminho de Goiás"



MAPA 02 - Rota Salineira do Rio de Janeiro a Mato Grosso



ogi Mirim (antiga Mogi dos Campos), chegando até Franca, daí cruzava o porto da Espinha nas proximidades de Conquista, percorria o território triangulino até atingir seu destino que era Goiás. [...] A segunda era a rota salineira, que partia do litoral carioca, adentrava o sul de Minas, passando por São João Del Rei, indo até Araxá, Patrocínio, seguindo em direção a Goiás e Mato Grosso. Por esta rota era feito o trânsito do Rio de Janeiro com Cuiabá.

Após analisarmos ambas as rotas comerciais, conclui-se que, na primeira, a que ligava Uberaba com Franca, havia uma articulação importante desempenhando o papel de entreposto comercial e de distribuição do sal.

Neste contexto, o Arraial da Capelinha seria apenas um pequeno vilarejo, sem relevância estratégica na rota comercial.

O mesmo pôde ser constatado na análise da segunda rota salineira, que fazia de Araxá um ponto estratégico para a comercialização do sal e para a ligação do sertão mineiro com a corte brasileira. Por outro lado, o fato de Uberaba se sobrepôr como centro comercial neste período nos provoca inquietações no sentido de entendermos a dinâmica espacial da região.

A abertura do Porto da Ponte Alta pelo Major Eustáquio, em sociedade com o Vigário Antônio José da Silva, foi de grande importância estratégica devido à navegação do rio Mogi-Guaçu até o Rio Grande. Pontes (1978) afirma, a propósito, que, em decorrência da abertura do Porto da Ponte Alta, o comércio do sal intensificou-se na região, sendo este produto escasso no interior do país, a despeito de

ser um artigo de primeira necessidade, temperando e conservando alimentos.

O reflexo desse processo no comércio em Uberaba materializou-se na produção do espaço, conforme relata Pontes (1978, p. 92):

Abriram-se estradas novas em direção ao sul de Goiás onde o sal e outros gêneros procedentes dos portos de Santos, em escala por Uberaba, tiveram pouca entrada. Esses trinta e dois anos (1827-1859) foram, no princípio, à época mais pujante do desenvolvimento de Uberaba, que alcançou as prerrogativas de Vila a Cidade. A sua população aumentou e o comércio nos três últimos anos quadruplicou a venda do sal, cuja importância subia a 135 mil sacas ou alqueires.

Constata-se que a ampliação do transporte foi importante para o avanço do capital comercial e para a consolidação da importância de Uberaba como ponto estratégico no interior triangulino.

Por conseguinte, o Triângulo Mineiro passou a ser um importante canal de mercantilização; Uberaba centralizava o comércio regional e ainda transpunha sua força comercial para o sul de Goiás e Mato Grosso (como dependentes), além de tornar possível sua iniciativa de abastecer com gado o litoral paulista. Em contrapartida, como assinalado, comprava o sal litorâneo.

É notória a importância do papel exercido por Uberaba neste período de acumulação e circulação do capital comercial, refletida na produção do seu espaço geográfico.

No dizer de Corrêa (1989, p. 48- 49),

A lógica capitalista de acumulação, caracterizada pela minimização dos custos e maximização de lucros e apoiada no progresso técnico, suscita, o aumento da escala de produção assim como da área onde esta se realiza. [...] Amplia-se também a circulação, e a acessibilidade é redefinida em função dos novos modos de circulação. Verifica-se a valorização de certas localizações em detrimento de outras: mais do que isto, para cada atividade, nova ou transformada, há padrões locacionais específicos que melhor atendem à lógica capitalista. Como conseqüência algumas cidades perdem a importância, enquanto outras são valorizadas; criam-se novos centros urbanos.

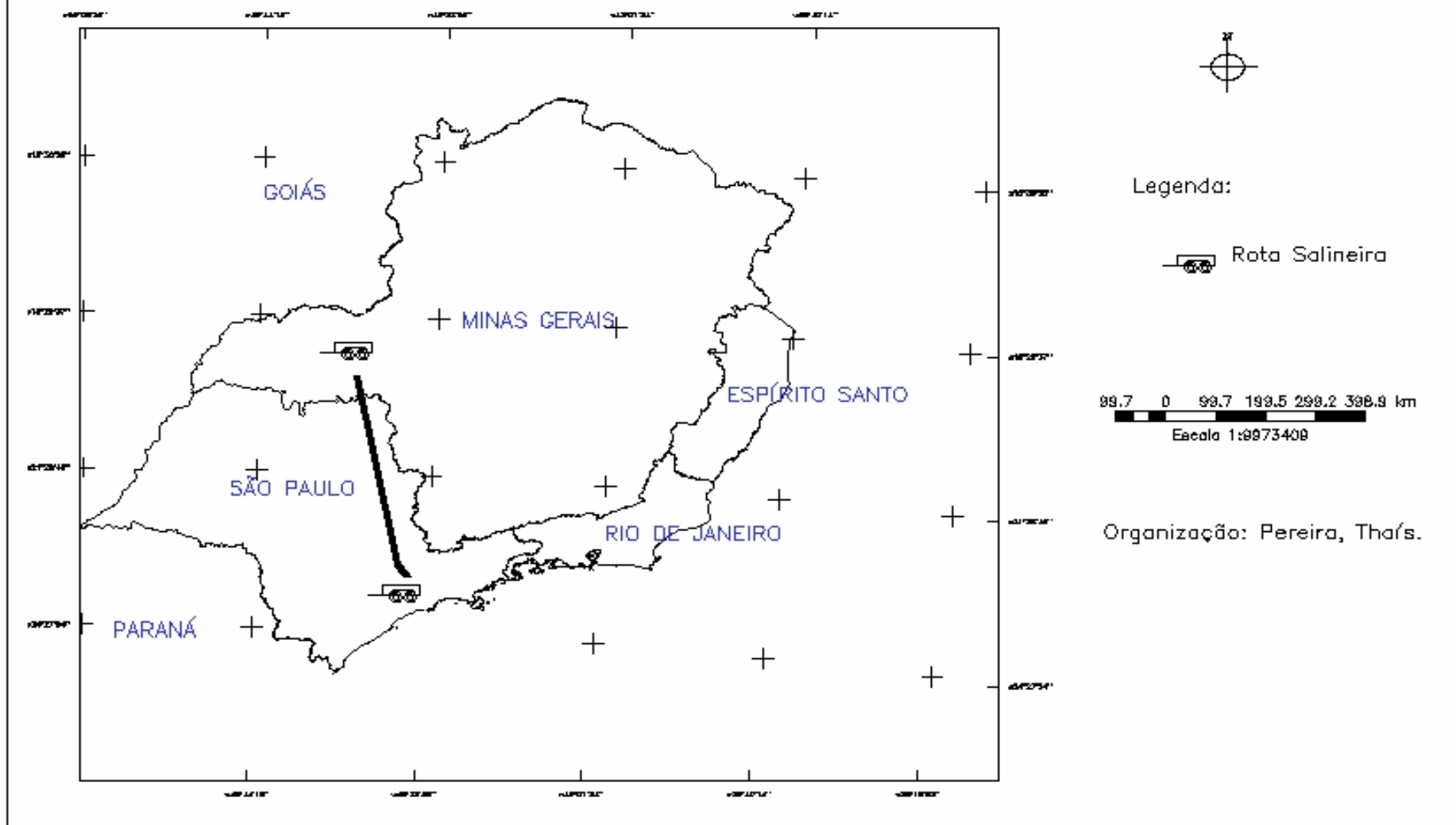
Neste momento, todo o comércio, que antes era feito em larga escala por São João Del Rei e Formiga, dirige-se para Uberaba, transformando-a no centro comercial mais importante da província de Minas Gerais e um pólo do mercado salineiro do Brasil Central.

Esta nova rota (Cf. o MAPA 03) foi descrita por Saint Hilaire (1975, p. 154):

A nova “rota salineira” passava por São Paulo, Jundiaí, Campinas, Porto de São Bartolomeu (rio Moji), descia pelo Rio Grande buscando o porto da Ponte Alta daí, através dos carros de bois, chegava a Uberaba. O porto da Ponte Alta possuía nesta época um rancho coberto de telhas, fato extraordinário, visto que comumente os abrigos eram cobertos de palha ou folhas de bananeiras.

Assim, a vila Uberaba consolida sua posição estratégica no cenário comercial do Triângulo Mineiro; constata-se, pois, sua superioridade comercial firmada na geopolítica do território, e não apenas em suas riquezas naturais, como é apregoado pelos estudiosos em geral.

MAPA 03 - A Nova Rota Salineira.



O desenvolvimento do comércio em Uberaba, no período de 1827 a 1859, marca a pujança da cidade e sua elevação à condição de cidade, devido, principalmente, ao aumento da população e das atividades comerciais, refletidos na comercialização do sal, conseguindo alcançar a marca de 135 mil sacas (PONTES, 1978).

Outro acontecimento relevante foi a construção do Hospital de Misericórdia, pelo Frei Eugenio Maria de Gênova. Relata PONTES (1978, p. 92):

O missionário Frei Eugenio Maria de Gênova construiu no último lustro, o cemitério de São Miguel e o Hospital de Misericórdia. Muitas famílias, perfazendo cerca de setecentas pessoas entraram para Uberaba. [...] Em 1858, a praça regorgitava de capitais fornecidos pelos Bancos Rurais Hipotecários criadas para auxiliar as transações comerciais do interior.

Porém, a construção do Hospital de Misericórdia, no ano de 1858, foi marcada por contratempos, assim relatados por MENDONÇA (1974, p. 46):

Sim, o Frei Eugênio sofreu amargas contrariedades, porque o Juiz Direito da Comarca do Paraná, a qual pertencia Uberaba, o Juiz Municipal do Termo de Uberaba e mais uns três indivíduos irritados por terem incorrido em censuras feitas pelo missionário com prudência e critério, dirigiram-se ao Ministro da Justiça, ao Presidente de Minas, ao Vigário Geral do Bispado, à Cúria Diocesana e ao Superior dos capuchinhos, no Rio de Janeiro, Frei Fabiano tecendo intrigas contra o padre mestre e solicitando a sua retirada desta cidade.

A cidade, com a construção do Hospital de Misericórdia, estava reafirmando sua posição de destaque na região, pois somente as cidades com destaque regional possuíam uma instituição religiosa

de filantropia, cujos patrocinadores eram pessoas importantes da sociedade uberabense (REZENDE, 1983). Vejamos, no QUADRO 01, a receita e a despesa da Prefeitura Municipal de Uberaba, no período de 1837 a 1859 (em Réis). É importante ressaltarmos que os dados anteriores a 1837 não se encontram disponíveis, pois o município foi criado em 1836.

A existência de um Hospital que, na essência de sua idealização pelo Frei Eugenio, teria com prioridade atender às necessidades dos pobres e desvalidos, passou por contratempos diversos no decorrer de sua história, reflexos da força de uma elite que vai além dos agrupamentos ligados ao comércio ou à atividade agropecuária, porque igualmente corporificada e personificada nos representantes da Igreja Católica, que detinham grande parcela de poder e dominação na cidade de Uberaba.

Ferreira (1928, p. 183), ao falar do clero católico, deixa clara sua insatisfação: “Além do males que pesam sobre Uberaba, já citados, outro terrível existe, com um verdadeiro e perigoso entrave ao nosso progresso: o clero cathólico”.

A influência do clero católico nas relações de poder na cidade de Uberaba é constatada ainda com maior ênfase ao analisarmos a presença destes personagens na política uberabense, como membros participantes dos partidos políticos situacionistas, como FERREIRA (1928, p. 194) verificou:

O clero, entre nós, domina infelizmente sobre as classes estúpidas, sobre as classes dirigentes e – que é pior – sobre as consciências das esposas dos

ANOS FINANCEIROS	RECEITA	DESPESA	Saldo que passa para o exercício seguinte
	ARRECADADA COM O SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		
1837 – 1838	353.790	332.194	21.596
1838 – 1839	254.046	243.666	10.380
1839 – 1840	449.530	321.370	128.160
1840 – 1841	489.272	314.927	172.345
1841 – 1842	540.000	179.770	360.230
1842 – 1843	972.130	583.630	388.500
1843 – 1844	859.700	757.523	102.177
1844 – 1845	356.170	356.170	0
1845 – 1846	980.350	621.795	358.555
1846 – 1847	819.835	700.798	119.037
1847 – 1848	694.880	600.084	94.796
1848 – 1849	1.047.041	733.314	313.727
1849 – 1850	734.407	676.631	57.976
1850 – 1851	528.967	507.361	21.606
1851 – 1852	381.560	377.622	3.938
1852 – 1853	721.542	641,694	79.848
1853 – 1854	1.138.768	1.127.588	11.180
1854 – 1855	1.331.660	1.331.660	0
1855 – 1856	2.154.740	2.154.740	0
1856 – 1857	1.227.960	1.054.765	173.195
1857 – 1858	1.232.795	868.742	364.053
1858 – 1859	1.808.145	1.416.356	391.789

QUADRO 01 – Receita e despesa da Prefeitura Municipal de Uberaba (1837-1859).

FONTE: PONTES, H. op. Cit., p. 553-554¹⁷.

chefes políticos, o que lhe permite com faculdade obter muita coisa indirectamente, quando não o consegue directamente. Todos os membros do clero em Uberaba são filiados ao partido situacionista ou detentor do poder local e, na Câmara Municipal, sempre tiveram

¹⁷ Apud Brandão, C. A. **Triângulo – Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria**. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989. p. 32.

representantes, quer entre os vereadores, quer na própria agência executiva.

Torna-se claro o fato de o clero católico pertencer à elite uberabense; a esse propósito, verificamos, ao aprofundarmos mais a pesquisa referente à construção do Hospital Santa Casa de Misericórdia, que o clero tinha como objetivo atender aos pobres e necessitados, ficando esta responsabilidade, durante um determinado período, sob os cuidados dos frades dominicanos, que residiam na cidade de Uberaba.

Os padres dominicanos se apossaram da Santa Casa de Misericórdia com o objetivo de atender a seus interesses particulares; esqueceram do fim primeiro de sua existência: prestar ajuda aos pobres e desvalidos.

As reclamações surgiram em vários setores da sociedade, como nas associações, empresas, a ponto de a situação ficar insustentável, obrigando a Câmara a intervir, fazendo uma solicitação ao Bispo Diocesano, que se tornou artigo do jornal “Gazeta de Uberaba”, na edição publicada em 31/01/1889:

Requeiro que a Câmara officie ao Exmo. Sr.Bispo Diocesano, solicitando do mesmo abertura do hospital na parte do edifício da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, que comprometteu-se de funda-lo, e que ainda não o fez até agora, não obstante estar o isso obrigado para comarca e meza administrativa. Sala das sessões, 9 de janeiro de 1889.

Antero Rocha.

A Câmara Municipal votou e aprovou a solicitação, porém com um voto contra, do “beato vereador” Honório Pontes (Ferreira, 1928).

A tentativa da Câmara foi inútil; o bispo Dom Cláudio Ponce de Leon não se sensibilizou com a real situação e os dominicanos continuaram na Santa Casa de Misericórdia.

Todavia, a imprensa não se conformou com a situação vergonhosa que envolvia o clero católico e o Hospital de Santa Casa e, mais uma vez, lançou outro ataque aos dominicanos, conforme podemos analisar a seguir.

O Jornal Gazeta de Uberaba, em sua edição do dia 31/05/1889, chama mais uma vez a atenção da sociedade uberabense para a omissão dos dominicanos em relação aos pobres e desvalidos:

É assim que a Gazeta de Uberaba reclama mais uma vez, do Senhor Bispo Diocesano, o hospital de Misericórdia pertencente aos pobres e usurpado cruel e desonrosamente pelos senhores frades dominicanos. É lamentável e estranho que estejamos nós - a Imprensa a advogar a causa dos pobres perante sacerdotes que devem ser os legítimos defensores e protectores da pobreza. Invertem-se os papéis para a honra da Igreja. O sacerdote esquece o mendigo de joelhos e nós, os sacerdotes sem sotaina, nos ajoelhamos ao lado do mendigo.

O Jornal “A Gazeta” gritava para a sociedade o descaso com os pobres, e o Bispo Diocesano, juntamente com seus frades, continuava sem manifestação alguma de piedade em relação aos pobres.

A Igreja Católica não demorou muito para se pronunciar em relação aos ataques do jornal “A Gazeta de Uberaba”; para isso, o Bispo Dom Cláudio enviou uma carta ao Senhor Tobias Rosa, diretor do periódico, na qual podemos observar a arrogância do clero católico e o total desinteresse pela situação dos menos favorecidos da sociedade local:

Paço de São Vicente de Paulo em Goyaz, 17 de setembro de 1889.

Sr. Tobias Rosa.

Tem esta por fim de declarar à Vmce, que desta data em diante não quero mais receber a “Gazeta de Uberaba”, nem como assignante, nem sob qualquer outro título. Sou Bispo Catholico Romano; não posso, nem quero favorecer a jornal algum, inimigo da Igreja, que chega do ponto de caluniar, de desrespeitar, dos mais leviano do mesmo Leão XIII, estimado, considerado por herejes, até pelos mesmo muçulmanos. A “Gazeta” só respeita aquelles, que estão dispostos à responder a seus artigos por meio de capangas com força bastante para mimosear seus redatores com chicotadas, pauladas ou mesmo com chumbo; quero pois, não a recebendo mais, deichar-lhe maior liberdade de cumprir sua triste e odiosa missão: de insultar, de caluniar, de ridicularisar todos aqueles que merecem respeito, gratidão, e amor por suas virtudes, por seus serviços prestados, por sua dedicação sem limites. [...] Cada dia dou menos importância á tudo, quanto se chama jornal; tanto receio tenho artigos dos jornais, que pedi com instancia a meus amigos do Rio, de Uberaba, de Goyaz, que nunca respondessem a artigo algum, embora nesses artigos os redatores do jornais me pintassem mais feio do que o diabo. Nem a Deus peço vingança, ele muito bem sabe o que deve fazer. Como Pai e Pastor imploro a infinita misericórdia do mesmo Deus em favor de todos os meus filhos, e particularmente em favor daqueles, que procedem como inimigos meus. Para castigo dos redactores da Gazeta, basta ela mesma. Citarei um só exemplo: a história do senhor Dr. João Caetano a respeito de questões religiosas de 1881, para cá melhor a conhece Vmce, do que eu. Hoje que mais desmoralisa, flagela esse pobre moço? É a Gazeta. Quanto ás obras que, por espírito de caridade em cumprimento de meus deveres e não por capricho, tenho em preendido em favor dos católicos desta

Diocese, e de que se podem aproveitar os protestantes os ímpios, todos enfim, à medida da guerra que lhes fazem procuro eu dar- lhes o desenvolvimento maior ou menor. A guerra, segundo os princípios cristãos significa que aquela obra está causando prejuízo ao inferno, que ela é agradável a Deus: portanto devo eu desenvolvê-la. A Santa Casa estava caindo aos pedaços, ninguém se queria utilizar dela nem para hospital, nem para nada. Hoje que eu já gastei uns vinte contos ou mais reparações, com benfeitorias, é que a Gazeta se põem de acordo com uns “doutorzinhos” chegados ontem a Uberaba, que só querem celebrar-se, fazer-se um nome de bemfazejos, sendo de facto malvados, para me hostilizar, para fazer reclamar esse edifício, ou parte dele. Já deve ter chegado ali, a resposta do Ministro do Império, mandando que continue a Santa Casa sob administração do Diocesano. Nosso Senhor Jesus Cristo abençoe à Vmce e lhe conceda grande abundância de suas luzes, de suas graças, lhe toque o coração e o faça um bom filho da Igreja Católica, em que nasceu e foi batizada. Cláudio – Bispo de Goyas (FERREIRA, 1928, p.197-198).

Ao analisarmos a carta do Bispo Dom Cláudio, constatamos a ausência de preocupação com os pobres. A autoridade eclesiástica pretende, na verdade, reafirmar o poder do clero católico na sociedade uberabense, a ponto de o mesmo recorrer ao Ministro do Império para permanecer no controle e posse do Hospital Santa Casa de Misericórdia.

Este acontecimento da história de Uberaba reafirma a força política da Igreja católica, que se manteve resistente às críticas sofridas quanto à administração da Santa Casa de Misericórdia, que não atendia pessoas pobres e desvalidas, inicialmente seu motivo de existência, conforme referido anteriormente.

A carta acima descrita é imprescindível para compreendermos a inserção da Igreja Católica no poder político (e econômico) local, pois muitos integrantes do clero católico pertenciam ao partido político situacionista, comungando, desta forma, os ideais de manutenção do poder, privilegiando uma elite tradicional, da qual fazia parte, e que refletia sua atuação no espaço uberabense, ou seja, em uma cidade sem infra-estrutura básica eficiente, com poucas perspectivas de progresso.

2.2 – O início do declínio comercial de Uberaba (1860)

A cidade de Uberaba tinha uma grande dependência sócio-econômica, principalmente em relação aos resultados da atividade pastoril, realizada nas imensas propriedades rurais.

Por causa da economia dependente da criação do gado e com sérios problemas de circulação (em face da falta de estradas para escoamento dos produtos), o desempenho econômico insuficiente do município se refletiu na produção do espaço urbano. O que se torna claro no dizer de Rezende (1983, p. 47):

A economia foi basicamente rural, predominando a agricultura de subsistência, baseada no cultivo de milho, feijão, arroz e cana (para açúcar e água ardente). Não havia exportação por falta de estradas e dificuldades de transportes. A criação do gado se deu em grande escala se bem que a criação de

ovelhas e cavalos ocupou também lugar significativo. [...] As fazendas de criação e cultura estavam em mãos de mais de 2.000 proprietários de terra.

Outro acontecimento que abalou a posição de entreposto comercial de Uberaba foi a navegação do rio Araguaia, no Estado de Goiás, que passou a fazer frente ao comércio na região Norte, desviando as rotas comerciais da cidade.

Para agravar mais ainda a situação econômica de Uberaba, outro desvio de rota comercial ocorreu no rio Paraguai, conforme afirma Rezende (1983, p. 48):

A navegação do rio Paraguai desviou o comércio de tropas para o Mato Grosso provocando sensível diminuição de intercâmbio entre as diversas localidades da província de São Paulo – Mogi - Mirim e Franca com Uberaba. O transporte fluvial mais vantajoso que o terrestre, abastecia largamente de sal as terras interioranas banhadas por aquele rio. Coxim, ligado a Goiás por uma entrada muito tráfegada, passou a ser centro fornecedor de sal à grande parte da província de Goiás.

As mudanças de rotas de comércio mudaram a vida econômica de Uberaba, causando um declínio no comércio local; os bancos que antes “derramavam” capitais no comércio local fecharam suas portas para a cidade. Muitas casas comerciais fecharam, agravando mais ainda a situação (PONTES, 1978).

O declínio comercial reflete a economia dependente de Uberaba, e altamente restrita à atividade pastoril e às grandes propriedades de terra. A formação de uma elite agrária e comercial

tornava-se reflexo da produção do espaço. Esta atividade pastoril praticada em alta escala foi a grande responsável pela origem do poder dos grandes proprietários de terra na região. É importante ressaltamos que os grandes proprietários de terra controlavam também o comércio, conforme afirma Rezende (1983, p. 31):

Muitos fazendeiros possuíam casas de comércio no município de Uberaba. O Coronel Elói Cassimiro de Araújo e o Comendador João Quintino Teixeira e seu irmão José Teixeira Alves de Oliveira, o primeiro, chefe do partido liberal (1854) e o segundo chefe do partido conservador, possuíram armazéns no Porto da Ponte Alta.

Constata-se, assim, o controle do comércio pelos grandes fazendeiros, que também se estendia ao universo político, em que os mesmos assumiam a liderança dos partidos na cidade.

Todo este domínio da elite política e econômica resultou na concentração de capital nas mãos dos comerciantes e fazendeiros existentes, dificultando, por esse meio, o aparecimento de novas casas comerciais na cidade.

2.3 – O desenvolvimento comercial de Uberaba (1860 a 1910)

No ano de 1864, um fato internacional – a Guerra da Secessão estadunidense (1861-1865) – interrompeu a produção e a

exportação do algodão dos Estados Unidos da América para as indústrias têxteis na Europa.

Neste contexto, o Brasil surgiu como o grande fornecedor de algodão; Uberaba destacou-se na produção deste produto, apesar de estar distante dos portos de Santos e do Rio de Janeiro. Este comércio proporcionou um pequeno aumento no fluxo comercial da cidade, que se encontrava, então, em plena crise.

Porém, esta melhoria no comércio durou pouco tempo; outra vez a deficiência da circulação dos produtos aqui produzidos para outros mercados, prejudicaria o desenvolvimento de Uberaba. As péssimas condições das estradas que ligavam Uberaba aos grandes centros urbanos, elevavam o custo da produção.

Outro fato que abalou o comércio do algodão na cidade foi a produção do mesmo nas cidades próximas aos portos de Santos e do Rio de Janeiro, provocando a decadência do comércio de Uberaba, levando-o a uma total apatia.

Contudo, outro acontecimento internacional interferiu no desenvolvimento urbano-comercial de Uberaba – a Guerra do Paraguai (1865-1870), quando a cidade se transformou em ponto de passagem das tropas, conforme afirma Rezende (1983, p. 61):

Mas em seguida veio a Guerra do Paraguai (1865-1870) que foi a grande responsável pela recuperação e intensificação do movimento urbano que já se iniciara na década de 1850. Uberaba transformou-se em ponto de passagem de tropas, rumo ao Mato Grosso chegando a aquartelar no ano de 1865, por 47 dias, o Corpo Expedicionário da Laguna que se destinava a invadir o Paraguai chegando pelo norte.

O reflexo da Guerra do Paraguai no desenvolvimento de Uberaba foi evidenciado pelo bloqueio do comércio com Mato Grosso, que estava sendo feito por meio da rota do rio Paraguai-Coxim; assim, a cidade passou a canalizar toda rota comercial na trajetória da estrada Uberaba-Vila Boa-Cuiabá.

Esta estrada canalizou todo o comércio e operações militares que tinham por objetivo abastecer e defender a província de Mato Grosso (REZENDE, 1983).

Esta situação geográfica estratégica de Uberaba mais uma vez, no decorrer de sua história econômica, avolumou as relações comerciais e refletiu na produção do espaço geográfico.

Neste mesmo contexto de prosperidade no comércio, surgiu ainda outro acontecimento que intensificou as transações comerciais locais: a chegada de várias famílias ricas que abandonaram as lavras de diamante de Bagagem (cidade atualmente conhecida como Estrela do Sul), pois o preço do diamante caíra significativamente, deixando aquela atividade econômica de ser atraente.

Buscando um novo local para fixarem residência, tais famílias encontraram em Uberaba uma praça ideal, aplicando no comércio local os capitais acumulados na extração do diamante, ampliando, dessa maneira, a atividade comercial com um todo.

No ano de 1874, a situação econômica de Uberaba refletia o progresso no comércio, conforme afirma Pontes (1978, p. 93):

Em 1874, a situação desta praça era a mais lisonjeira possível, com tendência à elevação. Havia, além de muitos armazéns de sal e molhados, dez casas de varejo e doze de atacados e varejo. O tráfego das mercadorias em trânsito pelas estradas do município elevou-se a 3.206.521 quilogramas, dos quais apenas 91.275 se destinavam a localidades fora do mesmo. A exportação orçava para 301.807 quilogramas.

O progresso no comércio uberabense reafirmou, mais uma vez, sua posição de destaque na região, que atraiu instituições financeiras como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Rezende, 1983).

Estes bancos desenvolveram muito bem seu papel ao fazer Uberaba ingressar definitivamente em uma nova ordem de pensar e proceder economicamente – o capitalismo industrial. A instalação de fábricas na cidade transforma a produção do espaço, conforme Rezende (1983, p. 78):

A partir de 1880, algumas fábricas foram fundadas na cidade visando incentivar uma maior exportação de produtos que naturalmente favorecia uma maior permanência de capital na cidade. A fundação da fábrica de chapéus em um velho engenho central (propriedade do Barão da Ponte Alta) foram os primeiros passos para uma diversificação econômica, que só mais tarde, porém, justificaria.

Este progresso capitalista na cidade atraiu mais investimento do capital que, naquele período desenvolvimentista, em nível mundial, era representado pelos meios de transporte (em especial as ferrovias, responsáveis pelo impulso do comércio mundial).

As ferrovias representavam o moderno e a possibilidade de crescimento econômico, como afirma Guimarães (1990, p. 39):

Já nas regiões marginais das economias periféricas, a ferrovia era apenas a possibilidade do intercâmbio comercial com os principais mercados consumidores e produtores do país. Representava o advento do moderno, que rompia as barreiras geográficas e possibilitava incorporação extensiva do mercado onde a ferrovia tocava seus braços, aumentava a renda da terra e expandia as relações comerciais.

A primeira ferrovia que cortou o Triângulo Mineiro foi a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, com sede no Estado de São Paulo, prolongando seus trilhos até Uberaba, tendo como marco de fundação o dia 23 de abril de 1889.

Com a chegada da ferrovia, consolidou-se a hegemonia uberabense no comércio, resvalada na abertura de caminhos econômicos e modernos.

O fomento do núcleo urbano foi considerável, conforme explica Pontes (1978); esse autor afirma que a cidade, em 1886, possuía cerca de 986 prédios urbanos; com o passar de quatro anos podia-se contar em torno de 1500 construções.

Por conseguinte, no contexto econômico e da produção do espaço, a ferrovia teve um papel imprescindível na circulação do capital, mostrando a força do modelo capitalista, a percepção evidente nos dizeres de Guimarães (1990, p. 44):

A ferrovia em Uberaba representou o coroamento de esforços anteriores para fazer desta cidade um elo de ligação entre o sertão da produção extensiva e o litoral do assalariamento capitalista.

A cidade de Uberaba “sobreviveu” a diversas fases envolvendo a pujança econômica ou declínio de suas atividades basicamente pastoris.

E a força política da cidade? Como atuou neste processo? Será que os políticos uberabenses participaram de todo o processo? Ou foram barreiras que procuram travar o desenvolvimento para que, assim, fosse reconstruída sua hegemonia situacionista?

2.4 – A concepção de hegemonia de uma elite dominante

A análise do desenvolvimento econômico da cidade de Uberaba, como afirmado anteriormente, está diretamente ligada a sua situação geoestratégica na região do Triângulo Mineiro.

Por outro lado, as forças políticas também estão intrinsecamente relacionadas em todo o processo de desenvolvimento econômico, confirmando o seu papel na configuração de um espaço urbano diferenciado na região.

Inicialmente, predominou, em Uberaba, uma elite agrário-comercial, pois os grandes comerciantes também eram proprietários de

terra, haja vista uma mudança radical na produção do espaço, marcada pela introdução do gado zebu na cena econômica do município, o que reorientou os interesses das elites (cf. próximo capítulo).

Contudo, o que caracteriza uma elite? Será somente seu âmbito econômico? E o político? Ou será que ambos aspectos – o econômico e o político - compõem os mesmos interesses e, dessa maneira, constituem ou representam uma única elite?

É importante ressaltarmos que, na presente dissertação, não se quer “classificar” a elite uberabense e, sim, entendê-la em sua diversidade e compreender como agem seus sujeitos sociais na produção do espaço geográfico, e o processo de reconstrução que utilizam para manter a hegemonia.

Ao consultarmos um dicionário de política (BOBBIO, 1996, p. 385), encontramos os seguintes sentidos para o termo “elite”:

Por teoria das elites ou elitista, de onde também o nome de elitismo, se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma minoria que dele está privada. Uma vez que entre todas as formas de poder (entre aquelas que socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites Políticas, ela pode ser redefinida com a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer a força, em última instância.

Esta definição de Bobbio evidencia a existência de uma pequena minoria que detém o poder engessado no fazer político-econômico, passando a comandar e a impor todas as decisões para o restante do grupo.

Outros teóricos que analisam a atuação das elites no espaço as definem de forma mais generalizada, como Keller (1967, p. 13):

A existência e permanência de minorias influentes constituem uma das características invariáveis da vida social organizada. Pequena ou grande, rica ou pobre, simples ou complexa, uma comunidade tem sempre alguns de seus membros situados em posições de grande importância, poder ou destaque.

A autora afirma que uma minoria sempre se destaca nas camadas sociais, sejam estas ricas ou pobres, simples e complexas, sempre ocorre o destaque de indivíduos que comandam determinados grupos e que se utilizam do poder para tomar decisões e decidirem o destino da maioria que constitui a sociedade.

O teórico clássico mosca (1975, p. 307), em sua obra *História da Doutrina Política*, afirma a existência de uma classe político-dirigente, que outro renomado pensador Vilfredo Pareto (apud op. cit)denominou de elite nos seguintes termos:

O novo método dos estudos das Ciências Políticas tende justamente a concentrar a atenção dos pensadores sobre a formação e o organização da classe dirigente a que chamamos geralmente na Itália classe política dirigente (classe política). Esta expressão começa a expandir-se igualmente nos escritores estrangeiros, ao mesmo tempo em que a de elite, empregada por Pareto.

Mosca afirma que, em qualquer país, ao atingir um grau mínimo cultura organizada, a classe dirigente justifica seu poder em determinados períodos, haja vista a relevância da harmonia política com o grau de maturidade moral e intelectual do povo na conjuntura na qual é aplicada (MOSCA, 1975).

Nesta perspectiva de análise, o autor acima reflete a necessidade de uma reconstrução da hegemonia por parte da classe política dominante, visando-se a manutenção do poder.

Podemos constatar esta análise em Mosca (1975, p. 308):

Desta forma, quando uma fórmula política acha-se de qualquer maneira ultrapassada, quando a fé nos princípios sobre os quais ela se apóia tornar-se fraca, esta aí o sinal que indica a iminência de sérias transformações na classe política dirigente. A grande Revolução Francesa ocorreu quando a imensa maioria dos franceses cessou de acreditar no direito divino dos reis; a Revolução Russa eclodiu quando a quase totalidade dos intelectuais e talvez também a maioria dos operários e dos camponeses russos cessaram de acreditar que o Czar havia recebido de Deus a missão de governar a Santa Rússia.

A reconstrução hegemônica para a perspectiva do poder de uma classe dirigente, em específico a classe política, é imprescindível para sua permanência enquanto classe dominante. Os sujeitos sociais atuam de maneira que suas práticas transmitem uma luta de forças revigoradas por ações que reafirmam o poder de uma minoria que delibera o modo de vida da maioria.

A leitura de uma obra de Raymond Williams, intitulada “Marxismo e Literatura”, foi imprescindível para entendermos as especificidades da ação hegemônica em determinados espaços, suprimindo definitivamente o conceito de hegemonia como simplesmente a relação de opressão de uma classe em detrimento do interesse de outra.

Para Williams (1979, p. 111), a hegemonia ultrapassa dois poderosos conceitos:

A hegemonia é um conceito que inclui imediatamente, e ultrapassa, dois poderosos conceitos anteriores; o de “cultura” como todo um processo social, no qual os homens definem e modelam todas as suas vidas, e o de “ideologia” em qualquer de seus sentidos marxistas, no qual um sistema de significados de valores é a expressão ou projeção de um determinado interesse de classes.

A cultura, em Williams, é modo de vida, ou seja, um processo social no qual o homem constrói e reconstrói suas experiências na relação dinâmica entre os diferentes. A ideologia é analisada como um sistema articulador de valores, considerando-se, aí, o seu conceito abstrato.

A hegemonia não é simplesmente a relação entre domínio/subordinação; ela é todo o contexto das relações vividas com seus significados, como afirma Williams (1979, p. 113):

A hegemonia é então não apenas a nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou doutrinação. É todo um conjunto

de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e o nosso mundo. É um sistema vivo de significados e valores – constitutivo e constituidor que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente.

Nesta perspectiva, a hegemonia torna-se um processo complexo no qual predominam a dominação e a resistência, em detrimento da subordinação. Todas as ações estão voltadas pela recriação de práticas que determinam uma “cultura”, vivida em determinadas classes.

A hegemonia, segundo Williams, não pode ser vista como um processo de manipulação ou doutrinação; ela ultrapassa esses termos, utilizando-se de práticas que reafirmam significados diários e que, conseqüentemente agregam valores que se afirmam na sociedade. Esta concepção de hegemonia redimensiona totalmente nossa visão no decorrer da pesquisa.

No início, pensávamos a hegemonia de forma estática, imposta, pronta e acabada. Procuramos esta concepção nas ações das elites uberabenses, acreditando estar tudo pronto, esperando apenas para ser identificado.

Após analisarmos Williams (1979), no primeiro momento toda concepção de reconstrução de poder foi desconstruída pelo autor. Este momento foi importante para nossa trajetória de pesquisadora; refletimos o que realmente pretendíamos ao analisar, isto é, pesquisarmos o papel das elites no Município de Uberaba.

Assim, repensamos todo o caminho teórico e concluímos que a pesquisa não se resumiria à simples identificação das conseqüências da atuação das elites nos contextos político e econômico. Era preciso caminhar para além desta perspectiva, identificando os valores que estas elites professavam e que deram unicidade às suas práticas e experiências.

A hegemonia das elites uberabenses passou a ser analisada com um conjunto de experiências mutáveis, conforme afirma Williams (1979, p. 115):

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. [...] Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões.

Nesta discussão, relacionam-se poder, elite e hegemonia, que possuem uma complexidade, na qual estão apontadas divergências entre os grandes pensadores da Teoria das Elites.

Pareto (apud GURVITCH, 1982) definiu “elite” de forma mais geral, com análise estatística, deliberando um índice que representa o sinal de sua capacidade, ou seja, atribuiu notas para cada indivíduo.

As que obtiveram as maiores notas, foram reunidas em uma categoria denominada “elite”¹⁸.

Por outro lado, Mills (1968), no trabalho *A Elite do Poder*, discorda de Pareto (apud, GURVITCH, 1982), ao afirmar que a elite não é formada somente pelos que têm as melhores notas, mas pelos de ocupam posições de destaque na sociedade, que é essencial para a manutenção do poder e da riqueza.

Segundo Mills (1968, p. 20), a elite é:

A elite segundo esse conceito se considera, e é considerada pelos outros, como o círculo íntimo das classes sociais superiores. Forma uma entidade social e psicológica mais ou menos compacta; seus componentes tornaram-se membros conscientes de uma classe social. As pessoas são ou não aceitas nessa classe, havendo uma divisão qualitativa, e não simplesmente uma escala numérica, separando os que são a elite dos que não é. Tem certa consciência de si como uma classe social e se comportam, uns para com os outros de modo diverso daquele que adotam para com os membros de outras classes. Aceitam-se, compreendem-se, casam entre si, e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante.

Constata-se que pertencer às elites significa estabelecer uma rede de pessoalidade que estabelece procedimentos que devem ser seguidos de modo que sejam diferenciadas classes de indivíduos distintos.

O nosso objeto de pesquisa remonta à atuação das elites na produção do espaço geográfico da cidade de Uberaba, haja vista a

¹⁸ Apud Bottomore (1974, p. 8).

complexidade de entendermos a dinâmica destas elites e os meios com que ela se reconstrói na sua totalidade.

Torna-se, assim, imprescindível analisarmos o contexto político da sociedade uberabense e a atuação de uma elite que, no decorrer de sua trajetória, contemporizou ações no âmbito político, que afetaram diretamente o desenvolvimento da cidade de Uberaba.

Analisaremos, a seguir, este processo de formação da elite política uberabense

2.5 – A força política uberabense ou... uma elite situacionista?

Na cidade de Uberaba, até o ano de 1848, a sociedade não se preocupava com a política, nem com o progresso econômico do município (PONTES, 1978).

Os liberais se mantiveram no poder até no ano de 1848; em seguida, os conservadores assumiram o poder no município, permanecendo até 1861. Foi um período de muita politicagem e de perseguições envolvendo os conservadores e liberais.

No ano de 1858, um delegado de polícia, que era do Partido Conservador, o Senhor João Teixeira, mandou prender um comerciante que pertencia ao Partido Liberal, simplesmente pelo fato de o mesmo não ter tirado o chapéu na presença do delegado.

Conforme relata Pontes (1978, p. 105):

De algemas nos pulsos e corrente no pescoço, o infeliz negociante caminhou, a pé, as 104 léguas desta cidade à metrópole de Minas. Mas o Tenente Coronel Antônio Borges Sampaio, líder liberal de Uberaba, pondo-se, imediatamente, a a caminho de Ouro Preto e da Corte, falou ao imperador, de quem tudo conseguiu, trazendo, de regresso o recruta e a demissão de todas as autoridades, inclusive a do delegado João Teixeira.

A rivalidade política entre os liberais e os conservadores é evidenciada na falta de respeito e no abuso de autoridade de quem estava no poder. O Tenente-Coronel Antônio Borges Sampaio marcou de maneira significativa sua passagem pela política local, tanto que, em pleno século XXI, seu nome e atuação são reverenciados. Não discordamos de sua atuação e importância com contexto político da cidade de Uberaba, mas o objetivo primordial de nossa pesquisa é fazer uma leitura crítica dos personagens ilustres e pragmáticos da política uberabense. É imprescindível deixarmos claro que o Tenente-Coronel Borges Sampaio tinha fraca atuação na política, porém elaborava planos nos bastidores, evitando, com isso, a ocupação do *front* de batalha, ou seja, estava sempre à frente das decisões, sempre por trás de seu cunhado, o Barão da Ponte Alta e do Coronel Antônio Elói Cassimiro de Araújo, como expõe Pontes (1978, p. 105):

O tenente – Coronel Antônio Borges Sampaio, liberal, desde muito pela sua atuação na política de Uberaba, vinha se constituindo o alvo das iras adversárias. Ele fazia tudo quanto desejava sem que o seu nome aparecesse, servindo-se, para tanto, do Coronel Antônio Elói Cassimiro de Araújo, e o Barão

da Ponte Alta, seu cunhado e pessoa da mais alta distinção, moral e política. Por isso; os adversários do Tenente – Coronel Sampaio o acharam parecido com certo felino brasileiro – a jaguatirica – que fere com as unhas sem a mostrar.

No decorrer da pesquisa, nos deparamos várias vezes com fatos e relatos da atuação do Tenente Coronel Borges Sampaio, no contexto político de Uberaba, narrados até com certa empolgação pelos memorialistas, aproximando-se, em alguns momentos, da idolatria e da devoção impensada.

A disputa política na cidade tornou-se tão intensa que, no dia 03 de agosto de 1863, o Partido Progressista, apoiado pelo Partido Liberal, buscava alcançar o poder local vencendo as eleições.

Os liberais que estavam no poder fariam qualquer coisa para garantir a vitória do Partido Liberal e Progressista. Para garantir o resultado positivo, medidas extremas foram tomadas pelo Coronel Antônio Elói Cassimiro de Araújo; obedecendo às ordens do governo liberal, processou quatro Juízes de Paz, que compunham a presidência da mesa eleitoral. Como não havia nenhuma irregularidade, os liberais mandaram “inventar” e as autoridades do judiciário foram colocados na cadeia, como afirma Pontes (1978).

Outras medidas violentas foram tomadas pelo Partido Liberal para a manutenção do poder, dentre elas Pontes (1978, p. 106) destaca:

Cercou a igreja matriz com o destacamento de 30 e tantos praças e mais 200 homens armados de

trabucos, bacamartes e clavinotes, e depois de transformada a matriz em inexpugnável baluarte, lançou em todas as violências imagináveis para afastar as urnas do Partido Conservador que tinha a maioria superior a 600 eleitores.

Neste processo eleitoral, não foram os liberais que venceram e, sim, o bacamarte do governo, de forma violenta, com pessoas armadas presentes na porta da Igreja Matriz, apoiando as perseguições e prisões violentas dos que pertenciam ao Partido Conservador.

Nessa conjuntura política, não podemos esquecer que um dos líderes do partido Liberal era o Tenente-Coronel Borges Sampaio, que nada fez para conter a violência contra os membros do Partido Conservador, visto que, na verdade, ambos desejavam o poder ou manutenção do mesmo e seus privilégios.

A disputa entre liberais e conservadores prolongou-se até a Proclamação da República em 1889, quando a elite política reconstruiu sua hegemonia, manifestando o mesmo objetivo quanto à manutenção da hegemonia na política local.

Os políticos locais utilizaram-se diferentes formas para se perpetuarem de forma situacionista no período do Segundo Império, procurando satisfazer o interesse de uma minoria, em detrimento do desenvolvimento da cidade de Uberaba.

No próximo capítulo, discutiremos a consolidação de uma nova elite com a mudança da atividade comercial, para a criação do gado

zebu, bem como a formação de uma elite, que reconstruiu suas forças hegemônicas por meio de seus sujeitos sociais, na produção do espaço urbano do Município de Uberaba.

CAPÍTULO 03

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA ELITE UBERABENSE E SUA ATUAÇÃO NO CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO (1910-1960)

A chegada da ferrovia em Uberaba representou a ligação do sertão da produção extensiva de gado e o litoral da produção capitalista.

O desenvolvimento comercial no município de Uberaba e a sua consolidação como entreposto comercial estão evidenciados nos dados apresentados no QUADRO 02. Os dados desse quadro salientam a hegemonia comercial uberabense no início do século XX na região do Triângulo Mineiro, isto é, sua liderança econômica.

Por outro lado, no ano de 1897, os trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro se prolongaram até a cidade de Araguari, desestabilizando Uberaba da situação de entreposto comercial para o sudeste de Goiás e outras regiões.

Assim, ao analisarmos o quadro acima, fica claro o crescimento comercial da cidade de Araguari, transformada em ponto

final da estrada de ferro, que levava consigo todo o aparato capitalista para o sertão.

MUNICÍPIOS	NÚMERO ESTABELECIMENTOS	VENDAS ANUAIS (RÉIS)
ARAGUARI	23	1.260:000\$000
ARAXÁ	50	500:000\$000
MONTE ALEGRE	28	326:500\$000
MONTE CARMELO	36	443:000\$000
PATROCÍNIO	63	389:000\$000
SACRAMENTO	87	1.304:000\$000
UBERABA	88	5.198:000\$000
UBERABINHA	11	672:000\$000

QUADRO 02 – Estatística sobre o comércio no Triângulo Mineiro (1904 – 1905).

FONTE: JACOB, apud GUIMARÃES, 1990, p. 45.

Após esse período, constatamos a retração da atividade comercial na cidade de Uberaba, principalmente quando encontramos informações que demonstram uma considerável diminuição dos profissionais ligados ao comércio; em contra-partida, percebemos uma ascensão provocada pela demanda de profissões que estão atreladas à atividade pastoril, conforme demonstra o QUADRO 03.

PROFISSÕES/ATIVIDADES ECONÔMICAS	OCORRÊNCIAS POR ANO					
	1895	1897	1901	1903	1905	1906
ADVOGADOS	9	7	5	9	7	6
ENGENHORES CIVIS	5	1	2	6	3	2
SELEIROS	3	4	5	8	5	9
BILHARES	2	1	3	3	2	3
AÇOUGUEIROS	4	16	7	7	8	18
JOALHEIROS	2	2	2	2	2	2
AGRIMENSORES	-	-	-	-	3	4
FERREIROS	6	10	7	11	15	23
GUARDA-LIVROS	10	10	3	3	6	6
ALFAIATES	7	7	10	8	9	8
CONSTRUTORES	6	6	5	6	2	2
FÁBRICA DE CERVEJA	3	4	3	4	5	5
FABRICA DE MACARRÃO	-	3	1	2	2	2
FABRICA DE BARRIGUEIRAS	-	-	-	-	1	-
FÁBRICA DE CIGARROS	1	1	1	2	1	2
FÁBRICA DE TECIDOS	1	1	1	1	1	1
FÁBRICA DE CARROÇAS	1	1	1	-	1	-
FÁBRICA DE VINHO	1	1	1	-	1	-
FÁBRICA DE MANTEIGA	-	2	2	3	2	-
FÁBRICA DE CANGALHAS	-	-	-	-	1	-
CAPITALISTAS	10	7	8	7	6	3
CIA. DE SEGUROS	-	-	-	-	-	3

Continua

Continuação						
PASTOS DE ALUGUÉIS	-	3	6	8	-	9
MÉDICOS	7	6	5	6	8	6
RESTAURANTES	3	4	4	4	-	4
BOIADEIROS	6	11	17	18	22	15

QUADRO 03 – Ascensão da atividade pastoril nos primeiros anos do século XX.

FONTE: Correio Católico (1897); Almanaque – 1895-1901-1903-1905-1906, apud REZENDE, 1983, p. 87.

Porém, como afirma Pontes (1978, p. 95-96), as grandes transações continuaram para o resto do Triângulo Mineiro, Sul do Mato Grosso e mesmo com Goiás por intermédio de mascastes ou boiadeiros.

E, para acirrar mais ainda a crise econômica pela qual o município passava, a Câmara Municipal de Uberaba criou um imposto sobre o comércio realizado pelos mascates (REZENDE, 1983).

Diante deste cenário de crise econômica, os latifundiários criaram o “Club da Lavoura e Commercio“, em 23/01/1899 que tinha por objetivo promover a união dos grandes fazendeiros, para defender seus interesses abalados pela crise que assolava o município. Este clube transformou-se, posteriormente, no Jornal Lavoura e Commercio em 06/07/1899.

Conforme afirma Rezende (1983, p. 88):

Com este objetivo foi criado o Jornal Lavoura e Comércio - que defendeu os interesses dos fazendeiros e comerciantes. A fundação do Club da Lavoura e Comércio e do próprio Jornal com o mesmo nome evidenciam

naturalmente, a importância que o comércio e a agricultura desempenhavam na economia uberabense.

Torna-se claro o desejo de manutenção do poder pelos proprietários de terra e, principalmente, a união entre eles para, juntos, defenderem seus interesses.

É importante ressaltarmos que, além da defesa dos seus interesses, os grandes fazendeiros uniram-se também para questionar o governo de Minas Gerais, representado pelo Senhor Silviano Brandão, que pretendia criar o imposto territorial, que seria 3% do valor da terra.

Tal medida gerou um descontentamento entre os proprietários de terra, sendo este o verdadeiro motivo da união entre os fazendeiros, ou seja, a defesa dos seus interesses e, em momento algum, preocuparam-se com a terrível crise econômica pela qual atravessava o município.

Por outro lado, existia um grupo liderado pelo Doutor Militino Pinto de Carvalho, que era contrário ao objetivo do Club da Lavoura e Commercio, provocando uma disputa entre os jornais do município.

O Jornal Gazeta de Uberaba (dos governantes) liderou uma campanha contra o Jornal Lavoura e Comércio (dos fazendeiros).

Esta conjuntura política em nada beneficiava o município, pois dividiu os políticos locais; isso é claramente percebido nos dizeres de Pontes (1978, p.141):

Efetivamente, os mesmos elementos políticos, que, em 1897 entraram em divergência na organização da Câmara que ainda não terminara o seu mandato, enviaram o seu apoio ao Dr. Silviano Brandão, a quem os lavoristas por sua vez negaram o seu.

Os partidos políticos locais, praticamente, então, se conheciam por Lavoristas e Governistas ou Silvanistas (PRM). Daquele era chefe o Coronel João Quintino Teixeira e deste o Coronel Manuel Rodrigues de Barcelos. Postos em campo, iniciou-se para Uberaba uma luta terrível que parecia nunca acabar.

O Partido da Lavoura disseminou-se pelos outros municípios de Minas Gerais o que, conseqüentemente, aumentou sua força política na cidade de Uberaba, e passou a fazer uma forte oposição ao governo de Minas Gerais, representado por Silviano Brandão naquele momento. O governo de Minas não queria de forma alguma perder as eleições, afirmando que perder as eleições seria um crime.

Os governistas de Uberaba pretendiam, assim, vencer as eleições a qualquer preço, o que acarretou um processo eleitoral tendencioso e desonesto.

Na eleição para deputado, a Câmara Municipal, diante da disputa política, tomou atitudes arbitrárias e desonestas, demonstrando que, na luta pelo poder no município, qualquer prática se justificaria.

As seções eleitorais funcionavam na Escola Normal; localizada na Praça Afonso Pena (atual Praça Rui Barbosa), porém, no dia do pleito eleitoral, as portas da escola estavam fechadas, obrigando os mesários a instalarem as mesas receptoras de voto no meio da rua.

O diretor da Escola Normal, o Dr. Militino Pinto de Carvalho, informou que havia perdido as chaves. Neste contexto, torna-se clara a manipulação do processo eleitoral, conforme afirma Pontes (1978, p. 142):

Antes que a votação terminasse, caiu sobre a cidade uma forte chuva, obrigando os mesários e votantes a se recolherem, apressadamente, à casa do Coronel Otaviano Martins Borges, vizinho mais próximo das mesas e onde se concluíram os trabalhos das três seções, ao relento. A vitória sorriu aos lavouristas.

O Partido da Lavoura aumentou ainda mais seu poder de atuação no cenário político uberabense, fortalecendo-se para as eleições de 1º de novembro de 1900, na qual foram inauguradas as seções rurais, as chamadas “seções das roças”.

Estas seções eleitorais rurais localizavam-se nas grandes fazendas, sendo que as mesas receptoras dos votos eram colocadas em um cômodo (quarto) da sede do imóvel rural. Dessa maneira, só entrava para votar quem o fazendeiro permitisse, e desde que fosse seu correligionário político.

Os opositores políticos dos grandes fazendeiros não entravam na casa para votar; assim, vencia o pleito o candidato que representava os grandes proprietários de terra.

Desta forma, podemos perceber o poder político local sendo manipulado pelos fazendeiros, por meio do Partido da Lavoura. Fica claro que, em nenhum momento, os mesmos se preocupavam com o

desenvolvimento de Uberaba; antes buscavam reconstruir a hegemonia de uma elite política.

A política era utilizada como instrumento de poder para fortalecer os grandes fazendeiros no embate com o Governo de Minas que, em represália às derrotas e ao crescimento do Partido Lavourista, suprimiu várias instituições importantes para o município de Uberaba.

Durante este período, por ordem do Governo de Minas, Uberaba teve suprimido o Instituto Zootécnico, ao passo que a Escola Normal foi transferida da cidade que, em contra-partida sediou um Batalhão da Polícia (REZENDE, 1983, p. 88).

Tais atitudes são reflexos de uma política que não previu o desenvolvimento do município; ao invés disso, procurou apenas reconstruir o poder hegemônico de uma elite política sem levar em consideração as necessidades do município, como afirmamos diversas vezes, demonstrando, ainda, nenhum respeito pelo povo que, teoricamente, deveria receber de forma positiva as conseqüências do ato de se fazer política, ou seja: qual o sentido de se fazer política que não seja como instrumento de poder de uma minoria?

Os dizeres de Arendt (2002, p. 38) deixam evidente a essência da política ao afirmar que

Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade

Em contrapartida, esta liberdade descrita por Arendt (2002) não fazia parte da realidade política uberabense refletida na produção do espaço geográfico por meio do atraso econômico, mesmo sendo em alguns momentos considerada a “Princesa do Sertão”.

Estas ações políticas de grupos que visam apenas ao fortalecimento de uma minoria, por conseguinte, produziram conseqüências desastrosas para o município, um marasmo econômico que se aprofundou com o suceder dos anos, sobre os quais construiremos, a seguir, uma análise específica.

3.1 – O agravamento da crise econômica (e política) de Uberaba

No ano de 1910, o Governador de Minas Gerais provocou uma grande indignação no comércio local ao criar um imposto sobre o comércio de exportação; conseqüentemente, os comerciantes de Goiás e Mato Grosso passaram a comercializar diretamente com São Paulo (REZENDE, 1983).

Outro fato agravante, mencionado anteriormente, foi o desvio da construção da Estrada de Ferro Noroeste, que deveria partir de Uberaba rumo a Coxim; todavia, por questões políticas, o trajeto foi mudado, conforme afirma Rezende (1983, p. 89):

O projeto inicial da futura Estrada de Ferro Noroeste; deveria partir de Uberaba, rumo a Coxim. Os compromissos políticos feitos pelo presidente Rodrigues Alves, como o governo de Minas Gerais objetivando apoiar Afonso Pena para seu sucessor desde que a estrada de ferro, para o Mato Grosso partisse do Estado de São Paulo.

Este acontecimento agravou mais ainda a crise econômica em Uberaba, que detinha a hegemonia da intermediação comercial com o Mato Grosso.

Por conseguinte, o município de Uberaba perdeu o domínio comercial que exercia no Triângulo Mineiro. Mas, quanto a este fato, temos algumas inquietações: como a elite política e econômica do município se posicionou frente a esse acontecimento? E a sua força representativa na Câmara dos Deputados, como agiu? Inquietações que se adensam quando se reconhece que a mudança do trajeto da Estrada de Ferro Noroeste foi um “acordo Político”.

E o partido governista liderado pelo Dr. Militino Pinto de Carvalho, opositor do Partido da Lavoura? Que posturas teve em defesa dos interesses econômicos do município de Uberaba naquele momento?

A elite política apenas assistiu aos acontecimentos, não se posicionando, preferindo se omitir. A população uberabense, mais uma vez, assistiu e viveu o marasmo econômico do município

Os grandes fazendeiros e proprietários de terra, o que fizeram em face de tal situação? Nada. O conformismo era geral, ou será que ambos temiam o desenvolvimento comercial do município?

Por conseguinte, diante desse novo contexto, os coronéis, aparentemente, perderam sua hegemonia política e econômica na região.

Essas indagações são pertinentes; porém, somente após analisarmos a mudança da atividade econômica em Uberaba, ou seja, a pecuária concretizada na criação de Gado Zebu, transformando o município em um grande centro da indústria pastoril, é que poderemos tentar respondê-las.

3.2 – A mudança da atividade econômica no município de Uberaba

Com o declínio da atividade comercial no município de Uberaba e a perda da hegemonia de cidade pólo do comércio triangulino, ocorreu uma estagnação econômica de conseqüências devastadoras, tornando-se imprescindível a mudança da atividade produtiva.

Nesta conjuntura econômica, a comercialização do gado zebu transformou o município de Uberaba em um grande centro pecuarista da região.

Analisaremos, a seguir, como ocorreu o processo de introdução do zebu na economia uberabense e os reflexos na produção do espaço, bem como as conseqüências para a sociedade, para a ocupação urbana do município.

3.2.1 – A introdução do Zebu no Triângulo Mineiro, via Uberaba

A introdução do zebu no Triângulo Mineiro é motivo de discussão, pois produziu várias versões, em diferentes segmentos da sociedade, ou seja, não há um consenso sobre o assunto.

No município de Uberaba, a introdução do Zebu também é contada por intermédio de várias versões¹⁹. De acordo com a apresentação da versão do Senhor Silvio Caetano Borges, para analisarmos a construção do momento da introdução do zebu.

O Senhor Silvio Borges afirma que seu avô, o Coronel Antônio Borges de Araújo, resolveu vender uma casa comercial no final do século XIX, devido à forte crise comercial do município. Em seguida, o Coronel Antônio Borges comprou uma fazenda e resolveu ir ao Rio de Janeiro, no de 1889, comprar gado. Nesta viagem, adquiriu o famoso touro Lontra, sendo este o primeiro zebu a chegar no município de Uberaba.

O fato fundamental que pretendemos analisar vai além de simples versões da introdução do zebu no município; interessa-nos, na realidade, considerar o poder simbólico que o zebu exerceu em Uberaba, o que se reflete até os dias correntes.

A citação da chegada do touro Lontra tem por objetivo mostrar a força do zebu na sociedade uberabense, tanto que, no ano de 1949, o

¹⁹ Não detalharemos cada versão da introdução do zebu no Triângulo Mineiro e no município de Uberaba, dado que estas versões já são abordadas na obra “ABCZ: Histórias e Histórias”, de Lopes; Rezende (Cf. REFERÊNCIAS).

pai do Senhor Silvio Caetano, o Senhor José Caetano Borges, ergueu na Praça Dom Eduardo um monumento comemorando a data da introdução do zebu no município de Uberaba.

A referida Praça Dom Eduardo fica localizada em frente ao Colégio Marista Diocesano, que tinha em regime de internato os filhos da elite; assim, tal homenagem buscou também anunciar aos “companheiros de sociedade” a família pioneira, em um expresso desejo de respeito e admiração por seu espírito empreendedor (Cf. FIGURA 10).

O Senhor José Caetano Borges foi um dos pioneiros na formação e seleção do gado Indubrasil, que chamava anteriormente Induberaba. Confira, abaixo, a fotografia da FIGURA 11, com o Senhor José Caetano e sua esposa, Cherubina Machado Borges.

Os grandes criadores de zebu, portanto, são representados principalmente pelas famílias Borges e Machado.

Outro pioneiro na introdução do gado zebu no município de Uberaba foi o Senhor Rodolfo Machado Borges, principalmente na criação de Gir e Nelore. A fotografia da FIGURA 12 mostra uma paisagem da sua Fazenda Laranjeiras.



FIGURA 10 – Inauguração em 1939 do Monumento à introdução do zebu. Erguido na Praça Dom Eduardo, em comemoração aos 50 anos da chegada do touro zebu “Lontra”, em Uberaba.

FONTE: LOPEZ; REZENDE (2001, p. 28).

José Caetano Borges, pioneiro da formação e seleção do gado Indubrasil (que ele chamou Induberaba). Com sua mulher Cherubina Machado Borges.



FIGURA 11 – Senhor José Caetano e sua esposa Cherubina Machado Borges

FONTE: LOPEZ; REZENDE (2001, p. 28).

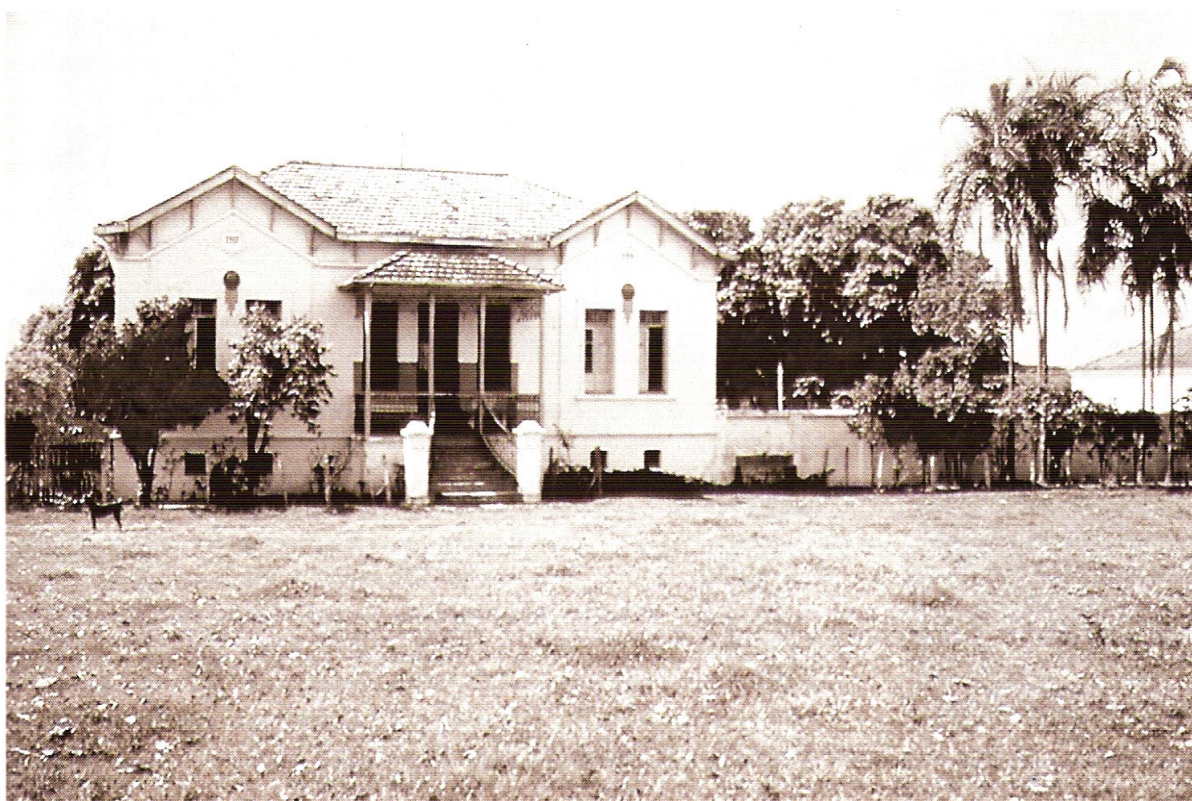


FIGURA 12 – Fazenda Laranjeiras que pertenceu a Rodolfo Machado Borges, um dos pioneiros da seleção de Gir e Nelore no município de Uberaba.

FONTE: LOPEZ; REZENDE (2001, p. 29).

O que caracterizava a comercialização do zebu era o monopólio das importações, exercido pelas Casas do Rio de Janeiro. Neste contexto, os uberabenses resolveram buscar o zebu diretamente na Índia. Esse fato evidencia a força dos fazendeiros do município de Uberaba e o alto investimento para fazer da criação de gado zebu a principal atividade econômica da região e, concomitantemente, refletindo-se na produção do espaço geográfico (Cf. o mapa da FIGURA 13).

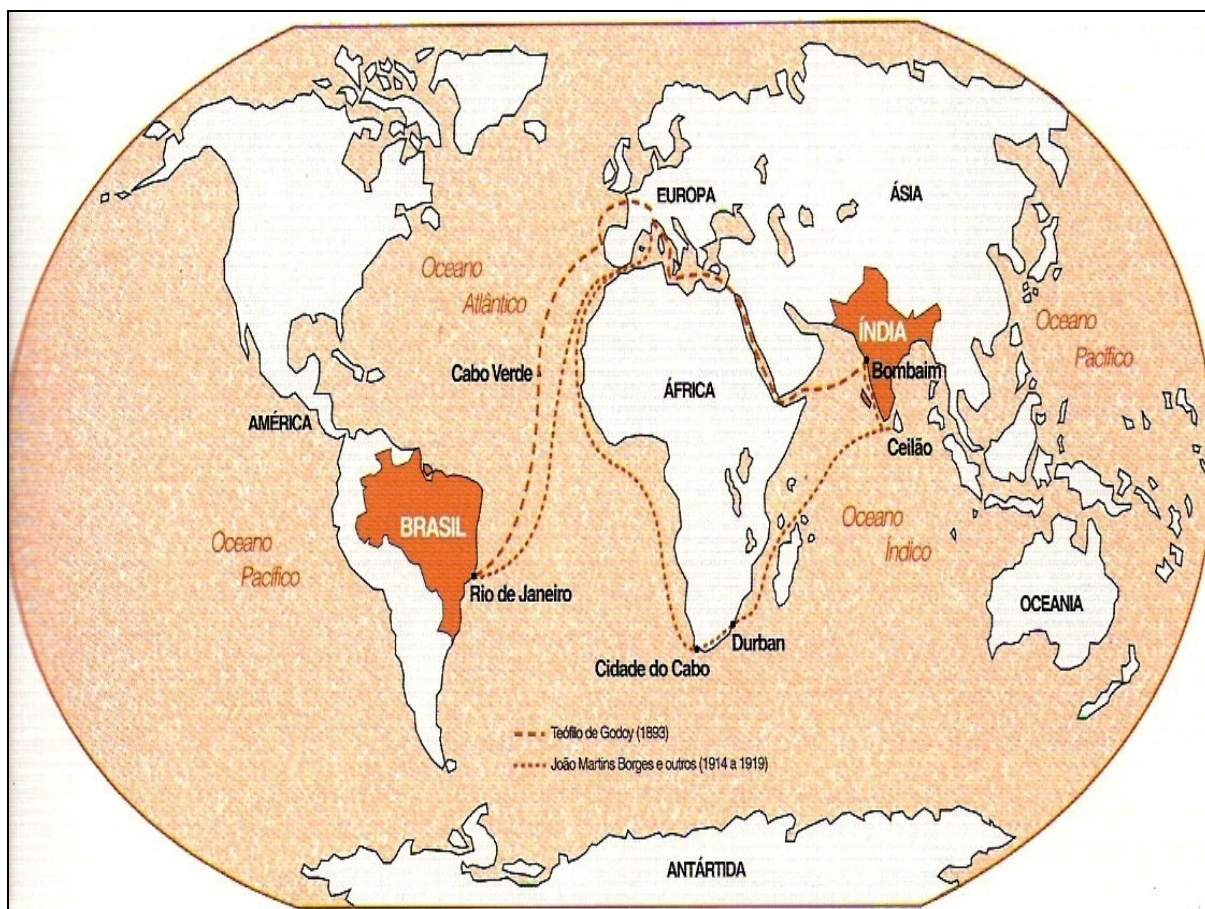


FIGURA 13 - Mapa mundi com o roteiro das viagens de Teófilo de Godoy e de João Martins Borges.

FONTE: LOPEZ; REZENDE (2001, p. 31).

O zebu, de fato, representou uma força econômica no município de Uberaba, o que passamos a analisar.

Os coronéis uberabenses, dentre eles podemos citar José Borges de Araújo e Antônio Fontoura Borges, comissionaram o Senhor Teófilo de Godoy para buscar o zebu na Índia e, conseqüentemente, enfraqueceram a exploração das Casas importadoras do Rio de Janeiro.

O ciclo das importações caracteriza a fase da introdução do zebu, conforme afirmam Lopes; Rezende (2001, p. 31): “Entre 1904 e

1921 são importados diretamente da Índia cerca de 45 levadas de gado zebu, totalizando aproximadamente 5.500 cabeças”.

A importação direta do zebu tornou-se rentável para os grandes fazendeiros, a ponto de os mesmos abrirem uma firma especializada na compra direta do gado zebu na Índia. Os proprietários desta firma são coronéis que, mesmo com o declínio da atividade comercial no município de Uberaba, reconstroem seu poder hegemônico para efetivarem suas relações de poder no espaço e, conseqüentemente, lucrarem com todo o processo econômico; porém, desta vez, com a comercialização do zebu:

Organiza-se, então, em Uberaba, a firma Borges e Irmãos (liderada pelo Cel. José C. Borges) que envia, à Índia, Ângelo Costa, português radicado nesta cidade. Ele retorna no mesmo, com 49 reprodutores de diversas raças (guzerá, gir, killari e nelore). Entrega a maioria das reses ao promotor da importação e vende as restantes, a diversos criadores por preços altamente compensadores (LOPES; REZENDE, 2001, p. 31):

A política também beneficiou os grandes fazendeiros criadores do gado zebu. No governo de Minas Gerais, o então presidente João Pinheiro concedeu incentivos para a criação e a comercialização dos animais importados da Índia.

Os grandes fazendeiros criadores do gado zebu pressionavam os deputados para votarem leis que privilegiassem as importações dos referidos animais, como afirmam Lopes; Rezende(2001, p. 34):

Nos anos de 1910/12, aportaram no Brasil, e especialmente no Triângulo Mineiro, várias levadas importadas sob o patrocínio do Ministério da Agricultura (compostas por lotes de zebu totalizando cerca de 720 reses). Esta decisão é o resultado da pressão dos criadores mineiros, sobre os deputados na Câmara, exigindo a votação de leis que estabelecessem facilidades e auxílios aos importadores. Um decreto federal (nr. 6454 de 18/04/1907), já havia regulamentado a importação de animais de raça.

Mais uma vez, a elite agrária demonstra que, além de possuir poder econômico, tinha também força política, sendo esta imprescindível para a relação espaço/homem/poder, como afirma Bobbio (2003, p. 138):

A relação política é uma das muitas formas de relação de poder existentes entre os homens. Para caracterizá-la, pode-se recorrer a três diferentes critérios: a função que desempenha, os meios de que se serve e o fim que persegue.

O autor acima deixa clara a relação da política e do poder como fator determinante entre o homem e sua atuação no espaço em diferentes escalas.

Outro autor que enfatiza a questão do espaço/poder é Foucault (1979, p. 212), que relaciona a história dos “espaços” com a própria história dos “poderes”:

Seria preciso fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico – políticas. É surpreendente ver como o problema histórico – político: ou

o espaço era remetido à “natureza” – ao doído, às determinações primeiras, à “geografia física”, ou seja, a um tipo de camada “pré-histórica”, ou era concebido como local de residência ou de expansão de um povo, de uma cultura de uma língua ou de um Estado.

A força política e econômica dos grandes fazendeiros criadores do gado zebu consolidou-se mais ainda entre os anos de 1913 e 1921, anos-auge das importações (A foto da FIGURA 14 mostra alguns desses exemplares).

Nesta conjuntura política e econômica, precisamos analisar, ainda, o reflexo da comercialização do gado zebu na economia local. Podemos observar que o Jornal Lavoura e Commercio, n. 2234 de 02/11/1919, em sua primeira página, não retrata de forma positiva os grandes negócios provenientes do gado zebu no âmbito da economia local.

O imposto recolhido pela criação de gado era inferior em relação ao pago pela indústria, ou seja, a criação e a comercialização do zebu beneficiavam uma minoria, visto que os impostos gerados com o comércio do zebu eram quase simbólicos. Observamos isso por meio de dados informados pelo Jornal Lavoura e Commercio citado acima: imposto de criação de gado, 1.250\$000, e imposto de Indústria e Profissão: 15.000\$000 (réis).



FIGURA 14 – Vacada guzerá, importada da Índia no ano de 1920.

FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 34).

3.3 – O gado zebu provoca polêmica entre Minas Gerais e São Paulo: a campanha contra o zebu

Na época da introdução do gado zebu em Uberaba, a pecuária nacional sofria uma crise devida à impossibilidade do desenvolvimento das raças européias nas regiões tropicais. Surgiram, então, duas alternativas para a salvação da pecuária nacional, conforme afirmam Lopes; Rezende (2001, p. 41):

Uma adepta da seleção do Caracu (derivado do “Bos-taurus”) representada pelos criadores de São Paulo e outra defensora da introdução do gado indiano (“Bos – indicus”), representada pelos criadores do Triângulo Mineiro.

Torna-se clara a rivalidade dos pecuaristas dos estados de Minas Gerais e São Paulo, principalmente depois que o Governo de Minas aprovou, no 1º Congresso Agrícola, Industrial e Comercial (1903), a preferência pelo gado zebu, acirrando a polêmica entre ambos os estados.

A campanha contra o zebu era liderada pelo famoso Dr. Luis Pereira Barreto, que atacava diretamente o gado de origem indiana, conforme retrata Mendonça (1974, p. 152):

Dizia que o zebu não possui valor econômico, pois sua carne é dura, não é gado leiteiro (sua produção de leite é inferior à das raças européias), e é um animal rude e selvagem. Além disso, tem carne almiscarada.

Os fazendeiros e criadores do zebu sofreram os impactos desta campanha; o gado passou a não ser aceito nas exposições, elevando-se os custos para a aquisição e a manutenção dos animais.

Contudo, os coronéis uberabenses não deixaram a campanha contra o zebu se prolongar demasiadamente, a ponto de o Coronel Antonio Borges de Araújo abater uma novilha de raça em plena Praça da Matriz de Uberaba (atual Praça Rui Barbosa), com a finalidade de provar para a população que a carne bovina da raça zebu não era almiscarada ou fétida, como propagavam certos boatos.

Nesta disputa de Minas Gerais com São Paulo, venceram os coronéis criadores do gado zebu, que continuaram com a importação do gado da Índia e sua comercialização para o restante do Brasil.

É notória a força política e econômica que o zebu representava, embora, conforme afirmamos e comprovamos por meio do Jornal Lavoura e Comércio, a riqueza proveniente da comercialização do gado não se refletia no município, ou seja, uma minoria era privilegiada pela nova atividade econômica – a criação e a comercialização do zebu.

Selecionamos alguns proprietários e criadores de zebu que, além do acúmulo de capitais, possuíam força política, como o Coronel João Quintino Teixeira que citamos anteriormente (Cf. reportagens os ANEXOS).

Em seguida, analisaremos a força econômica do zebu, representada pela fazenda Ponte Alta, de propriedade do Coronel Olympio Casimiro de Mendonça.

Ao lermos a reportagem sobre a Fazenda da Ponte Alta (Cf. ANEXO 1), constatamos a importância do Zebu no município de Uberaba, bem como o poder econômico dos criadores de zebu. É notória a relevância que o Jornal Lavoura e Commercio concede ao gado zebu, considerando-o como a força econômica não somente do município, mas de todo o Estado de Minas Gerais (claramente um exagero retórico).

Fazenda da Ponte Alta



Armazem situado na estação do Calafate, de propriedade do sr. cel. Olympio Casimiro de Mendonça.

FIGURA 15 – Armazém da Fazenda Ponte Alta.

FONTE: Jornal Lavoura e Commercio (junho de 1919).

É evidente a postura do Jornal a favor de

a criação e comercialização do gado zebu, haja vista que, em alguns trechos de seus editoriais e reportagens, a defesa do zebu como uma das maiores fontes de renda do Estado. O foco tendencioso do jornal é claro, quando afirma que:

Quem nunca viajou pelo Triângulo Mineiro difficilmente poderá fazer uma idéia do desenvolvimento espantoso que anima todas as suas forças de progresso.

Neste último decênio, a indústria pecuária deu-lhe um impulso econômico de resultados tão rápidos e satisfatórios, que nenhuma zona criadora do paiz se lhe pode comparar em riqueza e prosperidade. Enquanto os outros factores da economia nacional sofrem nos mercados as oscilações naturaes do commercio, causando, às vezes, pânico e desanimo entre os productores, o gado indiano, reconhecido como uma das maiores fontes de renda do Estado, aumenta de cotação

dia a dia, attingindo a preços verdadeiramente fantásticos, o que prova a evidência a superioridade intrínseca da raça que adaptamos e defendemos sobre qualquer outra espécie bovina adaptada no Brasil (JORNAL LAVOURA E COMMERCIO ILUSTRADO – n. 6, 6/6/1919).

No decorrer da reportagem, o Jornal deixa explícita a importância dada aos coronéis criadores do gado zebu, e ainda traz em evidência a riqueza acumulada pelos seus proprietários devido à criação e à comercialização dos animais.

O Jornal Lavoura e Commercio, datado de 01/1919, continua sua saga em defesa dos interesses dos criadores do gado zebu ao trazer uma reportagem relatando o poder econômico do Coronel Alceu de Miranda, proprietário da Fazenda da Glória. A seguir, podemos analisar uma fotografia trazida pelo jornal, a qual reflete o poder do proprietário na região e, ao mesmo tempo, destaca a força econômica proveniente do gado zebu.

Ao lermos a reportagem mencionada, constatamos novamente um engrandecimento por parte do Jornal Lavoura e Commercio, expressa nos seguintes dizeres:

A fazenda da Glória, situada cerca de 11 léguas desta cidade, pertencente ao Sr: Alceu de Miranda, é, incontestavelmente, uma das modelares e completas de quantas há no município de Uberaba. Tivemos ocasião de visitá-la e a impressão que nos ficou de tudo que lá vimos, difficilmente se apagará da nossa memória.

O edificio, admiravelmente construído sob o rigor dos mais modernos princípios de hygiene e esthetica, com amplas e ventiladas accomodações, é todo iluminado a luz electrica, apresntando no seu conjuncto um aspecto encantador.

Quem, pela primeira vez, visita a casa de residência do Sr: Alceu de Miranda, na fazenda da Glória, sente a impressionadora sensação de quem entra num desses luxuosos e confortáveis palacetes das grandes cidades (JORNAL LAVOURA E COMMERCIO ILUSTRADO, n. 01, 01/1919).

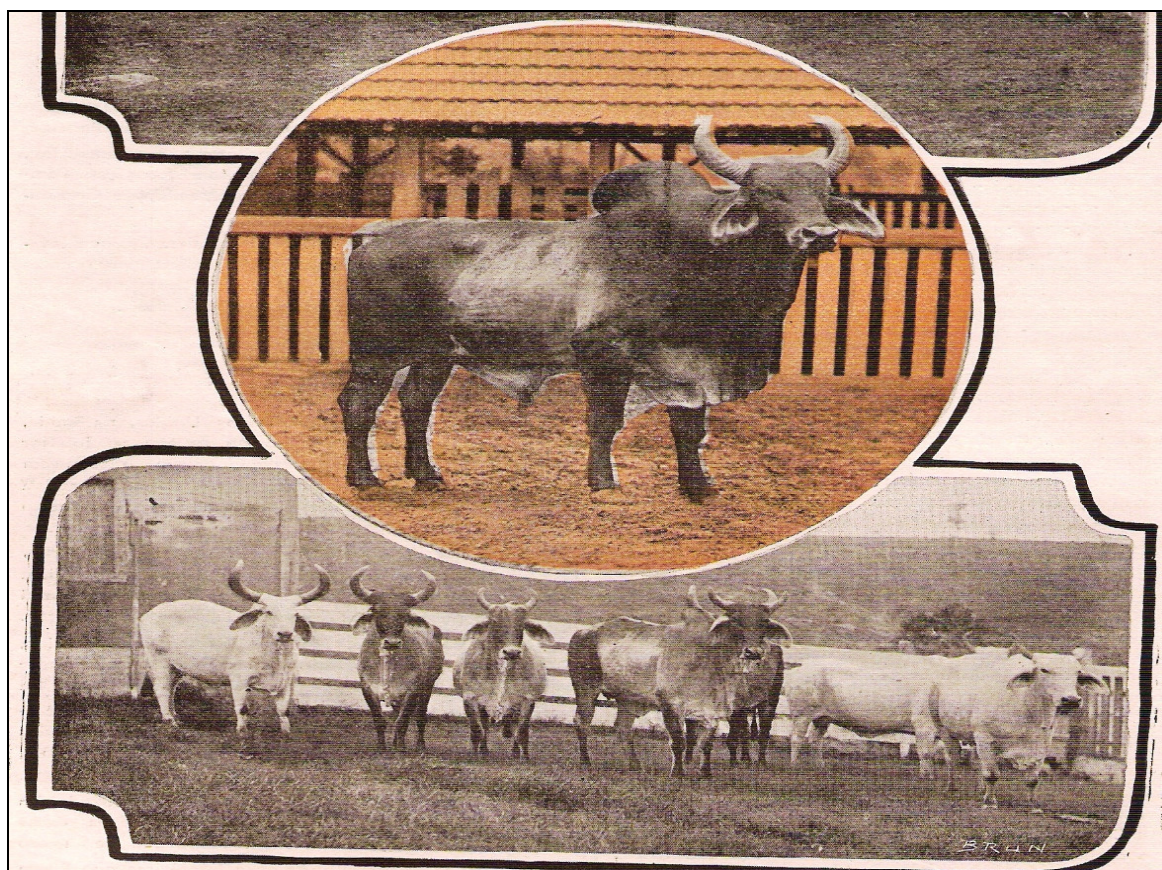


FIGURA 16 – No alto: Príncipe, magnífico reprodutor Gujera, de 06 ano de idade. Teve uma prole esplêndida, vendida anualmente por preços elevados. Foi considerado como um dos animais de maior perfeição e valor do município. Seus produtos eram disputadíssimos. Em baixo: um grupo de finíssimas vacas de puro sangue das raças gujera e nelore.

FONTE: Jornal Lavoura e Commercio (n. 01, janeiro de 1919).

O trecho da reportagem acima deixa visível a postura do jornal, que avança mais ainda ao trazer, em seqüência, o balancete de compra e venda de gado do Sr. Coronel Alceu de Miranda, em 1918, como observamos nas FIGURAS 17 e 18.

Ao analisarmos o balancete do Coronel Alceu de Miranda, torna-se evidente o poder econômico refletido pela comercialização do gado zebu, as transações de compra e venda dos animais, tendo como consequência um acúmulo de capital representado pelos lucros obtidos, mostrando, em paralelo, a força econômica do Coronel, refletida, inclusive, no espaço de sua fazenda, que tem uma sede luxuosa. A íntegra desta reportagem pode ser consultada no ANEXO 2.

Por conseguinte, torna-se imprescindível analisarmos o poder econômico acumulado pelos grandes proprietários do zebu, o que o Jornal Lavoura e Commercio retrata com uma certa fidelidade, bajulando e reverenciando os coronéis uberabenses.

Primeiramente, é importante ressaltar que este Jornal teve sua origem na união dos fazendeiros, ou seja, possui na sua essência características tendenciosas, expressas nas reportagens acima destacadas, mas que refletem uma realidade da época.

O jornal editou uma revista, já referenciada como fonte, intitulada “Jornal Lavoura e Commercio Ilustrada”, que refletia a riqueza e a prosperidade dos coronéis proprietários do gado zebu.

Em momento algum, encontramos uma análise crítica por parte do Jornal Lavoura e Commercio (em especial da revista), da real situação econômica e política do município, algum aspecto que considerasse, por exemplo, os préstimos da população.

Já que o acúmulo de capital decorrente da compra e venda do zebu é notório, devido à opulência dos grandes fazendeiros,

perguntamo-nos: onde estes homens aplicaram este capital? E o desenvolvimento do município de Uberaba?

Constatamos o descaso com o espaço urbano do município (Cf. Capítulo 1), no período enquadrado por esta pesquisa; sendo assim, onde era empregado este capital? Será que os fazendeiros e os coronéis apenas utilizavam o município de Uberaba para criar e comercializar o gado, auferindo lucros espetaculares e, depois, aplicavam o lucro obtido em outro lugar, nada realizando pela cidade?

Os fazendeiros, de fato, não se preocupavam com o desenvolvimento econômico do município; importavam-se apenas com o comércio do gado zebu, como confirma Pontes (1978, p. 98):

Pois antes, quando o preço do zebu era alto, nas fazendas em que se criava este gado, nada mais se cultivava senão o capim para os rebanhos bovinos e se comprava fora tudo o mais necessário aos gastos da fazenda.

Neste contexto, como podemos pensar em desenvolvimento no município de Uberaba?

Os poderosos mantinham o capital concentrado entre as cercas de suas fazendas, não se preocupavam com a situação do município, com a população, com a geração de empregos e o fortalecimento do comércio local. Pelo contrário, suas ações, conforme relatadas por Pontes (1978), mostram que os coronéis na verdade não desejavam o desenvolvimento do município de Uberaba, ao comprarem tudo em outras localidades e, conseqüentemente, investindo o capital

em outros municípios, ampliando e aprofundando o marasmo do comércio local.

Análise idêntica pode-se apreender em Rezende (1983, p. 91): “Neste aspecto observou-se uma paralisação das atividades sócio-econômicas urbanas que sempre marcaram a vida da sociedade”.

A autora avança mais ainda na sua análise, ao afirmar que a criação do gado zebu se refletiu de forma negativa na vida social, pois houve um declínio na urbanização do município e um grande empobrecimento na vida cultural uberabense (REZENDE, 1983).

Por conseguinte, podemos fazer uma outra análise, observando uma realidade conflituosa, totalmente diferente à que foi apresentada pelo Jornal Lavoura e Commercio.

Ao entrevistarmos o advogado Dr. Guido Bilharinho (em 06/02/2006), o mesmo analisa a questão do desenvolvimento econômico do município de Uberaba, nos seguintes termos:

Os fazendeiros criadores do zebu só prosperando, e dominando a política e prejudicando Uberaba nesse ponto. Não pensavam na cidade... o negócio deles era apenas o zebu. O mal deles, como classe dominante era domínio na política... eles ganhavam e manipulavam tudo... era um absurdo. Um dos melhores prefeitos foi Leopoldino de Oliveira e tinha como vice o Geraldino Rodrigues da Cunha, tudo o que o Leopoldino mandava fazer para melhorar Uberaba, o Geraldino desmandava... foi um período difícil para Uberaba.

A análise do Dr. Guido Bilharinho reflete uma outra situação do município e a atuação dos criadores do zebu no contexto econômico e político. Por outro lado, ao entrevistarmos uma uberabense ilustre, já

em seus 105 anos de idade, e que presenciou grandes acontecimentos políticos e econômicos do município de Uberaba, a conhecida “Dona Fiuca” (Ermínia Baptista Mendes), em uma entrevista no dia 14/01/2006, afirmou que:

O zebu minha filha, foi muito importante para Uberaba, trouxe desenvolvimento, progresso para essa terra... os fazendeiro dominavam a economia e a política, eram os pacholas e os araras, hoje não existe isso mais. Tinha grandes zebuzeiros, como os Borges, sem querê vangloria, o meu marido era também um grande zebuzeiro, era o Lamartine Mendes, chegou até a ganhar prêmio pelo nosso boi Oceano, das mãos do Getúlio Vargas. Essa terra ainda vai melhorar, falta um homem de fibra na política minha filha.

Nesses depoimentos, notam-se alguns posicionamentos sobre a relação capital/poder no contexto da economia zebuzeira no município de Uberaba, notadamente o isolamento dessa elite em torno dos seus interesses políticos.

3.4 – O fortalecimento dos criadores do gado zebu: a “união dos fazendeiros” e a criação do Herd Book Zebu (HBZ)

Os fazendeiros criadores do zebu, portanto, com o objetivo de se fortalecerem economicamente, resolveram se organizar e criaram a associação do Herd Book Zebu (HBZ), cuja proposta era registrar genealogicamente o gado zebu do Estado de Minas Gerais, bem como

processar o aprimoramento da espécie zebu, assegurando a pureza da raça.

Esta associação – Herd Book Zebu – reafirmou mais uma vez as relações de poder existentes no nicho dos criadores do zebu, e foi mais um instrumento organizado por eles com a finalidade de perpetuar seu poder na produção do espaço geográfico e reconstruir uma hegemonia em substituição à comercial, abalada pelos nos insucessos comerciais da cidade. Sobre isso, Lopes; Rezende (2001, p. 54) afirmam:

Para utilizar as vantagens conferidas pela associação do HBZ, o criador teria que manter sempre em dia os livros e registros particulares. A diretoria compete nomear os inspetores e comissões de juízes, para inspecionar o gado importado logo ao desembarcar e classificar os diversos grupos de reprodutores expostos em concursos, feiras, exposições ou submetidos ao registro. As despesas relativas às comissões julgadoras. Também ficam regulamentadas as formalidades de inscrição de inscrição, registro e transferência de produtores puros, importados ou nascidos no país.

O Herd Book Zebu passou por três fases distintas, que Lopes; Rezende (2001) destacam; na primeira fase, o período compreendido entre 1919 e 1924, notou-se a preocupação do HBZ com a organização da propaganda e defesa do gado zebu, com o objetivo de o Brasil e outros países conhecerem o potencial da espécie.

A segunda fase, de 1925 a 1929, foi caracterizada pelo enfraquecimento do Herd Book Zebu devido à campanha contra o zebu, liderada pelo Estado de São Paulo e conduzida pela pessoa do Dr. Luiz Pereira Barreto (LOPES; REZENDE, 2001).

Já a última fase do Herd Book Zebu, compreende o período de 1929 a 1934, caracterizada pelas várias tentativas de se reorganizar o quadro associativo e anexá-la à Sociedade Rural do Triângulo Mineiro; porém, esta anexação só ocorreu a partir de 1934.

No decorrer da pesquisa de campo, conseguimos entrevistar o filho de um criador de zebu, no dia 12/08/2005, que nos autorizou a publicação de sua entrevista, desde que seu nome não fosse revelado, pois ele continua com a criação de gado que herdou do pai (chama-lo-emos de entrevistado A):

O meu pai tinha muito zebu, dava muito dinheiro, ele vendia um boi apenas e dava para sustentar toda a família e os gastos da fazenda. O meu pai sempre quando nós íamos jantar na mesa ele dizia que o zebu era negócio do futuro, mas que os fazendeiros precisavam se juntar pra fica mais forte e mais rico... foi quando ele falou nessa associação de criado de zebu, esse Herd Book, ele falava que era preciso todos pensa também no futuro. Eu lembro que ele participou de muita reunião com outros fazendeiros.

Estas, dentre outras ações, consolidaram o período áureo da economia zebuzeira no município de Uberaba.

3.5 – O apogeu da comercialização do gado zebu (1935 a 1945)

Após a fundação da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), ocorreu o período de apogeu da comercialização do gado

zebu. O comércio do gado tornou-se cada dia mais lucrativo, provocando um acúmulo considerável de capitais nas fazendas dos criadores.

A rentabilidade promovida pela comercialização do gado zebu tornava-se evidente, porém sabiam que a qualquer momento os preços voltariam à realidade, como pode ser percebido na afirmação de Lopes; Rezende (2001, p. 97):

Pagavam-se preços elevados por determinado animal, com certeza de que num futuro próximo, os grandes lucros facilmente compensariam as despesas iniciais. Muitos, entretanto, admiravam-se dos altos preços alcançados pelo zebu. Para os zebuzeiros esta admiração simplesmente significa desconhecimento do mercado.

A lucratividade proveniente da comercialização do gado zebu é notória nesse período e, concomitantemente, a acumulação de capital no município, é um fato. Porém, é necessário saber se os criadores do zebu reinvestiam no próprio município o lucro apurado.

Um antigo criador de gado zebu, hoje com 82 anos de idade, e que possui uma grande propriedade e continua a comercializar o gado zebu, em entrevista, em sua residência (10/11/2005), nos autorizou a publicação de seu depoimento, desde que seu nome não fosse revelado, por ser muito conhecido na cidade e permanecer zebuzeiro; (chama-lo-emos entrevistado B):

O zebu era uma febre, todo mundo queria comprar, eu comecei com poucas cabeças e depois os pasto da minha fazenda ficaram pintadinho de zebu, logo

enriqueci, construí uma casa boa na fazenda e depois na cidade. Os meus fio iam estudá na cidade, pois nois podia paga escola boa, as menina ia para o colégio das frera, o nossa senhora das dor, e os menino para o colégio dos padre, o diocesano. Nas férias eles vinha de trem para a fazenda.

Os criadores não reinvestiam o lucro obtido com a comercialização do zebu no município de Uberaba. Para isso, basta lembrar que se beneficiavam de uma política fiscal lesiva às contas públicas do município. Conforme afirmamos, os grandes fazendeiros na década de 1920 gastavam os dividendos do capital em outras praças comerciais, deixando o comércio uberabense no marasmo econômico. O mesmo aconteceu nas décadas de 1930 e 1940, em pleno auge da economia zebuzeira, como afirma Lopes; Rezende (2001, p. 98):

Se no princípio do século, a criação do zebu tinha fortes opositores, na década de 40 ela atinge o seu apogeu. O Zebu estava em grande moda e os zebuzeiros constituíam um super classe. O dinheiro farto permite a muitos deles realizar farras homéricas até mesmo no célebre Cassino da Urca, no Rio de Janeiro. Os negócios feitos em Uberaba, as verdadeiras fortunas dadas por um boi ou um bezerro repercutem no Rio e em São Paulo.

Portanto, reafirmamos que os criadores do gado zebu não se preocupavam com o desenvolvimento econômico do município; o lucro obtido na comercialização dos animais em nada ajudou no desenvolvimento do município, ou seja, outras praças comerciais, como Rio de Janeiro e São Paulo, acabaram recebendo o dinheiro dos coronéis criadores de zebu.

Ao entrevistarmos um comerciante de 94 anos de idade e que tinha um comércio na época, uma loja de secos e molhados (autorizou a publicação da entrevista, mas como os filhos e noras continuam no comércio, pediu para não ser identificado), ele mesmo nos disse (C):

O comércio do Beraba não ia pra frente, todo mundo falava do zebu, mas nois comerciante não via o dinheiro do zebuzeiro. Eles comprava tudo fora daqui, as ropa, os móvel pra casa, até os azulejo das casa vinha da tal de Oropa. As casa dos fazendeiro era so vendo!!! Uma fartura só.

Seguem, abaixo, no QUADRO 04, alguns dados que remetem às transações comerciais com o zebu no município de Uberaba nas décadas de 1930 e 1940.

No QUADRO 04, evidenciam-se o poder econômico dos criadores do gado zebu e a movimentação de capital em torno do comércio do zebu. Como consequência, o zebu passou a ser reconhecido nacionalmente, a ponto de ser homenageado pelo Departamento de Correios e Telégrafos, como afirmam Lopes; Rezende (2001,p. 100):

O zebu serve de modelo para a emissão de selo comemorativo do cinquentenário da introdução das raças indianas no Brasil. Em 1941, tendo por efígie uma cabeça de Indubrasil – Baralho I – de propriedade do criador José Barbosa de Souza, o Departamento de Correios e Telégrafos presta uma homenagem do gado responsável pela recuperação do rebanho nacional.

Ano	Transação Comercial
1931	O criador Guiomar R. da Cunha vendera a Olímpio de Freitas dois garrotes no valor de 15.000\$000 réis;
1941	O touro gir, Aragão, que pertencia ao plantel da viúva José Jorge Penna, de propriedade de José Gastão da Cunha, foi vendido por 500.000\$000 réis a Antenor Machado de Cássia.
1944	O Ministro e zebuzeiro Francisco Campos ofereceu a Mario A. Franco a quantia de Cr\$ 2.500.000,00 réis, por dois reprodutores – Nero e Mundial. A proposta foi recusada.
1945	A maior transação concretizada: a compra do reprodutor “Tigre”, pertencente a Miguel Gonçalves, pelo criador mineiro o Coronel Francisco Aureliano, por meio milhão e duzentos mil cruzeiros.

QUADRO 04 – Principais transações comerciais – compra e venda do gado zebu nas décadas de 1930 e 1940.

FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 98).

ORGANIZAÇÃO: WAGNER, Roberta Afonso Vinhal, 2006.

Veja-se na FIGURA 19 o selo do correio com a cabeça do Touro Baralho.

3.6 – A Revolução Urbanística promovida pela fase “áurea” do zebu no município de Uberaba

Na primeira metade do século XX, muitas transformações ocorreram no município de Uberaba que, concomitantemente, se refletiram na produção do espaço geográfico. A propósito, Lopes;

Rezende (2001) afirmam que a remodelação urbanística promovida em Uberaba ocorreu como consequência do processo econômico.



FIGURA 19 – Selo comemorativo à entrada do zebu no Brasil.

FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 100).

Torna-se imprescindível ressaltar que o objetivo central de analisarmos, na presente dissertação, a revolução urbanística no município de Uberaba, se deve à fase “áurea” do zebu, na qual se pode verificar uma “revolução urbana”, de sentido homogêneo, ou seja, que atingiu o município como um todo, mas sem impacto significativo na vida urbana de Uberaba, pois foi mais um reflexo do acúmulo de capitais dos criadores do zebu, imprimindo marcas pontuais na cidade.

Nesses termos, teremos uma remodelação urbanística centralizada, empreendida junto às propriedades urbanas dos grandes detentores do capital zebuíno. As construções dos primeiros 30 anos do século XX são marcadas pelo estilo eclético, tanto que este período foi denominado de “Ecletismo do Zebu”, o que podemos constatar nas fotografias abaixo, a exemplo da residência do Senhor Arthur de Castro Cunha, construída nesse estilo (LOPES; REZENDE, 2001 - Cf. FIGURA 20).



FIGURA 20 – Residência de José Caetano Borges, um dos pioneiros do zebu. Construída em estilo eclético.

FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 102).

Em seguida, também no estilo eclético, temos exemplos da residência do Senhor José Caetano Borges, um dos grandes pioneiros do gado zebu (Cf. FIGURA 21). Podemos constatar a exuberância da construção e o trabalho magnífico dos artesões, que eram contratados pelos grandes fazendeiros para transformarem suas residências em verdadeiras obras de arte, o que refletia a força econômica do período áureo do zebu, para não dizer que estava localizada no centro da cidade, perto da Câmara Municipal de Uberaba, local onde também se refletia com grande força o poder dos coronéis, abastados pela riqueza produzida pela pecuária.



FIGURA 21 – Residência de Arthur de Castro Cunha, situada à Praça Rui Barbosa também construída em estilo eclético.

FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 102).

Outro pioneiro da introdução do gado zebu no município de Uberaba foi o Senhor Elieser Mendes dos Santos, e sua residência estava situada na Praça Rui Barbosa, refletindo, igualmente, a realidade econômica dos que fizeram da criação e comercialização do gado zebu um instrumento de poder. A residência desse Senhor ficou conhecida como o “Solar dos Mendes” (Cf. FIGURA 22).



FIGURA 22 – Residência de Elieser Mendes dos Santos, um dos pioneiros na introdução do zebu. Está situada à Praça Rui Barbosa, sendo conhecida como “Solar dos Mendes”.

FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 45).

Pode-se constatar a hegemonia dos criadores do gado zebu ao analisarmos suas residências no espaço geográfico; a exuberância e o esplendor das construções refletem a força econômica dos

fazendeiros. Porém, a realidade do município de Uberaba não reflete por completo a riqueza produzida pela criação e comercialização do gado zebu, haja vista o caos urbano do município neste período, como analisado no Capítulo 01. Lopes; Rezende (2001, p. 101), a esse respeito, ponderam:

Entretanto os benefícios da modernização não atingiam a cidade com um todo. Ficavam restritos a algumas “ilhas” de progresso, que ainda permitiram comentários amargos de viajantes e mesmo de uberabenses mais esclarecidos.

Os grandes fazendeiros não se contentavam apenas em demonstrar sua força econômica na cidade. As construções, em suas fazendas, também refletiam o poder econômico conquistado pelo criador de zebu.

Abaixo, podemos constatar a fotografia da Fazenda Santa Gertrudes, de propriedade do Coronel João Quintino Teixeira, um dos introdutores do zebu em Uberaba (FIGURA 23).

Outro exemplo é da propriedade de um dos introdutores do zebu no município de Uberaba, o Senhor Delfino Gomes da Silva, dono da Fazenda do Mirante, que reflete a força econômica do zebu no campo.

Segue abaixo a fotografia da Fazenda da Glória, de propriedade do Coronel Alceu de Miranda, que citamos neste mesmo capítulo, e que igualmente reflete o poder econômico do criador do zebu (FIGURA 24). Na mesma linha, observe-se a Fazenda Gengibre,

de propriedade do Senhor Guiomar Rodrigues da Cunha, grande proprietário de gado zebu (FIGURA 25).

Os grandes fazendeiros transformavam suas casas nas fazendas em verdadeiros palacetes, ornamentados com luxo e grande ostentação, pois o lucro auferido com a comercialização do zebu proporcionava tal feito. Ressalva-se, contudo, que essa prosperidade era insulada dentro do processo da materialização econômica no município.

Por conseguinte, a produção do espaço geográfico em diferentes escalas reflete a reconstrução de uma elite que, primeiramente, mantinha sua força no comércio e que, com a decadência da atividade comercial, procurou maneiras para reconstruir sua hegemonia, mantendo o poder político e econômico.

Nesta perspectiva, a mudança da atividade comercial para a criação e a comercialização do gado zebu foi um instrumento de manutenção e perpetuação do poder de uma elite comercial que se transformou em agrária.

Neste contexto, o desenvolvimento econômico do município de Uberaba não ocorreu paralelamente ao enriquecimento dos grandes fazendeiros: o que constatamos foram alguns segmentos de desenvolvimento ou pequenas “ilhas isoladas” no município, representadas pela elite agrária.



FIGURA 23 – Fazenda Santa Gertrudes que pertenceu ao Cel. João Quintino Teixeira, um dos introdutores do zebu em Uberaba.

FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 26).



FIGURA 24 – Fazenda (Chácara) do Mirante que pertenceu a Delfino Gomes da Silva um dos introdutores do zebu no município de Uberaba.

FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 26).

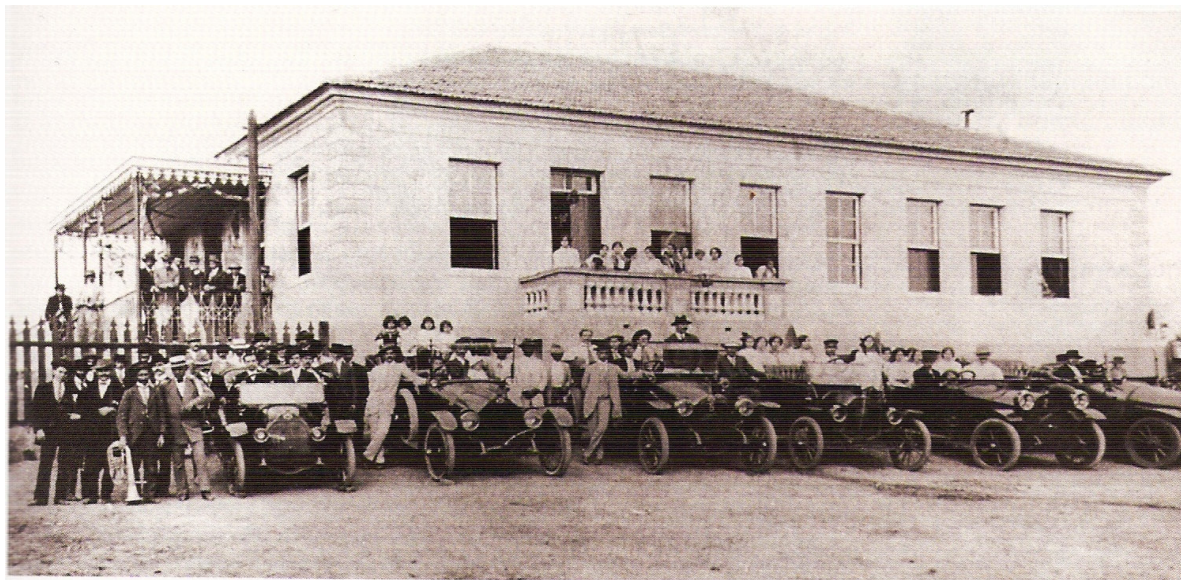


FIGURA 25 – Fazenda da Glória que pertenceu a Alceu de Miranda.
FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 53).



FIGURA 26 – Fazenda Gengibre que pertenceu a Guiomar Rodrigues Cunha.
FONTE: LOPES; REZENDE (2001, p. 106).

Esta elite, portanto, não contribuiu para o desenvolvimento do município, pois, além da continuidade do seu poder ali estabelecido acabou perpetuando o desemprego, o analfabetismo, a ausência de investimentos no setor produtivo, de maneira que o município de Uberaba se transformaria em uma grande fazenda a serviço dos coronéis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminamos algo, incorremos na ilusão de colocar um ponto final na tarefa em questão. Dessa maneira, ao iniciar o mestrado, todas as angústias e inquietações acomodam-se no dia que recebemos a notícia da aprovação no processo seletivo. Pensamos, então, que todos os nossos problemas estão resolvidos: um engano. Eles reaparecem com outros significados; a angústia é transformada na busca constante de respostas para nossos questionamentos.

No início de todo o processo, quando apresentamos o Projeto de Pesquisa, cuja proposta era compreender o processo de formação das elites no município de Uberaba no período que compreende 1910 a 1960, bem como a influência que exercem no desenvolvimento econômico e político da cidade, não imaginávamos a complexidade da pesquisa.

A obtenção do material bibliográfico para iniciarmos a pesquisa foi o primeiro de vários obstáculos, pois os intelectuais uberabenses acham-se “donos” da cultura e do conhecimento, sendo estes bens tratados como “pertences” de uma minoria. E, por isso, as portas se fechavam a um sujeito-pesquisador de fora das “altas rodas da sociedade uberabense”, e muito menos zebuzeira.

Após seis meses de luta incessante, chegamos a uma conclusão: precisávamos colocar em prática as redes de pessoalidade,

ou seja, precisávamos, de alguma maneira, ultrapassar a barreira imposta por aqueles que tinham o sentimento de posse da cultura, do conhecimento e da informação.

Neste momento, a minha atitude passou a ser simplesmente a persistência: jamais desistir ao ouvir “volte mais tarde”, “não vou emprestar estas fotografias”, “querida não mecha neste vespeiro”. Coincidentemente, sempre estávamos no cabeleireiro, na farmácia, na padaria, em reuniões beneficentes; onde os “donos do saber” estavam, eu também estava.

Depois de um ano, os resultados começaram a surgir. Os documentos que não estavam no Arquivo Público de Uberaba, conseguimos consultar nas residências de historiadores e políticos “ilustres”. Por sinal, são acervos particulares riquíssimos em informações, mas distantes do acesso público e guardados a sete chaves.

A princípio, consideramos isso tudo um absurdo, mas, com o amadurecimento intelectual, compreendemos que o desenvolvimento de nosso objeto de estudo dependia dessas ações.

Nesta dissertação, primeiramente, nos propusemos explicar o motivo da introdução do gado zebu no Brasil, especificamente, no município de Uberaba. Mas, antes desta análise, tornou-se imprescindível alavancar duas outras discussões.

Precisávamos deixar bem claro o diálogo pertinente entre a História e a Geografia, primordial no presente trabalho. E depois, o

período proposto para a análise (de 1910 a 1960), precisava ser revisto, pois, antes de 1910, já existia uma elite comercial que participaria do processo de construção do espaço geográfico a partir das atividades pecuárias. As reconsiderações foram feitas, o que acarretou uma discussão mais coesa, com outras implicações teóricas.

Ao longo do desenvolvimento da dissertação, procuramos explicar o processo de surgimento das elites uberabenses, não com o objetivo de apenas reconhecer e classificar esta elite. Era preciso avançar no debate, ou seja, reconhecer a elite na diversidade e, depois, analisar sua influência no processo de produção do espaço e a maneira como o espaço (e a sociedade como um todo) reflete suas ações.

Neste contexto, tornou-se impreterível a análise da mudança da atividade econômica uberabense no início do século XX, e a introdução da criação de gado zebu como atividade econômica forte e dominante neste período.

Portanto, analisamos inicialmente uma elite comercial que, por força do capitalismo, foi obrigada a re-elaborar seus significados e a alterar sua atividade econômica, antes ligada ao comércio, para a atividade pastoril, o zebu.

Esta elite, tanto a comercial como a agrária, não beneficiou por completo o município de Uberaba, haja vista a perda da hegemonia comercial, antes inquestionável para as praças uberabenses e que, de certa forma, impulsionava o desenvolvimento do município ao diversificar os empregos, as áreas de atuação da sociedade,

economicamente falando, pois, politicamente, o período antecessor e pós-sucessor (ao período-foco da pesquisa) são equivalentes.

E as elites nada fizeram para reverter tais perdas; só se importaram com os “quintais” de suas fazendas. Nada fizeram nas diversas crises econômicas que o município de Uberaba atravessou até 1960. Preocupavam-se apenas em manter sua hegemonia no contexto político e econômico, por décadas e décadas.

Não por coincidência: esse é o comportamento de qualquer elite político-econômica.

Porém, não conseguimos responder a todas as inquietações de nossa pesquisa, que foram sendo re-elaboradas no decorrer do trabalho. Uma delas, o investimento na circulação dos produtos, ou seja, na década 1920, Uberlândia já investia na rodovia para circular seus produtos no Brasil central. E Uberaba? Reportando-nos à primeira inquietação mencionada na Introdução da pesquisa, podemos afirmar que Uberaba, manipulada pelos bastidores de suas elites, mais uma vez perdeu o “bonde da história”, pois suas rodovias foram consideradas “domésticas”, por que não tinham uma ligação estratégica para circulação de seus produtos. Este é um aspecto que permite compreender a ascensão econômica de Uberlândia, outrora a “Uberabinha” em relação ao município de Uberaba. Eis um novo desafio!

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**: imperialismo, a expansão do poder. Tradução de Roberto Raposo. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976.

_____. **O que é Política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BILAC, M.B.B. **As Elites Políticas de Rio claro: Recrutamento e Trajetória**. 1 ed. Campinas: Unimep/Unicamp, 2001.

BOBBIO, N. **O filósofo e a política**. Tradução de César Benjamin e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Caçais. 3ª ed. Brasília: Edt. Univ. Brasília, 1991.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1998.

BORGES, B.G. **O Despertar dos dormentes**. Goiânia: Cegraf, 1990.

BORGES, M. C. **Cem anos de mascates**. Uberaba: ABCZ/Museu do Zebu, 2001.

BOTTOMORE, T. B. A Elite: Conceito e Ideologia. In _____ **As Elites e a Sociedade**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1974.

BRANDÃO, C.A. **Triângulo capital comercial, geopolítica e agroindústria**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Depto. Economia Univ. Federal de Uberlândia, 1989.

BILHARINHO, Guido. Hidelbrando Pontes I. In: **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 08/03/2003.

_____. Hidelbrando Pontes II. Conclusão. In: **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 15/03/2003.

_____. Barão de Ponte Alta. In: **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 24/08/2002.

_____. Borges Sampaio e a elevação de Uberaba à cidade. In: **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 31/08/2002.

_____. Borges Sampaio – política, jornalismo e pesquisa histórica. In: **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 07/09/2002.

_____. Conexões nacionais e internacionais de personalidades uberabenses I. In: **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 12/03/2005.

_____. Conexões nacionais e internacionais de personalidades uberabenses: conclusão. In: **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 19/03/2005.

BRAGA, Sandra Rodrigues. **O movimento dos sem-teto de Uberaba-MG (1990-2002): uma análise Geopolítica**. 2002. 182 f. Dissertação

(Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

BURKE, P. **Os estudos das elites em Veneza e Amsterdã**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALVEZ, J. Y. **Política**: uma introdução. Tradução de Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 2002.

CARLOS, A. F. A. **Espaço**. Tempo na Metrópole. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **O lugar no / do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Os bestializados**. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org.). **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTRO, I. E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHOMSKY. N. **Uma nova geração define o limite**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORRÊA. R. L; ROSENDAHL. Z. (Org.). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil: 2003.

CORRÊA. R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA. R. L. **Trajetórias geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIAS, M. M. **A formação das elites numa vila colonial paulista: Mogi das Cruzes (1608 – 1646)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Depto.Historia USP, 2001.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia Alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 3ª. ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1982.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**. 10ª. ed. São Paulo: Globo, 2000. (v.v. 1 e 2).

FERREIRA, M.M. e AMADO,J. (Org.) **Usos e abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

FERREIRA, O. **O Pântano Sagrado**. Uberaba: Gráfica A Flama, 1948.

FERREIRA, O. **Terra Madrasta** . Uberaba: Gráfica A Flama, 1928.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 12ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRYNSZPAN, M. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUIMARÃES, E. N. **Infra-estrutura Pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Depto. Economia da Univ. Federal de Uberlândia, 1990.

GURVITCH, Georges. **As classes sociais**. São Paulo: Global Editora, 1982.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

KELLER, S. O destino das elites. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra**. Tradução de Maria Cecília França. 5ª. ed. Campinas: Papirus, 1988.

LACOSTE, Y. A Geografia. In: CHÂTELET, François. **A filosofia das ciências sociais**. De 1860 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991. (24 v.).

LOPES, M. A. B.; REZENDE, E. M. M. **ABCZ histórias e histórias**. São Paulo: Comdesenho, 2001.

LOURENÇO, L. A. B. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750 – 1861)**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Inst. Geografia Univ. Federal de Uberlândia, 2002.

MARX, K. **O 18 brumário de Louis Bonaparte**. Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas. Lisboa: Edições Avante, 1982. (19 v.).

MENDONÇA, J. **História de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

MILLS, C. W. **A Elite do Poder**. Tradução de Waltersir Dutra. 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968.

MILLS, C. W. **Poder e Política**. Tradução de Waltersir Dutra. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1965.

MOSCA, G. **História das Doutrinas Políticas**: desde a antiguidade. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

NABUT, Jorge A. **Coisas que me contaram, crônicas que escrevi.**

Uberaba: Editora Vitória, s.d.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 6^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

OLIVERIRA, F. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Bomtempo editorial, 2003.

PARETO, V. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1982.

PONTES, H. **História de Uberaba e a civilização no Brasil Central.** 2^a. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

QUINTANEIRO, T. (Org.) **Um toque de Clássicos.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.

REZENDE, E. M.M. **Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811 – 1910).** Dissertação de Mestrado. Goiânia: Inst. Ciências Humanas e Letras da Univ. Federal de Goiás, 1983.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo: Contexto, 1997.

SAMPAIO, B. **Uberaba:** história, fatos e homens. 2^a. ed. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2001.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem às nascentes do rio São Francisco.** Tradução de Regina Regis Junqueira. Edusp: São Paulo, 1975.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Edusp: São Paulo, 1975.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 13^a. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4^a. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Ensaio sobre urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço do cidadão**. 5^a. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

_____. **Manual de geografia urbana**. 2^a. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, 1988.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Por uma nova Geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6^a edição. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, S. B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8^a. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SENE, E. **Globalização e espaço geográfico**. São Paulo, 2003.

SILVA, L. R. **Do senso-comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, H. J. S. **Representação e Vestígio da (Des) vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890 – 1920)**. Dissertação de Mestrado. Franca. Depto.História, UNESP, 1998.

SILVA, J. M. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ. PPGG, 2002

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do Passado: História oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução de Rosaura Eicheemberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WRIGHT, M. C. As Altas Rodas. In _____. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 11- 40.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **Geografia em debate**. Belo Horizonte: Lê, 1990. 104 p.

_____. **Geografia em construção**. Belo Horizonte: Lê, 1991. 128 p.

_____. Acerca da Geografia, da política, da geograficidade: fragmentos metodológicos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 11, n. 21 e 22, p. 97-109, jan./dez. 1999.

_____. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. In: LIBERALI, Ana María; CRISPÍN, Álvaro Sánchez (Comp.) **Geografía(s) de América Latina**. Buenos Aires-México: Centro de Estudios Alexander Von Humboldt, 2005a. p. 205-230.

_____. Entre a idéia de território e a lógica da rede: uma reflexão a respeito do Brasil no limiar do século XXI. In: LIBERALI, Ana María; CRISPÍN, Álvaro Sánchez (Comp.) **Geografía(s) de América Latina**. Buenos Aires-México: Centro de Estudios Alexander Von Humboldt, 2005b. p. 231-250.

VESENTINI, J. W. (Org.) **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004.

_____. **Novas geopolíticas**. 3^a. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FONTES

JORNAIS, DOCUMENTOS OFICIAIS E MEMORALISTAS

Boletim Informativo do Arquivo Público de Uberaba. Edição Especial, n. 17, agosto de 2004.

Correio Católico, n. 102, de 08/09/1901.

Gazeta de Uberaba, n. 498 e 1008, 31/ 01 /1889.

Gazeta de Uberaba, n. 584 e 1008, 31/ 05 /1889.

Gazeta de Uberaba, n. 874 e 1008, 15/ 06 /1903.

Gazeta de Uberaba, n. 3059, de 16/07/1907.

Jornal Uberaba, 31/082002.

Jornal Lavoura e Commercio, n. 377, 02/02/1903.

Jornal Lavoura e Commercio, n. 442, de 11/07/1905.

Jornal Lavoura e Commercio Illustrado, n. 01, janeiro 1919 – Anno I

Jornal Lavoura e Commercio Illustrado, n. 03, março 1919.- Anno I

Jornal Lavoura e Commercio Illustrado, n. 06, junho 1919.- Anno I

Jornal Lavoura e Commercio Illustrado, n. 12, dezembro 1919 – Anno I

Jornal de Uberaba – 19/03/2005 – p. A 02.

FONTES ORAIS

Entrevistado A – natural de Uberaba, 45 anos, casado, criador de gado zebu. O entrevistado autorizou a publicarmos sua entrevista, desde que o seu nome não fosse revelado, por ser uma pessoa ilustre da cidade e pertencer à sociedade uberabense. Possui uma considerável propriedade rural, na qual cria em torno de 1800 cabeças de gado zebu. Entrevista realizada em 12/08/2005.

Entrevistado B – natural de Uberaba, 82 anos de idade, casado, criador de gado zebu. O entrevistado autorizou a publicarmos sua entrevista, desde que o seu nome não fosse revelado, por pertencer à altas rodas da sociedade uberabense. Comercializa o gado zebu a mais de quarenta anos e ainda continua a comercializar o gado na sua propriedade rural no município uberabense, criando mais de 700 cabeças de gado zebu. Entrevista realizada em 10/11/2005.

Entrevistado C - natural de Uberaba, 94 anos, casado, comerciante. O entrevistado autorizou a publicarmos a entrevista, mas como os filhos e noras continuam no comércio, pediu para não ser identificado. Durante toda a sua vida dedicou-se ao comércio no município uberabense, testemunhando a fase áurea da criação do zebu. Entrevista realizada em 05/10/2005.

Ermínia Baptista Mendes – natural de Uberaba, 105 anos, viúva, esposa do ilustre zebuzeiro, senhor Lamartine Mendes. A senhora

Ermínia é conhecida em Uberaba como a “dona FIUCA”, sendo uma referência para historiadores e pesquisadores, pois ela presenciou grande parte do desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba. Entrevista realizada em 14/01/2006.

Guido Bilharinho – natural de Uberaba, 55 anos, casado, advogado e historiador. Exerce, atualmente, a advocacia, destacando-se na área trabalhista. Possui uma coluna no *Jornal de Uberaba* aos domingos que retrata a história do município de Uberaba. Entrevista realizada em 06/02/2006.

ANEXO 1

ANEXO 2

OUTROS ANEXOS